

Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Dissertação de Conclusão de Curso



**AS DIFERENTES RELAÇÕES DO FRONTEIRIÇO DAS CIDADES CONURBADAS
DE SANTANA DO LIVRAMENTO E RIVERA COM OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE
LAZER**

Sandra Edelmira Rosa Motta

Pelotas, 2023

Sandra Edelmira Rosa Motta

**As diferentes relações do fronteiroço das cidades conurbadas de Santana do
Livramento e Rivera com os espaços públicos de lazer**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto

Pelotas, 2023

Sandra Edelmira Rosa Motta

As diferentes relações do fronteiroço das cidades conurbadas de Santana do
Livramento e Rivera com os espaços públicos de lazer

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Antropologia, pelo Programa de Pós-
Graduação em Antropologia (PPGANT) do
Instituto de Ciências Humanas (ICH) -
Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

Data da defesa: 31 de agosto de 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto - Doutor em Antropologia Social pela
Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2001

Prof^a. Dra. Flavia Maria Silva Rieth - Doutora em Antropologia Social pela
Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2001

Prof^a. Dra. Letícia de Faria Ferreira - Doutora em Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, 2010

Agradecimentos

Agradeço inicialmente à Universidade Federal de Pelotas, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGANT, tanto pela oportunidade em fazer parte do mundo acadêmico como concluir o curso de Mestrado à distância, apesar de todas as dificuldades encontradas pelo caminho.

Agradeço ao professor orientador Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto pela paciência, bem como pela compreensão e palavras de incentivo, quando acreditava não ser capaz.

Agradeço também aos colegas da Escola Pinto da Rocha pelo apoio de sempre.

Agradeço imensamente aos meus queridos alunos do terceiro e quinto ano do ensino fundamental por todas às vezes em que fizeram silêncio, entendendo que em diversos momentos eu precisava atender ao chamado do professor orientador, o qual estava em outra cidade. Isto era algo muito distante e adverso às suas realidades. Espero que estas memórias os acompanhem ao longo de suas trajetórias e que possam alcançar voos tão ou mais altos do que a sua professora.

Agradeço a todos que colaboram para que esta pesquisa tivesse êxito. Em especial, agradeço ao senhor Leônidas Bayo, arquiteto e diretor de cultura da cidade de Rivera – Uruguai, por ter efetivamente acreditado em meu trabalho, pela disponibilidade e boa vontade ao oferecer, além do seu notável conhecimento, documentos e imagens que enriqueceram esta dissertação.

Agradeço a minha família: mãe, irmãos, tios, primos e amigos que torceram pela minha conquista.

Em especial, agradeço aos que estão comigo hoje e sempre, em todas as situações, dando o suporte necessário para que eu pudesse concluir mais este desafio: minha filha Jéssica Farias e meu companheiro de vida e lida, Érico Benites. Por tudo e por tanto, muito obrigada!

Resumo

MOTTA, Sandra Edelmira Rosa. **As diferentes relações do fronteiroço das cidades conurbadas de Santana do Livramento e Rivera com os espaços públicos de lazer**. Orientador: Francisco Luiz Pereira da Silva Neto. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

A presente dissertação propõe uma reflexão sobre a forma como os habitantes de Santana do Livramento e Rivera se relacionam e se apropriam dos espaços públicos de convivência e lazer destas cidades conurbadas. Apresento o cotidiano da fronteira seca de Santana do Livramento (Brasil) e de Rivera (Uruguai), a partir da autoetnografia e experiência da pesquisadora, somadas à observação do comportamento dos moradores fronteiriços e como vivem esta fronteira, através da pesquisa etnográfica. Para o trabalho de campo, foram escolhidas praças do lado brasileiro e praças do lado uruguaio, além da Praça Internacional, representativa e simbólica por pertencer aos dois países. Por meio da técnica da observação participante e de entrevistas abertas com moradores da fronteira, visitantes e frequentadores das praças constatou-se que houve uma transformação na função desses espaços ao longo dos anos. Alguns permaneceram como locais de encontro e lazer. Outros foram ocupadas pelo comércio informal transformando e impactando a dinâmica urbana. Como resultado da comparação entre as praças, verificou-se que a população fronteira se apropria mais das praças riverenses porque elas desempenham um papel central como locais de encontro, trabalho informal, lazer, comércio e eventos culturais. A maneira como são gerenciadas e investidas pelos gestores locais influencia significativamente sua eficácia em atender às necessidades da comunidade, fortalecendo os laços sociais e melhorando a qualidade de vida dos moradores. As praças santanenses, embora não apresentem grandes atrativos e uma estrutura adequada, continuam sendo importantes para os fronteiriços devido ao papel que desempenham em suas memórias de infância e no imaginário dos habitantes da fronteira. Esses espaços se tornam verdadeiras fronteiras fluidas, onde culturas se entrelaçam e se enriquecem mutuamente, criando um ambiente que transcende barreiras geográficas e políticas. Viver nesta região fronteira implica em interações únicas e complexas devido à proximidade de diferentes culturas, idiomas, leis e sistemas políticos. Os fronteiriços desenvolvem identidades híbridas, influenciadas pelas duas culturas e nações adjacentes. Essa construção da vida de fronteira resulta em formas de multiculturalismo e intercâmbio cultural intensos.

Palavras-chave: Fronteira. Espaço Público. Praças. Apropriação. Pertencimento.

Abstract

MOTTA, Sandra Edelmira Rosa. **The different relationships between the border of the conurbated cities of Santana do Livramento and Rivera with public leisure spaces.** Advisor: Francisco Luiz Pereira da Silva Neto. 2023. Dissertation (Master's in Anthropology) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

This dissertation proposes a reflection about how the inhabitants of Santana do Livramento and Rivera relate to and appropriate the public spaces for coexistence and leisure in these conurbated cities. I present the daily life of the dry border of Santana do Livramento (Brazil) and Rivera (Uruguay), based on the researcher's autoethnography and experience, added to the observation of the behavior of border residents and how they live this border, through ethnographic research. For field work, squares on the Brazilian side and squares on the Uruguayan side were chosen, in addition to the International Square, representative and symbolic as it belongs to both countries. Through the technique of participant observation and open interviews with border residents, visitors and people who frequent the squares, it was found that there has been a transformation in the function of these spaces over the years. Some remained as meeting and leisure places. Others were occupied by informal commerce, transforming and impacting urban dynamics. As a result of the comparison between the squares, it was found that the border population makes more use of the Rivera's squares because they play a central role as places for meetings, informal work, leisure, commerce and cultural events. The way they are managed and invested in by local managers significantly influences their effectiveness in meeting the needs of the community, strengthening social ties and improving the quality of the residents life. The Santana's squares, although they do not present great attractions and an adequate structure, continue to be important for border people due to the role they play in their childhood memories and in the imagination of border inhabitants. These spaces become true fluid borders, where cultures intertwine and enrich each other, creating an environment that transcends geographic and political barriers. Living in this border region implies unique and complex interactions due to the proximity of different cultures, languages, laws and political systems. Borderers develop hybrid identities, influenced by the two adjacent cultures and nations. This construction of border life results in intense forms of multiculturalism and cultural exchange.

Keywords: Frontier. Public place. Squares. Appropriation. Belonging.

Lista de figuras

Figura 1	Marco na linha divisória, em frente a Avenida João Pessoa, pelo lado uruguaio. Fonte: Leonidas Bayo, 2023.....	29
Figura 2	Marco na linha divisória, em frente a Avenida João Pessoa, pelo lado uruguaio. Fonte: Leonidas Bayo, 2023.....	30
Figura 3	Fotografia de 1890 mostrando a paisagem de Santana do Livramento e Rivera. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	47
Figura 4	Marco da linha divisória localizado entre as ruas 33 Orientales (Uruguai) e Avenida João Pessoa (Brasil). Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	49
Figura 5	Marco localizado entre as Avenidas Paulo Labarte (Brasil) e Químico Federico Diaz (Uruguay). Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	49
Figura 6	Fotografia de uma das salas atingidas pelo incêndio no antigo prédio do SENAI. Fonte: Reprodução RBS TV, outubro de 2019.....	50
Figura 7	Fotografia de Rivera e do Cerro do Marco em 1884. Fonte: Página Rivera Sin Fronteras.....	53
Figura 8	Fotografia da Plaza Rio Branco em 1950 na cidade de Rivera, atual Plaza Artigas. Fonte: Museo Sin Fronteras.....	54
Figura 9	Fotografia da Plaza Barrio Recreo. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	62
Figura 10	Bancos rústicos da Plazoleta Mario Benedetti. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	63
Figura 11	Bancos sem encosto localizados na linha divisória, no Paseo Público da Calle Químico Federico. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	63
Figura 12	Banco, lixeira e luzes na Plaza de Los Dragones, Barrio Insausti. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	63
Figura 13	Plaza de Los Dragones, Barrio Insausti. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	65
Figura 14	Fotografia de um banco localizado na Plaza Artigas, em Rivera. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	66
Figura 15	Fotografia de un Teléfono Inalámbrico ou telefone sem fio instalado na Praza Artigas – Rivera. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	66
Figura 16	Mapa posição do Centro Administrativo de Santana do Livramento e Rivera. Fonte: Neiva Otero Schäffer, 1992.....	69

Figura 17	Antigo cartão-postal da Praça General Osório, entre 1930 e 1940, conhecida como Praça das Carretas. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	71
Figura 18	Fotografia da Praça General Osório, em 1943. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	71
Figura 19	Varal de roupas na Praça General Osório, no dia 23 de julho de 2023. Fonte: Cezzar Vinicius Santana Medina, 2023.....	73
Figura 20	Fotografia de uma das barracas da feira de pequenos produtores na Praça General Osório. Fonte: Acervo pessoal da autora, julho/2023....	77
Figura 21	Fotografia dos produtos da feira de pequenos produtores na Praça General Osório. Fonte: Acervo pessoal da autora, julho/2023.....	77
Figura 22	Fotografia da estátua do General Artigas, na Plaza Artigas – Rivera. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	80
Figura 23	Fotografia dos painéis metálicos colocados na Plaza Artigas para exposições. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	81
Figura 24	Fotografia de um prédio que ocupava a Praça Internacional em 1925. Fonte: Museo Departamental de Rivera.....	87
Figura 25	Fotografias das esculturas na grama no Parque Internacional. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira, 2014.....	87
Figura 26	Fotografia da Praça Internacional - década de 50, cujo nome foi feito com a arte da topiaria. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	88
Figura 27	Fotografia do Marco localizado no Largo Hugolino Andrade - Santana do Livramento/Rivera. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	89
Figura 28	Fotografia das barraquinhas dos vendedores ambulantes na divisa Santana do Livramento e Rivera. Fonte: Acervo pessoal da autora, julho/2023.....	90
Figura 29	Fotografia do Centro de Informações Turísticas – CAT. Fonte: Jornal A Plateia, 2014.....	91
Figura 30	Fotografia de pessoas passeando na Praça Flores da Cunha. Fonte: Blogspot Memórias da Fronteira.....	98
Figura 31	Fotografia de um homem, na década de 30, passeando na Praça General Osório. Fonte: Jango Medeiros/Almanaque Santanense.....	98
Figura 32	Fotografia do Largo Hugolino Andrade - década de 40. Fonte: Jango Medeiros/Almanaque Santanense.....	99
Figura 33	Fotografia da Praça Flores da Cunha, entre 1940 e 1950. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	100

Figura 34	Fotografia de um menino com a estátua da menina na Praça Flores da Cunha. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	100
Figura 35	Fotografia de um engraxate na década de 50. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	102
Figura 36	Fotografia dos vendedores ambulantes na Linha Divisória na década de 60. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	102
Figura 37	Fotografia dos vendedores ambulantes na linha divisória na década de 60 e 70. Fonte: Blogspot Memória da Fronteira.....	103
Figura 38	Fotografia da Praça Flores da Cunha, 1980, com cambistas e camelôs. Fonte: Jota N. Canabarro, 2009.....	103
Figura 39	Fotografia da Praça Flores encoberta pelo camelódromo. Fonte: Ralph Quevedo/Sentinela 24 horas.....	104
Figura 40	Fotografia da Praça Flores da Cunha após a retirada dos camelôs para a calçada da Avenida João Pessoa. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014.....	105
Figura 41	Fotografia dos tapumes de madeira que cobriram o revestimento original da calçada - Petit pavet. Fonte: Blog Filhos de Santana, 2010.....	110
Figura 42	Fotografia da Praça Flores da Cunha, depredada. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2013.....	110
Figura 43	Fotografia mostrando a depredação da Praça Flores da Cunha após a retirada dos camelôs. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	110
Figura 44	Fotografia do Teatro de Verano com vista a partir do Cerro do Marco – Rivera. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	113
Figura 45	Fotografia do Teatro de Verano - painéis artísticos. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	113
Figura 46	Fotografia do Muro de contención Rincón de los Poetas - Rivera/Uruguai. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	114
Figura 47	Fotografia do Muro de contención Rincón de los Poetas - Rivera/Uruguai. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	114
Figura 48	Fotografia da Plaza 18 de Julio. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.....	117
Figura 49	Fotografia do interior da Plaza 18 de Julio - Reaproveitamento de madeiras. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.....	117
Figura 50	Fotografia dos Trailers ao redor da praça. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.....	118

Figura 51	Fotografia dos trailers na esquina da Plaza 18 de Julio. Fonte: Acervo pessoal da autora, julho/2023.....	123
Figura 52	Fotografia dos “cachivaches”. Fonte: Acervo pessoal da autora, julho/2023.....	124
Figura 53	Fotografia dos produtos expostos na Feira da Cuaró. Fonte: Acervo pessoal da autora, julho/2023.....	124
Figura 54	Fotografia das bancas e barracas da feira. Fonte: Acervo pessoal da autora, julho/2023.....	125
Figura 55	Fotografia de Dona Sueli, na <i>Feria da Plaza da Cuaró</i> . Fonte: elaborado pela autora, julho/2023.....	126

Sumário

1 Introdução	13
1.1 Revisão teórica.....	15
1.2 Metodologia.....	18
1.3 Trabalho de campo.....	19
1.3.1 Estrutura do trabalho.....	22
2 Capítulo 1: Entre Santana e Rivera – Acá Donde Vivo Yo	23
2.1 Apresentação.....	29
2.2 Conceitos teóricos.....	31
2.3 Contextualização.....	37
3 Capítulo 2: Delineando Origens – Abordagem Histórica	40
3.1 Santana do Livramento.....	40
3.2 Rivera.....	43
4 Capítulo 3: O Espaço Imaginado e o Espaço Vivenciado	47
4.1 As origens.....	47
4.2 Os espaços públicos de Santana do Livramento/Brasil - Registros históricos.....	49
4.3 Os espaços públicos de Rivera – Uruguay.....	53
4.4 Planejamento atual.....	58
4.5 Características das praças uruguaias: Lugar de encontro, lazer, cultura e convivência.....	60
4.5.1 Identidade e Cultura.....	64
4.5.2 Mão de obra própria e materiais típicos da região.....	67
5 Capítulo 4: Três Praças, Duas Cidades, Uma Fronteira: Espaços Públicos Compartilhados na Conurbação Brasil – Uruguai	68
5.1 Localização.....	69
5.2 Praça General Osório.....	70
5.3 Plaza Artigas.....	79
5.4 Praça Internacional.....	85
5.5 A praça hoje.....	89
5.6 Centro de informações turísticas.....	91
5.7 Além das linhas limítrofes: sentindo a fronteira que mais une do que separa.....	95

6 Capítulo 5: Entre Camelôs e Feiras de Ruas: Um olhar sobre a ocupação Comercial em duas praças urbanas - Praça Flores da Cunha (Brasil) E Plaza 18 de Julio (Uruguay).....	97
6.1 Praça Flores da Cunha.....	97
6.2 O projeto.....	100
6.3 Quando o comércio informal ocupa a praça: transformações e impactos na dinâmica urbana.....	101
6.4 Movimento pela restauração da Praça dos Cachorros e Praça Internacional.....	107
6.5 E hoje, quem ocupa a praça?.....	111
6.6 <i>Plaza 18 de Julio - Plaza da Cuaró</i>	114
6.6.1 Feira da Cuaró.....	122
6.7 Transformações sociais: regularização da cannabis e as novas dinâmicas dos espaços públicos em Rivera – Uruguay.....	128
Considerações finais	131
Referências	138

1 Introdução

A experiência de viver em uma cidade de fronteira seca entre Brasil e Uruguai, onde não existem limites físicos e a linha-limite é atravessada todos os dias pelos cidadãos dos dois países, por ser apenas uma rua, possibilita a observação direta dos hábitos tanto dos santanenses quanto dos riverenses. Tal situação propicia indagações sobre o comportamento, a convivência social, as trocas culturais, as ideias, as diferenças e semelhanças desta comunidade. Ainda que se possa considerar as cidades como *dos en una*, a antropóloga Quadrelli (2002) afirma que “as imagens que riverenses e santanenses têm de si mesmos e do outro, também estabelecem fronteiras culturais que não são fáceis de atravessar”, terreno fértil para uma abordagem antropológica integrativa, considerando as múltiplas dimensões do homem em sociedade.

Esta pesquisa tem como tema a relação dos atores fronteiriços com os espaços públicos de lazer nas cidades conurbadas de Santana do Livramento e Rivera. Esta fronteira, tão peculiar, apresenta particularidades na forma como os seus habitantes se relacionam com os espaços públicos, dando significados diferentes a cada um deles, seja na maneira de se apropriar dos mesmos, seja no cuidado com o que é de todos.

Palermo (2018), historiador uruguaio e riverense, destaca que:

Para quienes vivimos en estos territorios colindantes, la frontera la llevamos “virtualmente puesta” todos los días, como nuestra ropa, nos vestimos para protegerla, la sentimos en términos afectivos como parte integral de nuestro ser social. Tal vez por eso mismo la idea de frontera sea subjetiva, desde donde la observamos tiene mucho que decir sobre lo que pensamos de ella. De tal forma sostengo que más allá de comprender la frontera, es importante vivirla. (PALERMO, 2018, p. 52)

Nesse contexto, é comum, ao entardecer e nos finais de semana, observar os santanenses atravessarem a linha para disfrutarem das estruturas dos espaços públicos de convivência do país vizinho. Porém, a forma de ocupação destes espaços pelos fronteiriços¹ vai muito além da estrutura material oferecida; é possível perceber o envolvimento afetivo. Os uruguaiois se apropriam de suas *plazas*, como uma

¹ Habitante da fronteira. Neste caso, o termo será utilizado se referindo aos moradores das cidades conurbadas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai).

extensão dos jardins de suas casas. Ali tomam “mate”, vendem seus artesanatos, expõem obras, oferecem sua arte, discutem política, reivindicam direitos, ou simplesmente dedicam-se ao ócio, no mais pleno exercício de cidadania.

Em contrapartida, os moradores de Santana do Livramento se mantêm afastados das praças brasileiras, sem que haja o sentimento de pertencimento, de apropriação, de significância ao lugar, usufruindo basicamente do *playground* para as crianças, mesmo existindo lugares com boa estrutura, bem localizados e arborizados.

A partir dessas observações realizadas ao longo dos anos e do estreito convívio por morar e viver esta fronteira, surge o seguinte problema: como se dá o processo de atribuição de significados e de apropriação dos habitantes fronteiriços com os espaços públicos de lazer das duas cidades conurbadas - Santana do livramento e Rivera? O que leva o cidadão riverense a apropriar-se dos seus espaços públicos de lazer tornando-os “vivos”, pulsantes, dinâmicos, em constante transformação a ponto de atrair os santanenses, enquanto as praças do lado brasileiro são tão pouco frequentadas, exploradas e preservadas?

Portanto, o objeto de estudo da pesquisa são os seres humanos que frequentam estes espaços, os “atores fronteiriços” e a forma como interagem nesses locais de convivência, atribuindo significados a eles e apropriando-se ou não dos mesmos, vasto campo de pesquisa para a Antropologia que já há algum tempo vem debruçando-se sobre a realidade dos territórios urbanos (NETO, 2017). Entender como ocorre a relação entre os habitantes dos dois lados da fronteira com os espaços públicos conurbados, no sentido de atribuição de significado e de apropriação sob uma perspectiva antropológica.

Assim, pesquisar o comportamento dos cidadãos santanenses e riverenses em relação ao significado que dão aos espaços públicos de convivência e lazer é aprofundar o olhar sobre o ser humano que habita esta fronteira seca, de cidades gêmeas, de origens muito semelhantes, mas de formação cultural bem distintas, ainda que o espaço geográfico seja o mesmo. Segundo Pesavento (2006):

[...] o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos de identidade que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença. (PESAVENTO, 2006, p. 14)

O espaço geográfico, portanto, vai além da questão da territorialidade e da geopolítica. É um trabalho inédito na fronteira, por propor a observação, a análise e a comparação entre o comportamento dos cidadãos santanenses e riverenses quanto à forma como se relacionam com os espaços públicos de convivência e lazer, numa perspectiva antropológica (dimensão integral do ser humano) e cultural. O conceito de cultura, para o conhecimento antropológico, contempla dimensões como a linguagem, os valores, as crenças, os costumes, os rituais, as artes.

A relevância da pesquisa se dá por tratar a questão da ocupação dos espaços públicos em um território de fronteira, a partir da observação direta do santanense e do riverense, seres humanos que vivem em cidades que são, ao mesmo tempo, “duas em uma”, mas que mantêm características identitárias distintas refletidas na relação que estes desenvolvem com os ambientes, nas trocas culturais, na forma de pensar e agir enquanto cidadãos fronteiriços.

1.1 Revisão teórica

A cidade de Santana do Livramento, de colonização portuguesa, localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do sul – Brasil e a cidade de Rivera, localizada ao norte do Uruguai, colonizado por espanhóis, são divididas por linhas imaginárias que permitem a livre-circulação de pessoas numa verdadeira integração binacional. São “cidades-gêmeas” ou cidades conurbadas. Fábio Régio Bento (2014-2015) explica que:

cidade conurbada de fronteira é a que apresenta a mesma malha urbana compartilhada com a cidade estrangeira limítrofe. Cidades conurbadas binacionais de fronteira são as que entre elas não há acidentes geográficos (montanhas, rios) nem controle de pessoas e mercadorias na linha-limite por elas compartilhada. (BENTO, 2014, p.10)

Para estudar o ser humano que vive nessa fronteira, é indispensável aprofundar o olhar sobre a evolução desse conceito. Sandra Jatahy Pesavento, de forma mais ampla, define: “fronteira como margem em permanente contato, como passagem a proporcionar mescla, troca e diálogo, que se traduzem em produtos culturais”.

Pesavento diz ainda que: “fronteiras culturais implicam uma dimensão basculante entre duas realidades, em ambivalência de sentidos: ser um e ser dois ao

mesmo tempo, ser si próprio e ser o outro”. Aqui, muito bem representado na fronteira do Brasil com o Uruguai pela expressão ser *doble chapa*, ou seja, ter ambas nacionalidades. Por sua vez, a antropóloga Luciana Hartmann (2011) afirma que:

Ao longo da pesquisa etnográfica, pude observar que havia relacionamentos “intrafronteiriços” que geravam dinâmicas identitárias específicas do viver na fronteira. O sentimento de identidade fronteiriça não ocorre necessariamente no compartilhar dos cruzamentos da ‘linha’ ou da ponte mas, ao contrário, ocorre na vivência desse espaço ambíguo que se constitui por tais atravessamentos. Ou seja, não é “entre” fronteiras que os relacionamentos e as trocas em diversos níveis ocorrem, mas “intra”. (HARTMANN, 2011, p.206)

Esse movimento de trocas constantes fica claramente evidenciado quando as duas cidades mantêm identidades próprias, explícitas na linguagem, nas artes, na música, nos hábitos, no comportamento dos indivíduos e também na forma de apropriação e de atribuição de significados em relação aos espaços públicos de lazer, especialmente em relação às praças. Curiosamente, o santanense pouco frequenta as praças da sua cidade, enquanto o riverense faz das suas *plazas* espaços de convivência, de integração, de arte e cultura, reunindo pessoas de todas as idades; seja para tomar mate, praticar esportes, levar as crianças para brincar, seja para expressar-se das mais variadas formas em relação a arte, a política, a religiosidade ou, simplesmente, praticar o ócio de forma natural e saudável.

Desde as sociedades do passado, observa-se que o homem sempre interferiu na natureza, transformando o espaço físico de acordo com suas necessidades sociais, organizando também um espaço livre, geralmente centralizado, para o convívio social, o que sugere um esboço do que atualmente chamamos de praças. As ágoras para os gregos e os fóruns ou foro, para os romanos, além de servirem para o comércio e mercado eram essencialmente locais de reunião, debate, assembleias e de convivência, desempenhando importante espaço político (CALDEIRA, 2007). Entretanto, somente na Idade Média é que tem início a utilização do conceito de praças como conhecemos hoje, atingindo o ápice durante o período renascentista.

Ao longo do tempo, o conceito de praça sofre transformações, mas é sempre um espaço urbano, comum, de encontros, de contato livre entre as pessoas e de intensas trocas culturais. Para Robba (2010, p.17), “praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”.

Muito além do conceito de espaço público como sendo espaço de todos, priorizando o direito coletivo e o bem comum, a arquiteta urbanista e filósofa Pallamin (2005), entende espaço público “não como entidade pré-construída, mas espaço de confrontação, em movimento constante de constituição, em que distintos valores, projetos da vida social são efetivamente expostos”.

No Uruguai, foi o presidente *Batlle*, em 1911, após uma viagem pela Europa, o responsável por promover um grande movimento de reforma urbanística. Entendendo que *plazas* e parques “são espaços de recreação e ócio controlados que todas as classes sociais podem ter; são o ‘jardim dos pobres’”. Cabe ressaltar que em Rivera, todos os bairros são atendidos pelo poder público, e em todos eles encontram-se áreas de convivência, com estrutura para apresentações artísticas, anfiteatros e pistas para esportes.

Em Santana do Livramento, as primeiras praças surgiram no centro da cidade, junto à igreja principal, à prefeitura e aos grandes casarões, o que se mantém até hoje. Interessante destacar que os santanenses e riverenses têm características próprias, se percebem de forma não semelhante e são diferenciados inclusive na forma como enxergam as duas cidades. Segundo Quadrelli (2002):

os atores fronteiriços estão em permanente contato com o *outro* através de seu limite respectivo, e as imagens ou estereótipos sobre o outro são também um dado da vida cotidiana com o qual se convive permanentemente. Como (e quando) riverenses e santanenses classificam o outro nos ensina como se marcam diferenças e se estabelecem distinções que descobrem, por sua vez, novos limites culturais. (QUADRELLI, 2002, p.57)

Neste sentido, o Professor Francisco Luiz Pereira da Silva Neto, no artigo *Observar a cidade e seus habitantes - A contribuição da etnografia*, destaca a contribuição da Antropologia no estudo dos territórios urbanos e de seus atores, ao ressaltar a necessidade de mudar parâmetros conceituais sobre cultura, espaço e território para poder dar conta dos desafios da realidade da sociedade contemporânea. Neto (2017) afirma que:

ao pensar a cidade não somente como espaço de produção de cultura, mas também como produto da cultura (como pretendemos aqui), é importante trabalhar com os conceitos que conformam a possibilidade de reconhecimento de sua realidade. (NETO, 2017, p. 104)

1. 2 Metodologia

Esta pesquisa encontra abrigo na análise cultural proposta por Geertz (1989), apoiada na etnografia, pressupondo uma descrição rigorosa dos espaços estudados, o que permite diferentes observações e percepções da realidade, sendo desenvolvida em praças das cidades conurbanas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai).

A etnografia, enquanto método de pesquisa, busca descrever um grupo de pessoas a partir da convivência, para compreender outras maneiras de ver, de ser e estar no mundo, na busca de alteridades, onde o eu só pode ser entendido a partir da interação com o outro, baseado no contato direto do pesquisador com o grupo a ser estudado.

Sendo assim, esta pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico e teórico sobre as origens dos espaços públicos (objetos de estudo), suas funções e transformações ao longo do tempo, através de uma análise documental. Foram realizadas pesquisas diretamente nas bibliotecas públicas das duas cidades, visitas aos museus públicos e particulares, levantamento fotográfico dos espaços públicos de convivência e lazer.

Da mesma forma, ocorreram visitas frequentes aos locais de estudo, para o devido reconhecimento dos espaços e dos frequentadores, entrevistas, aplicação de questionários, anotações, registros em fotos e vídeos para posterior sistematização, análise, confronto com os objetivos delineados inicialmente e produção do relatório final.

Os interlocutores foram em torno de 20 pessoas, com diferentes profissões e origens: feirantes, turistas, arquitetos, praceiros, recepcionistas, moradores, comerciantes, pessoas em situação de rua, funcionários públicos dos dois países, Brasil e Uruguai, policiais, camelôs, aposentados, gestores municipais, entre outros. Santanenses, rivererenses e de outras cidades do interior do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Com alguns destes, houve mais de um encontro ou entrevista.

Portanto, esta pesquisa teve início a partir da relação dialógica entre experiências, teoria e etnografia. Inicialmente, a observação do lugar onde nasci e vivo até hoje foi o ponto principal para que questionamentos empíricos alcançassem o patamar de problemas científicos e dessem origem ao presente projeto de pesquisa etnográfico.

1.3 Trabalho de campo

Ao longo do percurso, percebi que também fazia parte da pesquisa, sendo, inclusive, muitas vezes afetada por ela. O exercício de memória para resgatar as impressões que tinha da fronteira em minha infância abriram uma janela de emoções e sentimentos que até então estavam adormecidos. Jon Mitchell (1997 *apud* PUSSETTI, 2016), afirma que:

a única forma de perceber ao que não se expressa imediatamente por palavras (emoções e sensações) é a de admitir que a compreensão acontece também através de sensações corpóreas, à flor da pele, e, portanto, a de compenetrar a experiência dos sujeitos observados, imergindo-nos na prática, e tornando o nosso corpo instrumento privilegiado de pesquisa. (PUSSETTI, 2016, p. 45)

Para Oliveira (1998), a primeira imersão de um pesquisador de campo (ou no campo) está na domesticação teórica do seu olhar. No texto “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever”, o autor propõe a reflexão sobre o que considera três momentos estratégicos do trabalho do etnógrafo.

Pensar sobre os atos de olhar e ouvir, buscando interpretar a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, sem interferir, sem exercer uma postura de poder sobre o informante foi, para quem é iniciante na área da antropologia como eu, o principal desafio. Da mesma forma, o escrever, no sentido de que ali será feito um exercício de memória para a interpretação da pesquisa (somente possível pela presença do Olhar, Ouvir e Escrever) requer extremo cuidado, respeitando o interlocutor ou colaborador, mantendo a ética e o anonimato.

Portanto, nesta pesquisa foram utilizados diversos métodos qualitativos de pesquisa etnográfica: pesquisa bibliográfica e documental, observação participante, fotoetnografia, análise de imagens, discursos e histórias de vida, entrevistas abertas e autoetnografia, esta última assim conceituada por Fabiane Gama (2020):

Diferente da etnobiografia (Gonçalves; Marques; Cardoso, 2013) – na qual a antropóloga reflete sobre a trajetória de uma outra pessoa para analisar fenômenos socioculturais – na autoetnografia, a antropóloga reflete sobre sua própria experiência, ou a partir dela, para analisar questões da sociedade e/ou cultura à qual pertence. (GAMA, 2020, p.190)

Inicialmente, fiz um relato das minhas experiências enquanto nascida e criada nesta zona fronteira, considerando que a memória é um fenômeno construído

socialmente (HALBWACHS, 1950) e que tem intrínseca relação com a identidade. A memória é a responsável pela relação entre o presente e o passado e acaba interferindo no processo das representações atuais, pois através dela o passado emerge. As lembranças refletem o que grupo social transmitiu e, principalmente, o que o indivíduo viveu e significou (GOMES, 2014).

A observação direta das cidades, da linha de fronteira, do fluxo constante de pessoas de um lado para outro, do centro comercial, das barreiras físicas ou da ausência delas, da presença de moradores santanenses e riverenses nos espaços públicos de lazer possibilita a busca de elementos que venham a explicitar as questões de apropriação e ocupação destes espaços, objeto desta investigação.

Na segunda etapa, adotei o método de entrevistas abertas não-diretivas ou aprofundadas (THIOLLENT, 1980), consistindo em conversas com os interlocutores, que ficaram livres para responder e explorar suas memórias e imaginários, após a introdução do assunto, a partir de alguns questionamentos.

Para o registro dessas entrevistas foram utilizados gravadores de áudio e filmagens, mediante autorização prévia para uso do material e das imagens, posterior à gravação e transcrição, análise e interpretação dos dados coletados. É importante destacar que além das respostas dos entrevistados também serão consideradas as expressões, os gestuais, as emoções, a interação do mesmo com o ambiente e a paisagem.

O trabalho de campo foi desenvolvido em praças que são significativas, seja pela sua origem histórica, seja pelo que representam em termos de ocupação e apropriação pelos habitantes das duas cidades.

Um espaço público de lazer, seja ele qual for, não é apenas um espaço físico que serve para determinada função pré-estabelecida. Uma praça envolve memórias, afetividades, experiências de vida e lembranças que ficam marcadas para sempre na trajetória daqueles que desfrutaram desse ambiente, principalmente na infância. Portanto, a escolha destas praças não foi aleatória. Entre elas existem semelhanças e diferenças e cada uma tem sua história e sua relevância dentro deste cenário de espaço urbano conurbado, construído a partir da ocupação militar na fronteira.

Do lado brasileiro, a Praça General Osório (antiga Praça das Carretas) e a Praça Flores da Cunha (conhecida como Praça dos Cachorros); do lado uruguaio a *Plaza Artigas* e a *Plaza 18 de Julio (plaza da Cuaró)*. Além destas, a Praça Internacional (que é oficialmente um espaço compartilhado, pertencente aos dois

países) e outras praças da cidade de Rivera situadas em diferentes bairros.

Tanto a Praça General Osório como a *Plaza Artigas* representam a tentativa dos governos uruguaio e brasileiro em frear o avanço do povoamento tanto de um lado quanto do outro. Percebendo que havia um pequeno aglomerado de habitações que avançam em direção a banda oriental, os uruguaios incentivaram a criação da Vila de Ceballos, paralela à vila brasileira, que em 1865 já existia. Além disso, as duas praças estão localizadas praticamente a mesma distância da linha divisória e apresentam os mesmos elementos - igreja, prefeitura, bancos, órgãos públicos, casas de moradia - ao seu redor.

Da mesma forma, a Praça Flores da Cunha e a *Plaza 18 de Júlio* têm em comum o comércio informal. Por muitos anos, a chamada Praça dos Cachorros foi palco para os camelôs santanenses que se apropriaram do espaço privilegiado e coloriram a linha divisória com suas barracas improvisadas, de lona e madeira, vendendo todo tipo de mercadoria. Assim, seus vizinhos riverenses também desenvolviam suas atividades, paralelamente, no lado uruguaio. Essa ocupação durou até a intervenção do poder judiciário, o qual exigiu a retirada dos camelôs e a revitalização do espaço público brasileiro por parte do poder executivo municipal.

A *Plaza 18 de Júlio*, carinhosamente chamada de *Plaza da Cuaró*, é o cenário da tradicional *Feria da Cuaró*, que acontece todos os domingos a partir das seis horas da manhã, transformando inúmeros quarteirões em uma movimentada feira de produtos e oportunidades. Ali, encontram-se pessoas de diversas nacionalidades, de todos os bairros, santanenses e riverenses, praticando a arte de vender seus produtos, de mostrar suas habilidades artísticas e, principalmente, de socializar. É uma mistura de cores, odores, sons, idiomas, numa efervescência cultural que transborda vida e criatividade. Embora tenha uma aparente informalidade e desorganização, tudo é muito planejado e controlado pelo setor público, sendo bem presente a ação e a interferência do Estado.

A escolha da Praça Internacional se deu pelo simbolismo que este espaço representa: é um parque que pertence aos dois países (Brasil e Uruguai), tendo sua estrutura e manutenção compartilhada.

1.3.1 Estrutura do trabalho

O primeiro capítulo, **Entre Santana e Rivera: *Acá donde vivo yo*** - introdutório, traz o relato da história da infância e juventude da pesquisadora, em um exercício de autoetnografia. Apresenta a discussão teórica e a reflexão metodológica, com os métodos e estratégias de investigação os quais foram empregados na pesquisa. Elenca os principais aspectos sócio-econômicos e demográficos das duas cidades - Santana do Livramento e Rivera.

O segundo capítulo, **Delineando origens - Abordagem Histórica**, faz uma abordagem histórica da origem das duas cidades e das praças, onde foi centrada a pesquisa etnográfica. Traça um paralelo entre a história de criação dos dois povoados e a forma como se desenvolveram, lado a lado, ao longo dos anos, sendo influenciado e influenciando diretamente o desenvolvimento da população, do comércio, do idioma, dos hábitos, da cultura e da vida como um todo, transformando esse espaço fronteiro em um lugar único.

O terceiro capítulo, **O espaço imaginado e o espaço vivenciado** - etnográfico, faz uma imersão em um dos temas centrais da pesquisa – o espaço imaginado pelos gestores e o espaço vivenciado pela comunidade. A ideia é entender como ocorre o processo de criação de novos espaços públicos de lazer e da manutenção e revitalização daqueles já existentes, a partir da visão dos gestores públicos de Santana do Livramento e Rivera e também das pessoas que frequentam esses espaços.

No quarto capítulo, **Três praças, duas cidades, uma fronteira: espaços públicos compartilhados na conurbação Brasil-Uruguaí**, a proposta é analisar e comparar especificamente as três praças principais das duas cidades, no que se referem à origem, a intenção de criação, a importância histórica que têm, suas similitudes e diferenças, a forma como foram e são tratadas pelos gestores do passado e atuais, e de que maneira a população interage com esses espaços, apropriando-se ou não dos mesmos.

O capítulo 5, **Entre camelôs e feiras de rua: um olhar sobre a ocupação comercial em duas praças urbanas - Praça Flores da Cunha (Brasil) e Plaza 18 de Julio (Uruguay)**, propõe um resgate da história dessas duas praças pela relevância que têm em função de representarem espaços onde o comércio informal esteve e está presente, seja pela presença dos camelôs (Praça Flores da Cunha) ou

de feiras de rua (*Plaza 18 de Julio*), evidenciando uma outra forma de ocupação dos espaços públicos de lazer pelos fronteiriços dos dois países.

Por fim, nas considerações finais, apresento as conclusões da pesquisa, entrelaçando a discussão teórica e as experiências da pesquisa etnográfica propriamente dita.

2 Capítulo 1 – Entre Santana e Rivera – *Acá donde vivo yo*

A experiência e o privilégio de nascer e viver em uma cidade de fronteira seca entre Brasil e Uruguai, onde não existem limites físicos e a linha-limite é uma rua, atravessada naturalmente todos os dias pelos moradores e por todos aqueles que chegam ou passam por aqui, possibilita o desenvolvimento de afetos, de sentimento de pertencer a um espaço único, marcado pela integração entre dois povos que convivem em harmonia mas mantêm suas características e peculiaridades.

Para quem chega em Santana do Livramento pela Br 293, 20km antes da zona urbana, vai se deparar com um pórtico natural, o conhecido Cerro de Palomas, um bellissimo acidente geográfico considerado um portal de entrada do município. Recebe esse nome devido aos bandos de pombas que habitavam suas escarpas, “*palomas*” em espanhol. O morro apresenta um formato de mesa e remonta o período Jurássico, inclusive tendo sido encontradas pegadas de dinossauros Saurópodes nos seus arredores. Atualmente, além de ser um ponto turístico é referência para o Sítio Arqueológico que está localizado nas proximidades. Mas, para o fronteiriço que retorna, enxergar a silhueta do Cerro de Palomas ao longe significa estar “quase em casa”; entretanto, passar pelo Cerro, na saída, indo embora, desperta o sentimento de saudade, de despedida, de se ausentar da querência, ou melhor, da fronteira que nos faz irmãos, que nos aproxima e ao mesmo tempo, nos leva a buscar aquilo que nos diferencia.

Ser “da fronteira” envolve questões que vão muito além de simplesmente ter nascido “*acá ou allá*”². A ideia de pertencer a esta terra está intrínseca ao fronteiriço, mescla de indígenas, africanos, portugueses, espanhóis, italianos e tantas outras etnias que contribuíram para a formação e o crescimento dos dois povoados no

² Termos que significam “aqui/cá” ou “lá”, referindo-se a um ou outro lado da fronteira.

passado e que ainda hoje mantêm vínculos com esta terra. Todo esse telurismo é expresso na arte, especialmente na música, tanto de Santana quanto de Rivera.

Cantadas em prosa e verso, algumas canções chegam a ser mais conhecidas do que os próprios hinos oficiais, como na música “Diário de um Fronteiriço”, quando o poeta Érlon Péricles escreve “Ah, Livramento me espera, num finzito de tarde, um olhar de saudade, a mirar da janela”.

Foi neste pedaço de chão, entre Brasil e Uruguai, onde nasci no início da década de 70, na chamada Casa de Saúde localizada na Avenida Tamandaré, a poucos metros da linha divisória. Cresci na zona rural de Santana do Livramento, local denominado Capão da Madeira, “lindeiro”³ com o município de Dom Pedrito, onde a linha limite era o arroio Upamaruti.

Fui alfabetizada na Escola Municipal Duque de Caxias, distante da minha casa aproximadamente nove quilômetros. Um trajeto percorrido a cavalo, sempre na companhia da mãe, do pai ou de um tio, que se tornava curto por ser também o momento para ouvir as histórias de cada tapera que ladeavam a estrada ou enfeitavam as coxilhas onde a vista alcançava.

Passei a infância e a adolescência ouvindo falar dos ciganos que costumavam acampar no “corredor”, onde vendiam “tachos de cobre”. No entanto, esses ciganos eram vistos com desconfiança pelos habitantes locais devido ao desconhecimento sobre eles e à situação em que viviam na zona rural. Muitos acreditavam em estereótipos negativos, como a ideia de que esses ciganos poderiam “roubar crianças”.

Também escutava “causos” sobre os “castelhanos” e os “tupamaros” que aguçam minha curiosidade infantil. Falavam muito na qualidade dos produtos que eram vendidos no Uruguai, como artigos de lã, alfajores⁴, queijos e o doce de leite.

Assim foi meu primeiro contato com a cidade e com o país vizinho. Através das histórias orais, das memórias dos mais velhos e do imaginário que se construiu ao longo dos anos, quando as informações chegavam “na campanha” pelas ondas da Rádio Cultura AM e pela Estação da Madureira, por onde passava o famoso “Trenzinho do Amor”, apelido carinhoso dado pelos moradores ao trem que se

³ Lindeiro – vizinho.

⁴ Doce de origem espanhola que lembra um biscoito com várias camadas recheadas com doce de leite.

deslocava pela linha férrea que ligava Santana do Livramento a São Sebastião, passando por Dom Pedrito.

A estação do trem da Madureira representou um dos primeiros espaços públicos⁵ que frequentei, fato que só percebi anos mais tarde. Era o local onde os moradores se reuniam para chegadas e partidas, por ser a única ligação com a zona urbana, considerando que automóvel era um artigo de luxo na época, limitado a um ou dois exemplares, de propriedade dos grandes estancieiros. Entretanto, “esperar o trem” significava ir “até a vila”⁶, ter acesso a produtos oriundos da cidade, congregar com pessoas de outros lugares, estreitar as relações sociais e afetivas. Com o trem chegavam também as novidades do Uruguai.

Aos dez anos fui morar com meus avós na periferia de Santana do Livramento para dar continuidade aos meus estudos, mas somente ao ingressar no Ensino Médio, em uma tradicional escola de freiras para cursar Magistério, em 1983, que ampliei meus conhecimentos e percepções sobre o viver fronteiriço.

Uma das lembranças mais fortes que guardo, quando finalmente conheci Rivera, foi o impacto que tive ao pisar pela primeira vez na *Calle⁷ Agraciada*, conhecida por ser a rua dos queijos. A rua estreita tinha pequenas *tiendas⁸*, que vendiam uma variedade enorme de produtos, mas predominavam os alimentícios.

Entretanto, era o cheiro característico dos *quesos* de todos os tamanhos e formatos, suspensos em suportes de madeira, que impregnava a rua inteira, misturando-se aos odores dos salaminhos e especiarias (cravo, canela, orégano, *chimichurri⁹*...) e aos cereais expostos em sacos, e vendidos “a granel”, ou seja, soltos, sem embalagem, em pequenos estabelecimentos, que faziam daquele espaço, onde circularam e circulam pessoas dos mais variados lugares e etnias, uma imensa feira de fragrâncias e sabores.

⁵ Lugar de uso comum, pertencente a todos.

⁶ A Vila da Madureira, era um pequeno povoado distante 40 km da sede do município de Santana do Livramento, que concentrava os comércios (bolichos), a Estação Férrea, a Escola Duque de Caxias, a Estância Santa Rosa, o Cartório Civil, a Cancha Reta (local onde aconteciam as corridas de cavalos), O Bolicho do Pistola e também o CTG (um dos primeiros Centro de Tradições Gaúchas da região e o único da zona rural). Atualmente, restam poucas casas, a Estância e a Escola.

⁷ Ruas da cidade Rivera.

⁸ Estabelecimento onde são vendidos quaisquer tipos de produtos. Lojas.

⁹ Tempero típico da culinária argentina feito com várias ervas e especiarias: alho, sal, salsa, orégano, tomilho, pimenta calabresa, cebola roxa e mostarda em pó.

Acrescenta-se a isso o som do portunhol (dialeto¹⁰ fronteiriço que mistura o português e o espanhol) falado por santanenses e riverenses. A *Calle Agraciada* é paralela a *Calle Sarandi*, principal rua de Rivera, onde antes se concentravam as “*tiendas¹¹ de lanas*”, os “cines”, os “*club sociales*”, e hoje estão os famosos *free shops* (lojas fiscalizadas e certificadas que vendem produtos importados com isenção ou redução de impostos, exclusivamente para turistas estrangeiros, localizadas nas cidades da fronteira com o Brasil).

Minha família costumava dizer para tomarmos cuidado ao “cruzar a linha”, ao passarmos para o “lado de lá”, o que significava entrar em Rivera. Havia um sentimento de medo, de estranhamento, fruto do imaginário popular que remetia a história recente dos tupamaros (guerrilheiros uruguaios que agiram entre os anos de 1963 a 1972, caracterizados pela guerrilha urbana) mas também pela falta de informações. O desconhecimento das leis os levava a temer o rigor da “*policia*”: falavam que poderíamos ficar presos no Uruguai. Para uma criança o “lá” soava muito distante e levei anos para descobrir o quanto era enriquecedora a convivência com os vizinhos uruguaios e o quanto uma cidade dependia da outra para o crescimento de ambas.

Assim, passei a explorar o que cada uma das cidades oferece para os moradores e visitantes: os pontos turísticos, os espaços públicos de lazer, as potencialidades, similitudes e singularidades. O jeito característico que os moradores locais levavam suas vidas, se dividindo entre os dois países para trabalharem, estudarem, fazerem compras, cultivar suas tradições, mesclando idiomas, hábitos e culturas, me propiciou indagações sobre o comportamento, a convivência social, as trocas culturais, as ideias, a identidade do povo fronteiriço e as memórias e o imaginário dessa comunidade da qual faço parte e, portanto, sou diretamente afetada.

Há muito tempo desenvolvi o hábito de “andar por aí”, conhecendo, reconhecendo e vivendo as duas cidades. Nesse sentido, De Certeau (1994), ao tratar da mobilidade, ressalta a importância do caminhar como uma prática que produz o lugar. Para ele, caminhar na cidade é “um processo de apropriação do sistema topográfico por parte do pedestre”. Porém, muito além da topografia, da descrição

¹⁰ Termo que se refere a uma variedade da língua sem prestígio ou ainda a uma variedade adquirida de forma natural, espontânea com membros da família ou próximos do indivíduo, antes de adquirir a variedade formal, segundo Lafin (2011).

minuciosa de um local, andar pela cidade proporciona o afloramento de todos os sentidos, o que nos leva a perceber como se dá a relação entre as pessoas e os espaços, como se constrói o social do “lugar”. Castro (2021) destaca a necessidade de que os antropólogos passem a perceber o fenômeno da mobilidade e, por meio dele, as rotas tomadas pelos indivíduos. Para Lee e Ingold (2006 *apud* CASTRO, 2021) “andar por aí é fundamental para a prática cotidiana da vida social”.

São dois povos que vivem aparentemente uma mesma realidade social e cultural, tão próximos nos costumes e hábitos diários e, ao mesmo tempo, diferenciados inclusive na forma como enxergam as duas cidades. Segundo Quadrelli (2002):

os atores fronteiriços estão em permanente contato com o outro através de seu limite respectivo, e as imagens ou estereótipos sobre o outro são também um dado da vida cotidiana com o qual se convive permanentemente. Como (e quando) riverenses e santanenses classificam o outro nos ensina como se marcam diferenças e se estabelecem distinções que descobrem, por sua vez, novos limites culturais. (QUADRELLI, 2002, p.57)

Nesse contexto de frequentes incursões pelas cidades gêmeas, percebi que havia uma diferença na ocupação dos espaços públicos de lazer em cada um dos lados da fronteira. Do lado brasileiro, as praças apresentavam pouco movimento, durante a semana ou até mesmo nos sábados, domingos e feriados. Ainda que apresentassem boa estrutura, com academia ao ar livre e brinquedos infantis, a presença de público era geralmente pequena.

Entretanto, era e é comum ver os moradores do lado brasileiro atravessarem a linha para desfrutarem das estruturas dos espaços públicos de convivência do país vizinho.

Do lado uruguaio, as *plazas* são concorridas. Independente do dia da semana há um movimento constante e um fluxo de pessoas considerável, praticando diversas atividades (lazer, ócio, exercícios físicos, artes circenses, músicas, etc), tanto na zona central quanto nos bairros mais afastados.

Diante desta realidade, surgiram muitos questionamentos sobre a forma como se dá a ocupação destes espaços pelos habitantes da fronteira, santanenses e riverenses, que inicialmente parece ir muito além da estrutura material oferecida. É possível que exista também um envolvimento afetivo?

Como explicar o fato de que os moradores de Santana do Livramento se mantêm afastados das praças brasileiras, sem que haja um perceptível sentimento de pertencimento, de apropriação, de conceder significado ao lugar, usufruindo basicamente do *playground* para as crianças, mesmo existindo lugares com boa estrutura, bem localizados e arborizados?

Sabendo que historicamente as *plazas* foram projetadas para serem “uma extensão dos jardins de suas casas” (*EL ORIGEN: JOSÉ BATLLE Y ORDÓÑEZ, 2016*), será possível afirmar que os uruguaios naturalmente se apropriam de suas *plazas*, considerando que ali tomam mate, vendem seus artesanatos, expõem suas obras, oferecem sua arte, discutem política, reivindicam direitos, ou simplesmente dedicam-se ao ócio?

Será que para o cidadão uruaio, o sentimento de pertencimento é muito forte por ser incentivado pelo poder público, que busca através de políticas públicas oferecer espaços de convivência planejados minuciosamente, mesclando lazer, cultura e arte, pois em todos esses lugares existe um tipo de arte representada por esculturas, pinturas, grafites, jogos de tabuleiro, peças pedagógicas espalhadas pelo interior das praças, anfiteatro e palcos, seguindo o mesmo padrão na zona central e nos bairros?

Inclusive tais eventos são descentralizados, ocorrendo na capital do departamento e no interior com o mesmo espírito de participação popular e acesso a todos. Contudo, quem tem acesso a esses espaços? Estão realmente abertos para todos?

A partir dessas observações realizadas ao longo dos anos e do estreito convívio que morar e viver na fronteira fronteira permite, estas inquietudes e indagações surgiram naturalmente, no sentido de melhor compreender as relações entre os habitantes da fronteira e os espaços públicos que ocupam: Como se dá o processo de atribuição de significados e de apropriação dos moradores das duas cidades conurbadas, Santana do livramento e Rivera, com os seus espaços públicos de lazer? O que leva o cidadão fronteiriço a apropriar-se dos espaços públicos de lazer do lado uruaio, tornando-os “vivos”, pulsantes, dinâmicos, em constante transformação a ponto de atrair os santanenses enquanto as praças e do lado brasileiro são tão pouco frequentados, explorados e preservados? Quais memórias são construídas pela convivência dos dois povos? O que forma o imaginário desse povo fronteiriço?

O presente trabalho, ao abordar estes temas, busca entender como se efetiva a apropriação desses espaços. Será que a ocupação ocorre pela estrutura oferecida ou por uma questão cultural, que envolve também o poder e a política? Quem é o ser humano que frequenta estes locais - os “atores fronteiriços”? De que maneira interagem nesses espaços de convivência, atribuindo significados a eles e apropriando-se ou não dos mesmos, produzindo e alimentando seus imaginários e construindo memórias?

Ao pesquisar o comportamento dos cidadãos santanenses e riverenses em relação ao significado que dão aos espaços públicos de convivência e lazer, aprofunda-se o olhar sobre o habitante desta fronteira seca, de cidades gêmeas, de origens muito semelhantes mas de formação cultural bem distintas, que juntas produzem também uma cultura híbrida, ou uma cultura de fronteira. Ainda que o espaço geográfico seja o mesmo, implica refletir sobre as questões de fronteira, memória, identidade, pertencimento, apropriação dos espaços e imaginário.

2.1 Apresentação

Ao longo dos capítulos, os convido a percorrerem essa tênue linha de fronteira, que une e separa, que aproxima e afasta, que se mescla, se mistura e que ainda assim, mantêm suas características, envoltas em uma grande simbiose. Mesmo demarcada por imponentes marcos de cimento estrategicamente colocados de um lado e de outro, reforçando a presença do Estado, estes marcos físicos são naturalizados e se tornam imperceptíveis, pelo ir e vir do dia a dia.



Figura 1 – Fotografia do Marco na linha divisória, em frente a Avenida João Pessoa, pelo lado uruguaio. Fonte: BAYO, 2023.



Figura 2 – Fotografia do Marco na linha divisória, em frente a Avenida João Pessoa, pelo lado uruguaio. Fonte: BAYO, 2023.

Diante destas peculiaridades, o professor Érico Benites, 54 anos, *doble-chapa*, ou seja, que possui dupla cidadania, assim definiu o que significa viver aqui:

Quem vive na fronteira, vive diariamente sem o freio na consciência, lhe avisando toda a vez que ele está cruzando uma linha imaginária e política e com isso se tornando estrangeiro a cada vez que por ela transpassa. Decididamente não existe esse freio: simplesmente aqui se vive como se nada oficialmente nos impedisse de transitar e conviver. Assim se identifica o fronteiriço cidadão destas duas cidades-gêmeas: Livramento e Rivera. (Érico Benites, 54 anos, Santana do Livramento)

Todavia, essa fronteira simbólica e imaginária é também uma zona de fricção, de conflitos e de estranhamentos, seja por conta do futebol (a maior rivalidade entre os moradores) seja por causa política, de costumes ou mesmo como consequência das relações sociais. A ideia da linha permanece no imaginário de brasileiros e uruguaios. Pode não ser visível, mas existe. E há um respeito implícito no comportamento do fronteiriço, como se cada vez em que “a linha” é ultrapassada, soasse um sinal de alerta.

A consciência de que se está em outro país se manifesta e se expressa no cuidado em seguir as regras de trânsito, em obedecer às autoridades, por entender que existem questões legais, burocráticas e diplomáticas inevitáveis. Em um primeiro momento, este sentimento parece ser muito mais perceptível no brasileiro que adentra o Uruguai do que no uruguaio que entra ao Brasil, questão que merece uma reflexão maior no decorrer da pesquisa.

O filósofo Deleuze (2005), ao explicar os rizomas, termo originário da Botânica utilizado para propor uma discussão filosófica sobre o conhecimento e as relações entre as pessoas, as ideias e os espaços, a partir de uma perspectiva de fluxos e multiplicidades que não possui raiz ou centro, afirma que “o rizoma se desenvolve de maneira horizontal, se multiplicando em diversos caminhos e se expandindo para distintas direções, se conectando para todos os lados possíveis.” Assim penso esta fronteira: como um rizoma, que não tem centro, mas que se conecta em infinitas relações, com seus habitantes conectados, múltiplos e significantes.

Em cada uma dessas conexões, os indivíduos são atravessados pela língua, pelos costumes, pela cultura, pelo jeito de ser “outro”. Cria vínculos e redes de convivência, produzem conhecimentos entrelaçados. Para Romagnoli (2017), “essa rede pode ser percorrida em diversas direções, não tendo um ponto fixo de entrada e de saída. Deslizar por um rizoma é efetuar percursos reinventados em cada viagem e por cada um que o explora”.

O fluxo de movimento desta fronteira de cidades gêmeas se assemelha ao movimento das águas que resultam do encontro entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. A água doce do rio invade o oceano de águas salgadas, atravessa e é atravessada por ele. Surge, dessa interação, um outro bioma aquático, sem que laguna e oceano percam suas características. Mas já não são só laguna e oceano. Esse rizoma deleuziano ilustra a porosidade e a maleabilidade dos movimentos fronteiriços. É um constante ir e vir, entrar e sair, sendo, ao mesmo tempo um “santanariverense” ou “riverasantanense”; um típico habitante da fronteira mais irmã do mundo, como é conhecida esta conurbação.

2.2 Conceitos teóricos

Diferente do habitante local, qualquer outra pessoa, ao se deparar com esta região inusitada de fronteira, vai pensar que é uma única urbanização, entrecortada por uma rua, mas que divide e compartilha o mesmo centro, ou centralidade, caracterizando uma aglomeração urbana, como se refere Peter (2010). Segundo o autor, “centro é o resultado de uma construção histórica no qual as pessoas conduzem as principais atividades urbanas com conseqüente redução dos gastos de energia e tempo no seu acesso”.

É certo que aqui as duas cidades estão fisicamente interligadas e a população circula por esse espaço em função do comércio e dos serviços que ali se concentram. Faz desse fluxo diário e da união dos centros algo natural, embora exista a dicotomia - concorrentes e complementares-, os dois centros de ambas cidades transformam-se em um só pelo valor que têm, ao mesmo tempo que são separados pelas questões históricas e culturais, mantendo suas particularidades e peculiaridades (Peter, 2010).

Então, ainda que aparentemente sejam duas cidades em uma só, a percepção que santanenses e riverenses têm de si mesmos e do outro demonstram o quanto são profundas e complexas essas relações de convivência.

Sendo assim, é fundamental buscar o apoio de autores que se debruçaram sobre este tema para dar suporte teórico a esta pesquisa, no que se refere aos conceitos de fronteira, linha de fronteira, limites, espaço, espaço público, identidade, pertencimento e apropriação.

Os termos limite e fronteira apresentam significados bem diferentes, embora comumente sejam empregados como sinônimos. Por limite entende-se uma linha imaginária que separa um espaço do outro, indicando onde começa um território e onde termina o outro. Segundo *Pallermo (2021)*, “*los limites son imaginarios, pero se materializan por la acción humana*”. Tais limites podem ser naturais (rios, montanhas, etc) ou artificiais (produzidos e determinados pelo ser humano, pontes, muros, etc), num contexto geográfico. A fronteira, por sua vez, é uma região ou uma faixa que surge a partir dos limites de dois ou mais países e que pode assumir diferentes significados dependendo da perspectiva em que é definida, seja geográfica, política, cultural, social ou o conjunto de todos esses fatores.

Ao longo de toda a fronteira seca entre os dois países - Brasil e Uruguai- estão dispostos marcos em formato de pirâmide, onde está escrito de um lado Brasil e do outro *Uruguay*, determinando o fim de um território e o início do outro, no intuito de marcar posse, posição, controle da individualidade territorial e, principalmente, de defesa militar, assim descrito pelo historiador *Pallermo (2021)*: “*el límite es el fin del Estado, es capa interior última, lo que está por debajo de la piel, por eso la necesidad de controlar, asegurar esos territorios*”.

No convívio diário, a presença da “linha” no imaginário do habitante fronteiriço é constante e reforçada por expressões como “cruzar a linha”, “o outro lado”, mesmo não existindo uma linha demarcatória visível, concreta, exceto os marcos que estão dispostos ao longo da fronteira entre os dois países, mas que passam despercebidos

por já estarem incorporados à paisagem urbana.

Embora seja inegável a forte interação e integração transfronteiriça, isso não impede as tensões e disputas sobre o “ser fronteiriço”, “o ser brasileiro e ser uruguaio”, o sentimento de pertencimento e de identidade, que para Arantes (1994) são as chamadas zonas de contato, onde “se entrecruzam moralidades contraditórias” e que Turner (1994 *apud* ARANTES, 1982) conceituou como zonas liminares.

As localidades fronteiriças estudadas, Santana do Livramento/Brasil e Rivera/Uruguai, chamadas por muitos autores de cidades-gêmeas, que, para Machado (2010 *apud* ASSUMPÇÃO, 2014) são:

núcleos adjacentes situados de um lado e de outro lado do limite internacional, nos quais, muitas vezes, a interdependência é maior do que de cada cidade com a região onde se localiza ou, ainda, com o próprio território nacional. (ASSUMPÇÃO, 2014, p. 58)

Segundo a historiadora Sandra Pesavento (2006), pela abordagem geopolítica, fixada na territorialidade, existe uma tendência de “pensar as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político”. Dessa forma, resumir-se-ia a delimitação de um espaço físico, “um marco que limita e separa”. Afirma que:

o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos de identidade que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença” e que, portanto, vai além da questão da territorialidade e a geopolítica. (PESAVENTO, 2006, p.10)

Entretanto, a autora entende que trabalhar com fronteiras exige “um jogo permanente de interpenetração e conexões variadas”, sendo um espaço de encontro e confronto, de definição do “eu” e os “outros” em função do “nós”, onde as questões de alteridade e identidade estão presentes, assim como a troca, a passagem, a mescla, o diálogo, resultando em produtos culturais. Para Pesavento (2002):

A fronteira cultural é trânsito e passagem que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica. (PESAVENTO, 2002, p. 37)

A abordagem antropológica do conceito de fronteira, e que permeará este trabalho, está vinculada à cultura e suas delimitações. Assim como Grimson (2000) já

fazia referência ao revisar o conceito de fronteira no decorrer da história da Antropologia, tanto no sentido concreto, ligado a territorialidade, quanto ao simbólico rituais de passagem, dedicando-se ao estudo das experiências pessoais e dos imaginários coletivos na fronteira, Hartmann (2011) contribui dizendo que:

na fronteira estudada, territórios, sociedade, identidades (e os discursos/narrativas sobre estes) transcendem seus Estados-nação de origem e que na microrregião em questão, localizada “entre” estes Estados, tem na (cultura da) fronteira seu eixo comum. (HARTMANN, 2011, p.188)

No mesmo sentido, busco apoio no texto de Donnan e Wilson (1999) quando abordam *border cultures*, ou seja, culturas da fronteira, maneiras de viver e formas de significar que são partilhadas somente ou principalmente pelos povos fronteiriços, pertencentes a qualquer um dos lados da demarcação legal do Estado.

Da mesma forma, Canclini (2011) contribui para este trabalho com os conceitos de cultura híbrida, onde duas culturas diferentes se mesclam, ocorrendo um processo de incorporação de elementos através da troca cultural, abrangendo também aspectos políticos e econômicos, sem que ocorra a dissolução desses traços culturais; ao invés disso, eles coexistem.

Esta fronteira, tão peculiar, apresenta particularidades na forma como os seus habitantes se relacionam com os espaços públicos, dando significados diferentes a cada um deles, seja na maneira de se apropriar dos mesmos, seja no cuidado com o que é de todos. Palermo (2018), historiador uruguaio e riverense, destaca que:

Para quienes vivimos en estos territorios colindantes, la frontera la llevamos “virtualmente puesta” todos los días, como nuestra ropa, nos vestimos para protegerla, la sentimos en términos afectivos como parte integral de nuestro ser social. Tal vez por eso mismo la idea de frontera sea subjetiva, desde donde la observamos tiene mucho que decir sobre lo que pensamos de ella. De tal forma sostengo que más allá de comprender la frontera, es importante vivirla. (PALERMO, 2018, p.52)

Por espaço geográfico entende-se aqui como um local onde ocorre a interação entre o ser humano e o meio ambiente, assim definido em uma abordagem da geografia:

O espaço geográfico é o contínuo resultado das relações sócio-espaciais. Tais relações são econômicas (relação sociedade-espaço mediatizada pelo trabalho), políticas (relação sociedade-Estado ou entre Estados-Nação) e simbólico-culturais (relação sociedade-espaço via linguagem e imaginário). (BRAGA, 2007, p. 71)

Entretanto, uma vez que a discussão deste trabalho está centrada na relação cultural entre os habitantes de duas cidades fronteiriças, é fundamental trazer os conceitos de território, territorialidade e lugar.

Por território, Arturo Escobar (2015) define como um espaço coletivo composto por todo lugar necessário e indispensável, onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas. Para ele, é um espaço de vida onde se garante a sobrevivência étnica, histórica e cultural. Segundo o professor mexicano Ocampo Marín (2005):

El territorio es un constructo social, una valoración, una fabricación, un producto, un espacio tatuado por la historia y la cultura, que se construye a través de prácticas, estrategias, percepciones y la manera de leer lo que tienen los miembros del grupo que lo constituye. Es un espacio que necesita la densidad del tiempo, las repeticiones silenciosas, las mutaciones lentas, el trabajo del imaginario social y de la norma para existir como territorio. (OCAMPO MARIN, 2005, p.3)

Considerando que esta pesquisa tem como objetivo entender como ocorre a ocupação dos espaços públicos, a partir e através da observação do cotidiano de duas cidades conurbanas, assim como as relações e trocas culturais entre seus habitantes em constante deslocamentos, a contribuição de Neto quando afirma a necessidade de “pensar a cidade não somente como espaço de produção de cultura, mas também como produto de cultura”, leva ao conceito de território de Segatto (2005):

A noção de território é de uma ordem mais acessível, porque o termo já nasce como representação. É, por assim dizer, espaço representado e apropriado, uma das formas de apreensão discursiva do espaço. Mas não qualquer forma de apreensão. [...] Território alude a uma apropriação política do espaço, que tem a ver com sua administração e, por tanto, com sua delimitação, classificação, habitação, uso, distribuição, defesa e muito especialmente, identificação. (SEGATTO, 2005, p. 196)

A definição de território perpassa o conceito tradicional de espaço definido e delimitado pelas relações de poder, delimitação e apropriação que nele ocorriam, porém na antropologia, essas relações de poder sustentam as ações discursivas que pretendem produzir a realidade do território (Neto, 2017).

Para melhor compreender como se dá a conformação do espaço urbano, Segatto (2005) diz que “lugar é, sobretudo o lugar de assentamento de um sujeito individual e coletivo, é o suporte onde essas produções espaciais e territoriais se concretizam”.

Neto (2017) colabora com a discussão ao afirmar que:

a cidade é algo em formação, produzida pela constante necessidade de definição de seus limites (...), um território a ser compreendido em suas fronteiras”, por ser ali a necessidade de produção de sentidos. (NETO, 2017, p. 105)

Entendendo o lugar também como um espaço que é vivido, experienciado, onde os indivíduos criam laços afetivos, produzem identidades próprias, estabelecendo ali uma relação pessoal, destaca-se aqui a importância dos espaços públicos de convivência nas cidades, considerando que a maneira como se concebe um espaço público passa pela correspondência direta entre ele e a cidade (Álvares, 2019). Para Borja (2003), *“la ciudad es ante el todo el espacio público, es espacio público es la ciudad”*.

Nos espaços urbanos, os espaços de lazer são, além de um direito dos cidadãos, também uma necessidade humana. Segundo Muller (2002):

O espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados, conservados e principalmente animados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem num direito dos brasileiros. (MULLER, 2002, p.2)

Portanto, assim Borja (2003) define espaço público:

El espacio público es componente esencial de la ciudad, resultado de los procesos sociales y estructuras espaciales. El espacio público es el espacio principal del urbanismo, de la cultura urbana y de la ciudadanía (Borja y Muxí, 2003). Es al mismo tiempo un espacio físico, simbólico y político, lugar de los acontecimientos. (BORJA, 2003, p. 12)

Muito além do conceito de espaço público como sendo um espaço de todos (será?), a filósofa Pallamin (2005) contribui ao conceituar “não como entidade pré-construída, mas espaço de confrontação, em movimento constante de constituição, em que distintos valores, projetos da vida social, são efetivamente expostos.

Nesse movimento contínuo de trocas, ocorrem as dinâmicas identitárias, o sentir-se parte do lugar, do grupo, da cultura, ou seja, a construção da identidade fronteiriça, não “entre fronteiras”, mas sim “dentro do espaço da fronteira”. Mesquita (2004) esclarece que a identidade não é vista como uma oposição entre indivíduo-sociedade, mas:

como a incorporação do inconsciente, quase consciente, dos indivíduos e dos grupos que constituem-na. Ou seja, reconhecer-se como sujeito e como grupo nas múltiplas relações que são estabelecidas pelo contato e pelo convívio diário. (MESQUITA, 2004, p.6)

Tais experiências do morador da fronteira remontam o tempo cronológico e passam pela construção da memória e identidade social, permeadas por aquilo que Pollak (1992) denomina de elementos constitutivos da memória individual ou coletiva: acontecimentos vividos pessoalmente, acontecimentos vividos por tabela, pelas pessoas e personagens e os lugares conhecidos direta ou indiretamente. Segundo ele, a memória é ainda seletiva, herdada, sofre flutuações sendo um fenômeno construído coletivamente. Além disso, a memória é um elemento do sentimento de identidade.

2.3 Contextualização

Geograficamente, Santana do Livramento está assentada sobre a Coxilha de Santana, com origem no cerro Cunhataí, entre os municípios de Lavras do Sul, Bagé e Dom Pedrito, onde recebeu o nome de Haedo. Já com o nome de Serrilhada passa entre os pontos do rio Santa Maria e os do Piraí Grande seguindo sempre em direção sudoeste, até o Monte do Cemitério nas nascentes do arroio São Luiz. A partir deste ponto, muda a direção para noroeste tomando o nome de Coxilha de Santana, fazendo limite natural do Brasil com o Uruguai.

Em toda a sua extensão, a Coxilha de Santana apresenta muitas elevações denominadas de cerros, destacando-se o Cerro do Itaqui, o Cerro dos Trindade, do Chapéu, das Palomas, da Cruz, do Depósito, Chato e do Jarau, ao norte de Quaraí.

Do Cerro Chato, desce para sudoeste a Coxilha do Haedo, circunscrevendo os galhos formadores do rio Quaraí, estabelecendo limite natural com o Uruguai. No país vizinho também são encontrados acidentes geográficos assim.

Santana do Livramento, de colonização portuguesa, é um dentre os 497 municípios os quais formam o Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, e ocupa a segunda posição em área territorial, com 6.946 km², enquanto Alegrete está em primeiro lugar. Da capital Porto Alegre está distante 498 km, e ao menos 100 km separam Livramento dos outros municípios brasileiros vizinhos, sendo eles Dom

Pedrito, Quaraí e Rosário do Sul.

Segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população estimada em 2021 era de 75.647 pessoas, enquanto a densidade demográfica era de 11,86 hab/km². No quesito Trabalho e Rendimento, em 2020, 20% da população estava ocupada e o salário médio era de dois salários mínimos. Quanto à Taxa de Escolarização, de 6 a 14 anos de idade, 97,6% estavam alfabetizados.

O município faz parte da Região da Fronteira Oeste e destaca-se na pecuária, na produção de arroz e soja. O clima temperado da Região da Campanha acompanhado de um período de dormência, devido às baixas temperaturas do inverno da região (TROIAN, 2021), foram fundamentais para a introdução e o desenvolvimento da vitivinicultura. Atualmente, atuam na região três grandes vinícolas e diversos pequenos produtores, que muito além da questão econômica, também fomentam o turismo rural, compondo a chamada Ferradura dos Vinhedos, projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal do Pampa. Os idealizadores do projeto assim o definem:

A Ferradura dos Vinhedos, além de produzir vinhos em suas vinícolas, oferece serviços de visitação e degustação dos vinhos e dos produtos locais. Mas a Ferradura dos Vinhedos é mais do que vinhos, há outros produtos e serviços turísticos ligados a produção de queijos, de cervejas artesanais, de azeitonas e azeites, de noz pecã, de charcutaria, de produtos agroecológicos, bem como serviços de hospedagem, lazer e diversão, contando, inclusive com um parque aquático de águas termais e SPA. (Página do facebook da Ferradura dos Vinhedos, 30 de agosto de 2022)

A cidade de Rivera, capital do Departamento de Rivera, localizada ao norte do Uruguai, distante 500 km da capital Montevideú, se comunica com o restante do país pelas rotas nacionais 5 e 27. Está localizado na confluência da Coxilha Negra com a Coxilha de Santa Ana, na fronteira com a República Federativa do Brasil.

Segundo relatos do Conde D'Eu (1865), "no conjunto da paisagem é o lado oriental muito menos acidentado e arborizado que o lado brasileiro". E, ainda, escreve que "com exceção de um pequeno número de valles arborizados do lado brasileiro, que não passam de um facto isolado, é identico o aspecto do solo dos dous lados da fronteira".

De acordo com o site oficial da Intendência Municipal de Rivera, o departamento está localizado ao noroeste da República Oriental do Uruguay e tem uma superfície de 9.370km² e uma população de 103.493 habitantes, segundo o

censo de 2011. É importante destacar que o Uruguai é um Estado unitário e seu território está dividido em 19 departamentos cuja descentralização é máxima, compreendendo os níveis político, financeiro e administrativo. A responsabilidade pela função legislativa é da Junta Departamental, enquanto a função administrativa-executiva cabe ao Intendente.

O Departamento de Rivera está dividido em quatro municípios: *Rivera (capital)*, *Minas de Corrales*, *Tranqueras* e *Vichadero*. A cidade de Rivera tem uma população estimada de 98.750 habitantes (Censo 2023).

Enquanto Santana do Livramento é um município que compõe um dos estados da República Federativa do Brasil, Rivera é a capital de um dos 19 Departamentos do Uruguai (equivalentes aos estados brasileiros). Assim, aproximadamente 500 quilômetros separam Santana da capital do seu estado - Rio Grande do Sul; por sua vez, a mesma distância separa Rivera de Montevidéu, capital do seu país. Dorfman e Rosés (*apud* OLIVEIRA, 2005) ilustra bem essa situação:

Rivera, por um lado, é uma capital departamental, unidade política situada diretamente abaixo do Estado nacional. Livramento, por sua vez, é sede de município, existindo, ainda, a escala relativa à unidade de federação - nesse caso o estado do Rio Grande do Sul, o qual por seu turno, se encontra subordinado ao Estado nacional. (OLIVEIRA, 2005, p. 201)

Ainda que os dois municípios ocupem áreas de terras equivalentes, no lado brasileiro a zona rural é muito extensa, com estradas em situações precárias, predominando a pecuária extensiva em grandes propriedades (denominadas estâncias), assentamentos de pequenos agricultores e plantações de milho e soja. A infraestrutura é primária, com pouca ou nenhuma presença do poder público.

No entanto, o lado uruguaio tem um nível de ocupação e de desenvolvimento avançado, com a participação efetiva do estado, em todos os setores: econômicos, educacionais, infraestrutura, saúde e lazer. Praticamente todas as ruas são pavimentadas ou em boas condições de trafegabilidade, tanto na zona urbana quanto na zona rural, o que possibilita que o campo seja mais ocupado efetivamente.

Santana do Livramento e Rivera são divididas por linhas imaginárias que permitem a livre circulação de pessoas numa verdadeira integração binacional. Compartilham a mesma realidade, falam uma mistura de idiomas, o *portunhol* e juntas formam a “Fronteira da Paz”. São “cidades-gêmeas” ou cidades conurbadas. Fábio Régio Bento (2014-2015) explica que:

cidade conurbada de fronteira é a que apresenta a mesma malha urbana compartilhada com a cidade estrangeira limdeira. Cidades conurbadas binacionais de fronteira são as que entre elas não há acidentes geográficos (montanhas, rios) nem controle de pessoas e mercadorias na linha-limite por elas compartilhada. (BENTO, 2014-2015, p.10)

Portanto, pensar a relação do indivíduo fronteiriço com os espaços públicos de lazer das duas cidades conurbadas, Santana do Livramento e Rivera, e a forma como se dá a construção da memória e identidade na vivência diária e integrada onde “fronteiras são janelas e portas, que tanto no plano da literalidade como no da metáfora permitem a passagem, mas também impede a entrada” (PESAVENTO, 2006, p. 11), significa entender que embora ocupem os mesmos espaços geográficos, estes dois povos percorrem caminhos distintos na construção da identidade e da cultura, sendo influenciados mutuamente pela proximidade e convivência, mas mantendo suas características e suas individualidades. Cada um construiu, ao longo do tempo, memórias únicas, pessoais e coletivas, recheadas de imagens e simbolismos, formando o imaginário fronteiriço.

3 Capítulo 2 – Delineando origens – Abordagem histórica

3.1 Santana do Livramento

O site oficial da Prefeitura Municipal assim descreve a origem do povoado:

Sant'Ana do Livramento cognominada oficialmente de 'Fronteira da Paz'. Nasceu de um período de guerras, quando a posse da terra dependia da sorte das armas e quando as instáveis fronteiras eram defendidas com as pontas das lanças, das patas dos cavalos e do gume das espadas, em combates de peito a peito, de ombro a ombro, de pupila a pupila. (Site da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, 2022)

Após a chegada dos europeus ao chamado Novo Mundo, no século XV, nem portugueses nem espanhóis, de acordo com o Tratado de Tordesilhas firmado em 1494, teriam direito às terras onde hoje é o atual Rio Grande do Sul, demonstraram interesse em conhecer ou povoar a região, sendo uma possível explicação para isto a inexistência de locais adequados no litoral do estado para atracar navios.

Por muito tempo, essa grande extensão territorial que se estendia desde a atual Santa Catarina até Montevidéu permaneceu inexplorada. Era um território de intensa disputa entre Portugal e Espanha, que enxergavam como uma área geográfica única,

sendo chamada, no início do século XVIII, de Banda Oriental ou Continente de São Pedro.

Entre o *Rio Uruguai* e o *Rio de la Plata* havia realmente um “continente”: grandes extensões de paisagens abertas, planícies cobertas por gramíneas verdejantes onde destacavam-se as pequenas elevações do terreno chamadas coxilhas, campos e pradarias, que iam até as terras do atual Uruguai. Além de serras, cerros, mato nativo, habitado pelos povos originários Charruas, Minuanos, Bohanes, Chanás, Yarós.

Aparentemente, as terras não ofereciam as riquezas que os luso-espanhóis buscavam. Não havia nelas nem ouro nem prata, tampouco apresentavam limites intransponíveis, como grandes rios ou cordilheiras ameaçadoras. Ainda assim, era difícil a ocupação, tanto para um lado quanto para outro; elas foram lentamente ocupadas. Os portugueses enfrentaram os povos indígenas, os padres jesuítas e os espanhóis.

Durante toda a história da formação do Rio Grande, suas terras constituíam uma região intermediária entre os dois impérios coloniais espanhol e português, pois a região representava os limites para a expansão dos portugueses na América e também um ponto de contato com os colonizadores espanhóis da região platina, o que desencadeou intensos conflitos entre as duas partes.

Em 1737 foi fundada a primeira povoação portuguesa na capitania do sul, em Rio Grande. Porém, em 1763, foi invadida pelas tropas espanholas, o que dificultou ainda mais o povoamento nas áreas que hoje correspondem à fronteira com o Uruguai.

Santana do Livramento surge como consequência desse espaço militarizado na fronteira. Na época, o governador da Província do Rio Grande, Dom Diogo de Souza, formou um exército que circulava pelo espaço fronteiro nas primeiras décadas do século XIX, o que levou ao surgimento de vilas originárias dos acampamentos militares e que posteriormente evoluíram para cidades como Bagé e Alegrete.

Segundo Schäffer (1993), com base na obra do jornalista e historiador santanense Ivo Caggiani:

A cidade de Sant’Ana do Livramento inicia ligada ao primeiro acampamento de tropas estabelecido na fronteira rio-grandense: São Diogo, junto ao Rio Ibirapuitã, na fronteira do então município do Rio Pardo. Das tropas ali instaladas em 1811, saíam as patrulhas de controle. O cerro de Santana, onde mais tarde surgiria a cidade, foi tomado por uma das patrulhas como ponto

de observação do movimento em terras espanholas . Esse foi o início do povoamento efetivo do Município. (SCHÄFFER, 1993, p. 37)

Em 1814, começaram a ser distribuídas sesmarias a antigos soldados e oficiais do Exército Pacificador, como se autodenominavam as tropas de Dom Diogo, dando origem às grandes fazendas e ao que Albornoz (2019) se refere como:

O binômio estancieiro militar que caracterizou a ocupação lusitana no Rio Grande do Sul, permitiu o alargamento das fronteiras, pois o dono da terra, gado e escravos, juntamente com seus peões, constituía uma unidade militarizada, que garantia a posse da terra. (ALBORNOZ, 2019, p. 14)

Ivo Caggiani (1984) relata que não deu certo essa tentativa de formação de núcleos de povoamento na várzea de Santana, pelas más condições do local escolhido, e que os habitantes foram transferidos para a Coxilha Grande, perto dos campos de Luciano Pinheiro. Embora o dia 30 de julho de 1823 seja oficialmente a data de surgimento da cidade, apenas representava um ato de licença para a criação de uma capela, solicitada por uma centena de moradores das proximidades de São Diogo. Somente depois da construção da capela é que foram distribuídos e ocupados os lotes para uso urbano.

Ainda assim, nos próximos três anos da autorização para construção da capela, não houve progresso na ocupação do espaço, limitando-se a poucos casebres. Após a independência do Uruguai em 1828 houve a evolução do povoado, sendo impactado também pela Revolução Farroupilha ocupando um papel estratégico, assim como na Guerra de 1851 (Brasil, Uruguai e Argentina), quando recebeu tropas com 16 mil homens, enquanto a população local era de 2 mil pessoas. Esse movimento de deslocamento de forças movimentava o comércio e o cotidiano do povoado; havia a possibilidade de alguns efetivos das tropas permanecerem no final das campanhas. Todos esses fatores contribuíram para o crescimento do núcleo habitacional.

Conforme a historiadora Vera do Prado Lima Albornoz (2019), em 1848, “o pequeno povoado passou a ser freguesia, já como Santana do Livramento. Em 1857 foi elevado à categoria de Vila, desmembrando-se de Alegrete, e em 1876 passou a ser chamada de Cidade”.

Durante a Guerra contra Rosas (1851), o Duque de Caxias se alojou em uma casa do povoado de Santana, localizada na área onde atualmente está a Praça General Osório, enquanto seu acampamento militar ficou às margens do arroio

Cuñapiru, ao sul, limite da área urbana de Rivera. Caxias ordenou que fosse levantada uma planta da freguesia e recebeu informações de que após a última guerra (leia-se Revolução Farroupilha) recebeu incrementos, contando com 28 casas de negócios, embora a população tenha diminuído de 3000 para 500 habitantes, o que era compreensível pois, em função da guerra, as pessoas fugiam para o interior ou para o país vizinho.

Já nessa época, chamava atenção a peculiaridade e a proximidade da fronteira com o Uruguai, sem obstáculos físicos ou naturais. Conde D'Eu (1865), nas suas anotações de viagens, relatou que “da última casa da vila à cumiada, e portanto à fronteira, a distância é de apenas cem passos. Imediatamente do outro lado fica uma casa sobre a qual se vê flutuar a bandeira oriental”.

Pensar a origem e o desenvolvimento de Santana do Livramento só é possível se associada ao surgimento e crescimento de Rivera. As duas cidades vivem uma relação de simbiose. Forjadas na militarização e na tentativa de barrar o avanço do crescimento da urbanização, tanto de um lado quanto do outro, foram, ao mesmo tempo, sendo empurradas para uma convivência e até mesmo uma “certa dependência”: dois vilarejos afastados de outros núcleos populacionais e muito distantes de suas capitais, sem contar com meios de comunicação, buscaram na relação de vizinhança uma com a outra, compensar essas dificuldades e assim construíram o que Albornoz (2019) chama de uma “mentalidade singular, quase coladas uma com a outra, vivendo como se fossem uma só; igualmente distantes de suas capitais, igualmente esquecidas por elas”.

3.2 Rivera

A cidade de Rivera teve origem na tentativa de assegurar a integridade do território uruguaio, a partir do estabelecimento de nucleamentos capazes de garantir a posse da área e colocar obstáculos no avanço português (SCHÄFFER, 1993), tendo como objetivo maior a vigilância da fronteira. Em 1832, foi ordenado o estabelecimento de “*una guardia en las puntas de Cuñapiru, frente al pueblo Brasileiro llamado Santa Anna do Livramento*” (PINTOS, 1985).

Oficialmente, conforme Pintos (1985), somente na segunda metade do século foi elaborado um projeto que reforçava “*delineación de um pueblo en la cuchilla de Santa Anna, sobre nuestra línea de frontera, frente ao pueblo Brasileiro llamado Santa*

Anna do Livramento”, sendo que em 1862 foi criada a vila de Ceballos, cujo nome foi posteriormente trocado para Rivera, em 1867. Enquanto 500 pessoas viviam na vila de Ceballos, o lado brasileiro já contava com 3 mil habitantes.

O site oficial *da Intendencia Departamental de Rivera* descreve desta forma a origem do povoado:

Como el gobierno uruguayo comenzó a preocuparse por el avance de las costumbres e idioma brasileño en el territorio nacional, luego de la Guerra Grande, a partir de 1853, se comienzan a instalar los marcos para señalar los límites geográficos. El 7 de mayo de 1862 se crea el Pueblo de Ceballos, en homenaje al Virrey Pedro de Ceballos, frente al pueblo de Santa Ana de Livramento y en julio de 1867 pasa a ser Pueblo de Rivera, en homenaje al Coronel Bernabé Rivera.

Ainda nesse sentido, Albornoz (2019) destaca que:

Em 1867 foi criada oficialmente Rivera, 341 habitantes urbanos. Os vizinhos pediram às autoridades para mudar a planta da cidade para junto de Santana, e não mais no Rio Cuñapiru, como desejava o governo uruguaio. Mesmo assim, as praças principais das duas cidades estão distantes uma da outra. A Igreja e a Prefeitura, marcas do governo, mantinham a separação das cidades. (ALBORNOZ, 2019, p.16)

Portanto, a origem da cidade de Rivera está enraizada nas disputas territoriais entre Brasil e Uruguai no século XIX e na subsequente definição da fronteira após a independência do Uruguai. Devido à sua localização estratégica na fronteira com o Brasil, Rivera desempenhou um papel comercial importante desde o início de sua história. O comércio transfronteiriço e a interação entre as cidades de Rivera e Santana do Livramento moldaram o desenvolvimento da cidade ao longo dos anos (SCHÄFFER, 1993).

Ainda segundo esta autora, “a história das duas cidades está pontilhada por eventos que indicam a importância do comércio e do contrabando, facilitado pela situação da fronteira seca”. Por localizarem-se a aproximadamente 500 quilômetros das capitais (Porto Alegre/RS e Montevideu/Uruguai), as duas cidades serviam de entreposto, atendendo os comerciantes locais. Do Uruguai chegavam os produtos oriundos da Europa e o Brasil enviava o gado e todos os seus derivados, produtos como a erva mate e o arame. Dessa forma, o comércio da fronteira se consolidava, mas sempre numa condição de dependência um do outro, onde a oscilação das moedas ora favorece um lado, ora favorece o outro lado da fronteira.

Uma vez que a área onde Rivera está localizada era um ponto de passagem natural para pessoas e mercadorias entre o Uruguai e o Brasil, devido à sua proximidade geográfica, nos séculos XVIII e XIX as rotas comerciais eram frequentemente utilizadas por comerciantes locais, indígenas e a população negra para trocas de produtos e bens, caracterizando um comércio informal.

Ao longo do século XX, o comércio entre Rivera e Santana do Livramento continuou a crescer, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. A inauguração de pequenas lojas e estabelecimentos comerciais refletiu essa atividade econômica: a proximidade das duas cidades permitia um intercâmbio constante de produtos básicos e também bens de maior valor.

Entretanto, a introdução dos *free shops* (lojas francas) em 1986 teve um impacto significativo no comércio de Rivera. Com a isenção de impostos sobre produtos importados, a cidade se tornou um destino atraente para compradores brasileiros em busca de mercadorias a preços mais baixos, como explica Araújo (2020):

O regime de *free shops* de Fronteira no Uruguai surgiu por meio do decreto número 222/86, de 23 de abril de 1986, este decreto instituiu no país o sistema de vendas de artigos livres de impostos apenas para consumidores em trânsito, turistas estrangeiros e que tais lojas de *free shops* deveriam estar localizados em pontos da fronteira terrestre com o Brasil. (ARAÚJO, 2020, p. 21)

Os *free shops* transformaram Rivera em um importante centro de compras para turistas brasileiros, com uma grande variedade de produtos disponíveis. A economia local cresceu em torno dessa indústria, com a oferta de empregos diretos e indiretos no setor varejista.

Atualmente, Rivera continua a ser um destino popular para turistas de Santana do Livramento e outras regiões do Brasil, os quais buscam produtos importados a preços acessíveis. O comércio na cidade se diversificou, abrangendo não apenas os *free shops*, mas também mercados locais, supermercados e outros estabelecimentos.

O chamado turismo de compras de Rivera impacta diretamente a cidade de Santana do Livramento, que também é favorecida com o grande fluxo de pessoas. A porta de entrada dos visitantes é pela cidade brasileira que dispõe de uma boa estrutura para recebê-los, com uma rede hoteleira bem desenvolvida, e um grande

número de restaurantes, lanchonetes, *trailers*, barracas, *food truck* (restaurante móvel sobre rodas) e carrinhos ambulantes.

Todavia, os riverenses não têm acesso aos produtos importados que tornam Rivera uma referência quando o assunto é produtos de qualidade, com preços acessíveis, ficando à margem dessa realidade. Uma estratégia é comprar com a ajuda de um brasileiro, que “empresta” o documento para a emissão da nota fiscal. Geralmente, são os santanenses que praticam esse tipo de auxílio aos riverenses, burlando a legislação, algo que não é considerado ilegal pelos fronteiriços, pois faz “parte da rotina”. Nesse sentido, Almeida (2015), colabora afirmando que:

A possibilidade de uma conduta ser ilegal, ao mesmo tempo que é legítima, comum a um determinado contexto, como é o caso da fronteira, aciona o conjunto de tolerâncias pensadas por Foucault (2007), onde uma mesma prática pode ser um delito e não ser criminalizada. (ALMEIDA, 2015, p. 147)

Esses pequenos ilegalismos (ALMEIDA, 2015) são recorrentes no cotidiano fronteiriço e tolerados pelas autoridades, da mesma forma que a venda de produtos baratos, trazidos geralmente do Paraguai, via Brasil, nos camelódromos dos dois países, situados na linha divisória e a poucos metros dali, no Centro Popular de Compras (os camelôs brasileiros).

A cidade de Rivera é uma fronteira internacional permeável, o que permite uma intensa troca cultural, social e comercial com a vizinha Santana do Livramento.

É um centro urbano cosmopolita que abriga diversos grupos étnicos, criando uma atmosfera multicultural. A influência da cultura brasileira, desde sua formação, se reflete no bilinguismo; característica marcante, uma vez que muitos habitantes de Rivera falam fluentemente o espanhol e o português, além do portunhol, “idioma” o qual mescla os dois anteriores. Nesse sentido, Sturza (2019) afirma que:

Portunhol se define como uma língua resultante do contato linguístico entre o Português e o Espanhol e é identificada como uma língua de contato, mas também como uma língua étnica de falantes de comunidades fronteiriças da região norte do Uruguai com o extremo sul do Brasil. (STURZA, 2019, p. 95)

No passado, o portunhol foi amplamente desvalorizado e tratado com indiferença pelos falantes em relação à língua vizinha. De acordo com Sanches (2018, p. 18) “nessas condições, quem falava portunhol, falava “mal” o português ou o espanhol e era algo que deveria ser combatido”.

Atualmente, o portunhol é percebido de maneira diferente por diferentes autores. Alguns o defendem como uma língua de integração regional entre o Brasil e seus vizinhos, enquanto outros o consideram uma língua que viabiliza e simplifica a comunicação entre falantes de línguas próximas, surgindo da necessidade de negociação e intercâmbio linguístico. MOTA (2014); ALBUQUERQUE (2014). Assim, o portunhol deixa de ser como era conhecido anteriormente, um “dialeto”, e passa a ser reconhecido como uma língua (SANCHES, 2018).

Além das questões linguísticas, a paisagem urbana de Rivera muitas vezes se funde com a de Santana do Livramento, criando uma sensação de continuidades geográficas que transcende as fronteiras políticas.

4 Capítulo 3 – O espaço imaginado e o espaço vivenciado

4.1 As origens

A formação dos povoados os quais deram origem a Santana do Livramento e Rivera remonta à época dos povos originários, sendo eles os Charruas, Minuanos, Bohanes, Chanás, Yarós, Pampeanos e Guaranis, e passa pelos africanos escravizados, além dos espanhóis e portugueses que disputaram belicamente o espaço do Continente de São Pedro, alterando por diversas vezes a linha de fronteira.

A disputa das terras assentadas entre as Coxilhas de Santana, Negra e e de Haedo (que serviram e servem para marcar a divisão entre o sul do Brasil e o norte do Uruguai, além de ser divisor de águas dos rios que formam as bacias do Ibicuí, do Arapeí e do Negro) perduraram por muito tempo, considerando ainda que estas mesmas Coxilhas são balisadoras para a linha divisória atual, na demarcação dos limites entre Brasil e Uruguai, segundo Albornoz (2019).

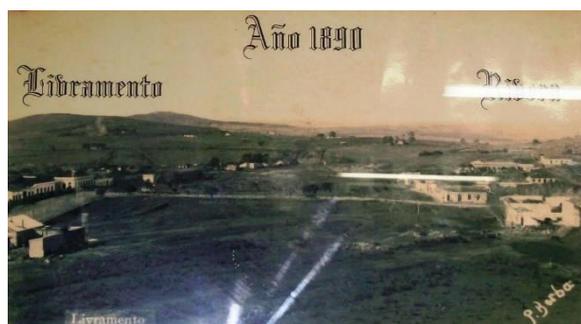


Figura 3 – Fotografia de 1890 mostrando a paisagem de Santana do Livramento e Rivera.
Fonte: Memória da Fronteira Blogspot.

Assim, tanto Livramento quanto Rivera surgiram de povoados já existentes os quais foram impulsionados pela presença das forças de segurança, dos exércitos e seus devidos acampamentos militares, que chegaram com o objetivo de defender seu território e avançar no território vizinho, sem que houvesse, pelo menos do lado brasileiro, a preocupação com o planejamento urbano e com a ordenação da expansão do povoado. Isso explica também a dificuldade em encontrar registros e documentos mais antigos que registrem como se deu a construção das primeiras ruas e residências, reforçando a ideia de que não houve um planejamento urbanístico.

A linha de fronteira é demarcada por marcos (estruturas de cimento em forma de pirâmide) que se estendem por mais de mil quilômetros, entre as duas cidades, serpenteando entre morros e coxilhas, deixando claro que de um lado é Brasil e do outro, *Uruguay*.

Se os marcos físicos representam a demarcação legal, atendendo aos acordos internacionais entre os dois países, a fronteira vivida e vivenciada pelos cidadãos santanenses e riverenses é aquela que está invisível para quem simplesmente cruza a rua que atravessa ambas cidades. É onde se confundem e se mesclam as culturas, os idiomas, as emoções, os sentimentos de pertencimento e apropriação, formadores do habitante fronteiriço, produzindo a questão identitária que o torna único no entendimento do que é ser santanense e riverense e, ao mesmo tempo, ser os dois: um cidadão fronteiriço.

Segundo Cassirer (2020 *apud* SILVA e FILHO, 2011), as formas simbólicas conformam o mundo e esse mundo é permeado pelas emoções, então o espaço vivenciado pode ser refletido em termos simbólicos. Os marcos representam um símbolo legal e concreto da presença do estado e a constante reafirmação de que ali existem dois países, enquanto a linha imaginária de fronteira envolve os afetos, as emoções, as vivências e as construções culturais, evidenciando que ali convivem dois povos de maneira equilibrada, que se complementam, se misturam, sem perderem as suas individualidades e identidades.



Figura 4 – Fotografia do Marco da linha divisória localizado entre as ruas 33 *Orientales* (Uruguai) e João Pessoa (Brasil).

Fonte: elaborado pela autora (2022).



Figura 5 – Fotografia do Marco localizado entre as Avenidas Paulo Labarte (Brasil) e Químico Federico Díaz (Uruguay).

Fonte: elaborado pela autora (2022).

4.2 Os espaços públicos de Santana do Livramento/Brasil – Registros históricos

Em maio de 2022, dei início à pesquisa de campo. Meu primeiro passo foi ir até a Secretaria Municipal de Planejamento de Santana do Livramento. O objetivo desta visita era obter acesso aos documentos que se referem à origem e à construção das praças General Osório, General Flores da Cunha e Parque Internacional. Esses locais foram escolhidos como cenários para minha pesquisa etnográfica.

Atualmente, esta secretaria ocupa o prédio onde funcionou, por muitos anos, o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, localizado no centro da cidade, distante da sede da prefeitura, próximo a uma grande área verde pertencente ao DAE (Departamento de Águas e Esgoto). Em frente ao prédio situa-se uma pequena praça, bastante arborizada, com alguns bancos e degraus que acompanham o relevo

acidentado.

Ao chegar à Secretaria Municipal de Planejamento, fui recepcionada por uma moça estagiária que, de maneira cordial, perguntou em que poderia ser útil. Expliquei minha situação, informando que sou pesquisadora e gostaria de conversar com uma pessoa ou equipe responsável pelo planejamento urbano, bem como com os encarregados das praças da cidade. Entreguei a ela o comprovante de minha matrícula e um resumo do projeto que estava desenvolvendo.

Após várias tentativas frustradas da recepcionista em me encaminhar para alguém, finalmente consegui que um servidora me atendesse por telefone, mesmo estando ela naquele prédio, a poucos metros de onde eu estava.

Educadamente, a servidora explicou que não existiam registros disponíveis, que precisaria de mais tempo para fornecer uma resposta definitiva. Ela sugeriu que eu enviasse minhas solicitações por email e que procurasse a Secretaria da Fazenda e o Setor de Patrimônio para maiores informações. Dessa forma, encerrei o primeiro contato com a Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, já compreendendo que não seria uma tarefa fácil obter as informações solicitadas.

Atendendo às sugestões recebidas na Secretaria do Planejamento, procurei a Secretaria da Fazenda do Município de Santana do Livramento, obtendo a seguinte informação: oficialmente não existem documentos ou projetos referentes à criação das praças e que estas constam apenas como áreas verdes. Portanto, não há registros de praças e sim de áreas verdes.

Após insistentes contatos presenciais, via email e através de ofícios com diversas secretarias, solicitei uma agenda com a Secretária Geral do Governo. Por meio de uma rede social, a gestora respondeu-me da seguinte forma: “perguntei para um colega e ele me disse que esses materiais, muitos deles, se perderam no incêndio aquela vez. Lamentável esses documentos terem sido queimados”.



Figura 6 - Fotografia de uma das salas atingidas pelo incêndio.
Fonte: Reprodução / RBS TV, 2019.

O incêndio ao qual se referiu a secretária ocorreu no dia 04 de outubro de 2019, e atingiu três secretarias municipais que funcionavam no antigo prédio do SENAI: Planejamento, do Meio Ambiente e da Educação, como mostra a Figura 6. O fogo consumiu a área de arquivos, onde estavam armários e prateleiras com documentos. Por ser um local que abrigava muitos processos de sindicância, havia a possibilidade de ser um incêndio criminoso, o que não ficou comprovado pela perícia.

Por sua vez, do lado uruguaio, a preocupação tanto com a documentação legal como o planejamento estratégico, com o ordenamento da expansão urbanística, está presente desde o surgimento e do reconhecimento legal do povoado. Tal fato é evidenciado, atualmente, quando se solicita, em qualquer órgão público, informações sobre a história da cidade ou do departamento, e existem registros em arquivos, museus, setores responsáveis pela manutenção e controle de tais documentos.

Ter acesso aos documentos é uma referência para pensar o espaço, para entender a lógica da construção da cidade, a forma como foi ou não planejado o espaço urbano pelo poder público e também possibilita a reflexão sobre o espaço planejado e aquele vivido pelos indivíduos.

A inexistência de registros e de documentação histórica não é apenas resultado do descaso de gestores locais. Ela reflete uma questão mais ampla sobre como o Estado brasileiro lida com a preservação do patrimônio cultural. A existência de leis e políticas de preservação do patrimônio cultural, embora seja um passo importante, muitas vezes não se traduz em sua aplicação efetiva devido a uma série de motivos, como a falta de investimentos (considerando que muitos municípios enfrentam restrições orçamentárias e não têm os recursos necessários para digitalizar, restaurar e conservar adequadamente os documentos históricos), o desinteresse político, a falta de fiscalização, as pressões do desenvolvimento urbano, que podem entrar em conflito com a preservação do patrimônio cultural, e também a necessidade de conscientização sobre a importância desse patrimônio.

Essa falta de aplicação efetiva da legislação pode resultar em uma negligência generalizada na proteção de documentos históricos e outros elementos do patrimônio cultural.

Ter acesso aos documentos históricos, como registros de fundação, mapas, plantas e projetos urbanos do passado, é essencial para entender a lógica da construção da cidade. Esses documentos possibilitam analisar como o espaço urbano

foi planejado, qual era a visão das administrações públicas em relação à cidade e como essa visão se reflete na configuração urbana atual.

Além de revelar a lógica do planejamento urbano, a documentação histórica também permite uma reflexão profunda sobre o espaço vivido pelos indivíduos. Isso envolve como as pessoas interagem com a cidade, como ela se desenvolve ao longo do tempo e como os espaços públicos, como as praças, desempenham um papel importante na vida da comunidade.

Os documentos históricos são uma referência útil para a preservação da memória coletiva de uma comunidade. Eles contam a história da cidade, suas mudanças ao longo dos anos e a herança cultural que é transmitida de geração em geração.

Outrossim, a preservação desses documentos ajuda a manter viva a identidade cultural de um município. Isso inclui a preservação de tradições, eventos históricos e elementos culturais que moldaram a comunidade ao longo do tempo.

Sem contar que documentos históricos bem preservados podem atrair turistas específicos na história e cultura do município, o que pode contribuir para o turismo local e para a economia da região.

Portanto, preservar documentos históricos é uma responsabilidade que transcende administrações e governos. É uma responsabilidade intergeracional garantir que as futuras gerações tenham acesso a informações valiosas sobre o passado de suas comunidades.

Essa pesquisa colabora na promoção da conscientização da importância da preservação de documentos relacionados às praças de Santana do Livramento, tanto para a comunidade quanto para a gestão pública.

Ao envolver a comunidade incentivando a coleta de fotografias (antigas e atuais) e a promoção de relatos orais e entrevistas com os moradores mais antigos, a fim de preservar suas memórias e histórias relacionadas às praças da cidade, ela ajuda a dar vida às memórias e à rica história local, conectando as gerações de hoje com o passado.

Além disso, propõe a criação de espaços virtuais, como sites e acervos digitais abrangentes, digitalizando documentos históricos, fotografias e mapas relacionados às praças da cidade, no intuito de tornar esses registros acessíveis a um público mais amplo, incentivando o engajamento da comunidade na preservação do patrimônio histórico.

Outra sugestão é estabelecer parcerias com instituições de pesquisa, universidades e organizações da sociedade civil que atuem na área de preservação do patrimônio cultural para a realização de pesquisas conjuntas, *workshops* e projetos de digitalização de documentos. As universidades muitas vezes possuem recursos técnicos e acadêmicos valiosos que podem ser direcionados para a catalogação, digitalização e preservação dos documentos das praças. Além disso, a *expertise* de professores e estudantes pode ser aproveitada para treinamento pessoal local na gestão de acervos e arquivos digitais.

A experiência de Rivera, com museus e arquivos digitais já instalados, pode ser uma fonte de inspiração e aprendizado. Um pesquisador pode visitar essas instituições para entender as práticas bem-sucedidas de preservação e colaborar com elas na troca de conhecimento. Além disso, pode ser benéfico estabelecer parcerias formais com instituições culturais em Rivera, compartilhando recursos e experiências no campo da preservação do patrimônio cultural.

4.3 Os espaços públicos de Rivera – Uruguay

A criação da *Villa Ceballos* se deu em 27 de maio de 1862. Porém, a inauguração oficial ocorreu sete anos depois, em 20 de junho de 1867, com um novo nome - *Pueblo Rivera*. O historiador uruguaio Eduardo Palermo (2020) explica que um importante fato político ocorrido nesse mesmo ano e que já demonstra a preocupação com a organização do espaço urbano desde sua origem:

Carlos Reyles, jefe político de Tacuarembó llegó a la frontera el 14 de julio y se encontró con una población de 341 habitantes, casas, quintas, comercios, escuela, policía, aduana, juzgado y Comisión Auxiliar, responsable por la administración de la villa. Ante tal situación, ordenó al agrimensor Martín Pays realizar el trazado urbano de la población existente. (Página do Facebook Rivera Sin Fronteras.)



Figura 07 - Fotografia de Rivera e o Cerro do Marco em 1884.
Fonte: Página *Rivera Sin Fronteras*, 2022.

Com a criação do Departamento de Rivera em 1884, a primeira ação foi *refracionar* a praça que já existia e não tinha nome (era uma “*luna de arena*”), ou seja, um espaço cheio de areia e desnivelado. Nesse período houve ainda o *amanzanamiento urbano* - onde o terreno foi dividido em manzanas (quadras). Em 1887, o engenheiro *Martín Pays* desenhou a planta urbana da cidade.

Portanto, a zona urbana de Rivera evoluiu a partir dos 400 quarteirões iniciais, o chamado enquadramento, já planejados e organizados, conforme mostram os mapas e projetos. A *Plaza Artigas*, principal praça de Rivera, seguiu o mesmo padrão das praças coloniais brasileiras. Localizada no centro de um quarteirão que abrigava uma igreja, a intendência (prefeitura), órgãos públicos, casas de moradia, comércios e instituições financeiras, muito semelhante à Praça General Osório/Matriz de Santana, que em 1851 já existia e era conhecida como Praça das Carretas.



Figura 08 - Fotografia da *Plaza Rio Branco* em 1950 na cidade de Rivera, atual *Plaza Artigas*.
Fonte: *Museo Sin Fronteras*, 2021.

Os espaços públicos são componentes essenciais de uma cidade, desde a antiguidade, quando na Grécia Antiga as ágoras tinham papel fundamental na pólis. Segundo *Borja y Muxí* (2003), é um espaço físico, simbólico e político, um lugar de acontecimentos.

Ao dimensionar a relação do poder público e os investimentos feitos nas estruturas públicas, penso que há significativa diferença na forma como são gerenciados tais espaços de convivência. Um exemplo fundamental vem da análise obtida pelo Informe da Escola Técnica Superior de Rivera - UTU (2016), que trata da revitalização do espaço Urbano Central da cidade de *Trienta y Tres orientales*, como instrumento estratégico de gestão urbana, o que contribui nesta discussão:

El espacio público es parte componente de la ciudad y reflejo de la sociedad que lo crea, usa y llena de significado. Por lo tanto, cuando las sociedades y las ciudades sufren transformaciones generan alteraciones simbólicas y físicas de los espacios públicos. Las recientes transformaciones socioculturales han resaltado la aparición de formas alternativas de encuentro que, en ocasiones, llevan a nuevas concepciones del espacio público frente a su disminución, degradación o exclusión.

Resulta imperioso "(...) redefinir los espacios públicos urbanos en las áreas de nuevos crecimientos. Recuperar la dimensión simbólica para identificar los espacios urbanos como referencias ciudadanas, hacer de los lugares de conexión o nodales un lugar con sentido, un hito cívico, atribuir a las áreas de nueva centralidad características del lugar central, o sea: monumentalidad, multifuncionalidad, intercambio, lugares de encuentro y de expresión". (Informe da Escola Técnica Superior de Rivera - UTU 2016, p.12)

Quando se analisa a linha de ação do gestores uruguaios atuais em relação à concepção dos espaços já existentes e da criação de novos, numa perspectiva de atender a população oferecendo estruturas diferenciadas, diante da expectativa dos indivíduos deles se apropriem efetivamente, é interessante perceber que desde o surgimento do povoado de Rivera a questão urbana é tratada como prioridade.

No documentário *El Origen: José Batlle y Ordóñez*, o professor de História da Arquitetura de Montevideu, *William Rey Ashfield* expõe o pensamento do presidente do Uruguai *José Batlle Y Ordóñez*, no início do século XX, eleito pela segunda vez, e como a sua gestão foi determinante para reorganizar urbanamente a capital do país, principalmente após uma viagem a Paris realizada no intervalo de seus dois mandatos. Segundo *Ashfield* (2015):

Batlle viaja a Paris e se queda, en su retina, con algunos elementos fundamentales: las avenidas, los parques y los monumentos. Esos son un poco los tres elementos que están en su cabeza y que se vuelven muy claro cuando, estando ya en Montevideo va a proponer un concurso para producir, justamente este cambio en la ciudad. (Documentário El Origen: José Batlle y Ordóñez, 2016)

As propostas inovadoras de *Batlle* promoveram uma grande transformação na forma de conceber os espaços públicos, influenciado pelos parques e passeios europeus, perceptíveis principalmente na capital do país, Montevideu, mas que também estão presentes no interior do Uruguai. Para o presidente, naquela época, as praças significavam espaços de recreação e de ócio controlado, que as pessoas de todas as classes sociais podem ter; são o jardim de pobre, uma extensão da casa.

Durante uma conversa com o Diretor Departamental de Cultura, o arquiteto Leonidas Victor Bayo, 63 anos, uruguaio, responsável pela remodelação e construção de inúmeros espaços públicos de lazer na cidade de Rivera, percebe-se que sua

narrativa vai ao encontro das ideias vanguardistas de Batlle. Ele afirma que “as praças tem, por um lado, a necessidade de servir àquelas pessoas que procuram a recreação fora da sua casa e provavelmente também junto aos outros”.

De acordo com esta linha de pensamento, para Graeml (2007), faz-se necessário pensar na produção do espaço, levando em consideração a vida, os lugares e o cotidiano dos atores sociais. Nesse sentido, *Leonidas Bayo* afirma que:

a gente pensa numa praça, num bairro e tem que pensar um monte de coisas. Uma das coisas são adultos que querem levar filhos pequenos pra recreação. Essa é a parte base. As praças tem muitas funções. Essa de ir com crianças que encontrem na praça a recreação que não tem na sua casa porque tipo assim: eu me criei em Montevideú em uma casa de bairro que tinha um fundo de mais de trinta metros, tinha a frente e tinha um jardim. E depois tinha uma calçada de dez metros de largura porque estava pensada para o dia em que fosse alargada a rua. E então eu não senti tanto a necessidade desse espaço de brincar. Porque meus vizinhos também... quando eu ia brincar com o vizinho, a casa dele também tinha muito espaço. Mas hoje isso não é o comum. Não é comum pelo lados das pessoas que moram em apartamento e não é comum pelo lado das pessoas muito humildes que moram em uma casa de 60 metros e mais 60 metros de pátio. Ou já tem uma casa do filho que casou e fez uma casinha no fundo porque não tinha onde. Então essas pessoas, pra elas, o espaço público é fundamental. Todo tipo de espaço público, não somente as praças. (Bayo, arquiteto, 63 anos)

Todavia, ao compararmos as praças de Santana do Livramento e Rivera, percebe-se que embora tenham sido concebidas semelhantes na forma e função, uma vez que apresentam elementos comuns, como a presença da igreja, e por serem espaços de encontro, de ócio e de lazer contemplativo, também foram se diferenciando ao passar do tempo, devido às intervenções (ou não) dos gestores públicos.

As propostas avançadas de *Batlle* foram colocadas em prática na capital Montevideú, com a revitalização e a construção de modernos parques e praças, porém, o interior do Uruguai permaneceu por muitos anos sem grandes avanços arquitetônicos, no que tange às áreas de lazer.

O arquiteto *Leonidas Bayo*, servidor público da Intendência há 20 anos e responsável pela concepção de mais 15 espaços públicos em Rivera explica que:

As praças de Rivera, historicamente, foram menos cuidadas que as daqui [Livramento]. Temos um histórico de praças bem cuidadas com muitos jardineiros, muito prolixas, muitas plantas, muitas flores e eu noto que foram abandonadas aos poucos. Ainda bem que pelo menos as daqui, as do centro, já tinha muitas árvores e plantas e hoje parecem abandonadas mas tem sombras, tem plantas. São interessantes do ponto de vista vegetal. Não foram renovadas. Em Rivera, a partir do ano 2000 se começou a fazer o contrário: vamos renovar as praças que temos, mas, sobretudo, vamos criar

praças novas porque daqueles 400 quarteirões que se criou a cidade hoje tem 1400. Então quando foi crescendo a cidade não se criaram praças novas. Então, tinha bairros muito grandes, tinha conjuntos de bairros muito grandes que não tinha nenhuma praça. Então a partir do ano 2000 foram se criando praças novas. (Leonidas Bayo, arquiteto, 63 anos)

Até 1940, os riverenses tinham como referência as praças do lado brasileiro, por terem boa estrutura e serem muito bem preservadas. Cada praça tinha um praceiro (funcionário responsável que dedicava-se especificamente à manutenção e limpeza do espaço), sendo comum as esculturas com arbustos, chamadas topiarias, as quais despertavam a atenção e que ficaram na memória de santanenses e riverenses, como nas lembranças da professora uruguaia Claudia:

Em minha infância sempre vínhamos passear neste Parque (Parque Internacional). Vínhamos, à noite, ver a fonte, quando ligava e ficava iluminada. Sempre vínhamos passear, principalmente na época das Festas (Natal e Ano Novo) porque decoravam as árvores... e havia arbustos que davam formas de animais, de chimarrão, de chaleira... me encantava vir. (Claudia Garcia, 48 anos)

Ao descrever suas vivências, sentada em um dos muitos bancos do Parque Internacional, Claudia ficou visivelmente emocionada com as lembranças. Olhava ao redor como se estivesse revivendo, naquele momento, cada uma das suas experiências enquanto criança. Falava ora em português, ora fazendo uso doportunhol, mas sempre buscando nas árvores, nos monumentos, no *petit pavet* que recobre o chão do parque, referências para suas memórias. Da mesma forma Bayo recorda sua infância nesse mesmo local, trazendo, em sua narrativa, elementos comuns ao depoimento de Claudia:

quando eu era pequeno o lado brasileiro era muito mais bonito do que o lado uruguaio... tu andava e era simétrico... era simétrico mas tu olhava do lado brasileiro tava tudo cuidadinho, tinha topiarias bem podadas, tinha palavras escritas com topiarias, tinha bichinhos, flores... do lado uruguaio era mais ou menos. Então, não sei o que houve, se foi o preço da mão de obra, mas não tem mais jardineiros. (Leonidas Bayo, 63 anos)

Os dois entrevistados destacaram a presença das plantas podadas em formas ornamentais como ponto central de suas memórias afetivas, tornando aquele espaço (o parque) inesquecível. Segundo Silva e Filho (2020):

Nas experiências de vida, há lugares significativos em que as emoções ficam mais evidentes, seja pela relação mantida cotidianamente - os espaços de

vida - , mas também nas vivências momentâneas com e nos lugares, que por um motivo ou outro, marcam a experiência *per si*. (SILVA E FILHO, 2020, p. 2)

Esse conjunto de emoções sentidas pelos entrevistados nos remete ao que Bollnow (2008) define como espaço vivenciado. O autor faz uso desse termo, ao invés de espaço vivido, por entender que “o espaço não é somente algo de caráter espiritual, imaginado ou concebido, sendo carregado de significado, portanto, idealizado pelo sujeito pelo seu sentimento espacial”.

4. 4 Planejamento Urbano atual

Em relação ao planejamento urbanístico atual, obtive as informações de Santana do Livramento através do Secretário de Serviços Urbanos, Julinho Motta (cargo de confiança) e, da parte de Rivera, com o arquiteto concursado da Intendência Municipal *Leonidas Bayo*.

Bayo relata que até o ano 2000, Rivera não tinha um Plano Diretor. Diante da necessidade de organizar o crescimento urbanístico foi montada uma equipe, formada por arquitetos e servidores da intendência. Entretanto, não houve tempo hábil para uma participação direta da comunidade. *Leonidas Bayo* acrescenta que:

No ano 2000, quando entrei na Intendência, tinha um arquiteto que se aposentou. E alguns anos eu fiquei sozinho. Eu era o único arquiteto na Intendência. Eu era pra tudo. Eu era o encarregado de projetos arquitetônicos, de projetos de Espaços Públicos e Paisagismo e do Ordenamento Territorial - Urbanismo. Eu promovi que a gente fizesse o primeiro Plano Diretor. Rivera não tinha plano diretor. Obviamente que eu promovi, eu não fiz sozinho. Eu participei de uma equipe que se contratou para fazer o Plano Diretor. A pessoa que fez o Plano Diretor conosco, o principal, o cara que manjava mesmo como que tinha que fazer, não era daqui. Ele vinha uma vez por semana, uma vez por mês. E a outra pessoa que pedi pra contratarem é uma pessoa que ficou na Intendência e até hoje ela é a chefe da área de planejamento. Com o passar do tempo entraram outros arquitetos. Tipo assim, eu me encarregava também de olhar os planos que entravam e de visitar obras. Agora tem um arquiteta só pra isso. Depois, tem um arquiteto que se encarrega só da área social, só de moradia social. Agora parece que tem outro. Mais tem mais de oito arquitetos. E depois de Aida Carolina que trabalhava comigo que ela ficou como chefe da unidade de projetos. Então ela tem outra arquiteta que trabalha com ela e elas fazem só projetos na escala de arquitetura e praças. (Leonidas bayo, arquiteto)

O depoimento do arquiteto corrobora com a ideia de que faz parte da dinâmica da gestão pública uruguaia e, por conseguinte, de Rivera, o planejamento a longo

prazo, priorizando e organizando administrativamente a cidade, pensando em cada detalhe do espaço urbano, especificando suas funções e seus usos, sempre considerando que, entre aquilo que foi planejado e o que será executado e posteriormente entregue à população, está o cidadão. É ele quem vai se apropriar ou não, de maneira efetiva da obra. Assim, Jacobs (2001) entende que:

Os parques de bairro ou espaços similares parques são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso. (JACOBS, 2001, p. 69)

Por sua vez, Leonidas Bayo complementa afirmando que quando um gestor remodela ou cria um espaço novo existe, a preocupação em relação à ocupação desse espaço por aqueles a quem chamamos de “vizinhos”, isto é, as pessoas que vivem ao redor ou próximos da praça. Ele conta que em determinado período, um político na intenção de angariar votos, foi nomeado Diretor dos Espaços Públicos de Rivera e “inventou” um monte de pracinhas, porque não dispunha de verbas para as obras, inclusive em terrenos que não eram oficiais, mas que pediu emprestado, e ali construiu um espaço com pneus, tinta e alguns brinquedos. Diz ele que:

como técnico, acho que ele sem querer , teve uma tarefa muito importante, porque ele criou essas pracinhas no risco. Eram algumas que ninguém ia e tinha outras que mesmo sendo uma porcaria, tão porcaria como a outra que ninguém ia, enchia de gente. Então isso o que nos mostrava? Que havia uma avidez por parte de certos públicos que não tinham nada nos seus bairros. (Leonidas Bayo, arquiteto)

Nesse sentido, o Secretário de Serviços Urbanos de Santana do Livramento, Julinho Motta, ao falar sobre a origem das praças mais novas no município diz que:

As praças que não são oficiais, em alguns casos, surgem nos bairros, com o apoio de alguns vereadores, com a Associação de Bairros, ou às vezes, quando nem é formalizada a associação, quando tem uma representatividade maior a gente recebe várias demandas dos vereadores...será que dá pra cortar a grama... tem um campinho e o pessoal quer voltar a utilizar. A gente está falando de uma estrutura bem básica: é uma trave de madeira, um brinquedinho artesanal. É um processo que se dá de forma natural. Estou supondo. Não tenho um dado científico, comprovado. (Julinho motta, Secretário de Serviços Urbanos, 2023)

Outro ponto importante é a quantidade de profissionais - arquitetos - que atuam na cidade de Rivera (do ano 2000 até o ano presente, somam mais de oito), e que se dedicam ao planejamento e monitoramento das obras, na área de moradia social, na unidade de projetos e, especificamente, na arquitetura e praças.

Por outro lado, na prefeitura de Santana do Livramento, não se encontra um engenheiro ou arquiteto que esteja designado especificamente para a manutenção e organização de praças. A responsabilidade pelo cuidado desses espaços é da Secretaria de Serviços Urbanos que, segundo informações do secretário, tem a atribuição legal de manutenção, conservação e embelezamento de espaços públicos. Por espaços públicos, o secretário define “as praças municipais (praças oficiais) e outras que os bairros e comunidades transformaram em praças. Compreende praças, parques, canteiros e iluminação pública”.

A Praça Internacional, a Praça General Osório, a Praça José Bonifácio e o Lago do Batuva têm praceiros, com a função de manutenção básica. Entretanto, existem equipes itinerantes que realizam os cortes de grama e a poda das árvores, porém não seguem um cronograma, em função do número reduzido de servidores e de ferramentas necessárias ao trabalho.

Em Santana do Livramento, a Lei Complementar nº 45 de 10 de outubro de 2006, instituiu o Plano Diretor Participativo como instrumento básico de planejamento. No anexo IX, que refere-se ao inventário do Patrimônio Cultural do município, apenas três praças estavam registradas: O Parque Internacional, a Praça Esportes (antiga Praça Oriovaldo Grecellé) e a Praça General Osório.

Em 2014, a Lei Complementar nº 51, de 24 de novembro de 2011, alterou diversos artigos da Lei nº 45/2006, dentre eles o anexo IX, incluindo as Praças Flores da Cunha, Praça José Bonifácio, Praça Artigas e Praça da Estação Ferroviária como Patrimônios Culturais.

4.5 Características das *Plazas Uruguayas*: Lugar de encontro, lazer, cultura e convivência

O conceito de praça como espaço de convivência e de lazer dos habitantes urbanos (Robba, 2010) acompanhou a evolução das cidades e transformou-se ao longo do tempo, embora sem perder o caráter social. Portanto, o contexto urbano na qual a praça está inserida sempre deve ser considerado quando fazemos uma análise

desse espaço. Seguindo a linha de pensamento deste autor, é possível afirmar que tanto Rivera quanto Santana do Livramento, em sua origem, criaram suas primeiras praças como centrais das cidades, demarcando o centro do povoado dessas comunidades em formação.

Entretanto, urge diferenciar os espaços e lugares. Segundo Tuan (1983), *espaços* remetem uma ideia de amplidão, movimento e liberdade, enquanto que *lugares* caracteriza-se pela segurança, proximidade e humanização. Por isso, ao planejar um espaço de convivência é preciso considerar a vida, os lugares e o cotidiano dos atores sociais os quais vão se apropriar deles (Graef, 2007).

Em conformidade a estes conceitos, podemos entender que o planejamento dos espaços públicos em Rivera apresenta características bem particulares, se comparado ao do lado brasileiro da fronteira. Parte do princípio que praça é sempre local de encontro, de todas as classes sociais, expresso textualmente na entrevista com o arquiteto *Bayo*:

As praças têm por um lado a necessidade de servir aquelas pessoas que procuram a recreação fora da sua casa e provavelmente também junto aos outros. Ao mesmo tempo, ter o que eu acho mais importante de tudo, que são lugares de encontro. A praça tem que ser um cenário pra convivência, pra gente achar os outros e sobretudo, pra conhecer outras pessoas. Antigamente, por exemplo, tu deves ter sentido a mesma coisa porque no Brasil era semelhante, tinha as escolas públicas era um local de encontro de todas as classes sociais. Tinha pouco colégio privado e quase todo mundo ia na escola pública, sobretudo no interior. Hoje isso já não acontece. Nas escolas públicas, a maioria das pessoas que vai não pode pagar um colégio privado. Tanto é assim que em Rivera tem vários e tem um pessoal de Livramento que manda o filho em Rivera porque não encontra em Livramento um colégio como gostaria. Eu não sei se é tão importante ou não, mas eu fui numa escola pública e num colégio privado também. Conheço os dois. Então, as praças, o que eu comprovei, é que se a praça é interessante não é um lugar assim para o refugio da sociedade. Se a praça é interessante as pessoas vão e todas. E vão se encontrar as pessoas, de distintas classes sociais. (Leonidas Bayo)

A partir dessa concepção, os projetos são elaborados considerando o terreno onde vai ocorrer a construção, os habitantes do entorno, o público alvo, além do cuidado na escolha dos elementos que vão compor esse espaço, uma vez que tem uma função pré determinada, voltados para o lazer e a interação social.

Ressaltam que o relevo deve ser respeitado, também como uma forma de demonstrar respeito aos moradores do entorno, como no caso da Praça do *Barrio Recreo*, recentemente construída e entregue para a população, em um terreno que apresentava de três a quatro metros de desnível. Esta praça apresenta muitas

inovações: tem um muro de contenção com gaiolas com pedras dentro (técnica chamada gaviões), um *cenário* (palco), uma rampa que divide o espaço social em duas partes (crianças e adultos), além da academia de ginástica e quadra de esportes.

Outra novidade são os balanços circulares para que as pessoas possam interagir enquanto brincam. A iluminação será feita por oito altas com focos de luz dirigidos para lugares diferentes. Recém inaugurada, em outubro de 2022, recebe um grande número de frequentadores diariamente.

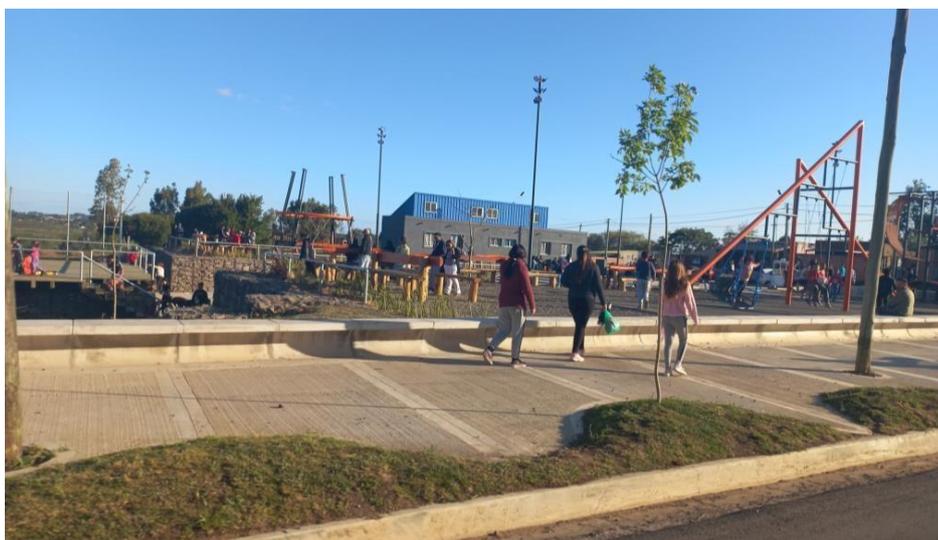


Figura 09 - Fotografia da *Plaza Barrio Recreo*.
Fonte: elaborado pela autora (2022)

Ainda sob a perspectiva de que “praça é lugar de encontro”, a forma e a disposição dos bancos das praças também é motivo de estudo e de planejamento estratégico. Os bancos antigos das praças eram grandes demais, e as pessoas ficavam intimidadas. A solução foi criar bancos para que as pessoas se enxergassem e não ficassem “lado a lado”, porque “de repente tem mil coisinhas espontâneas que podem provocar o diálogo”. Os bancos planejados são menores, geralmente sem encosto e, quando tem encosto, encontra-se em direção horizontal, para que as pessoas se sentem em posição confortável. Sobre isto, *Leonidas Bayo* diz que:

a ideia é provocar uma comodidade psicológica para as pessoas se encontrarem e ao mesmo tempo ele é uma escultura porque é diferente. Então eu coloquei nos corredores os bancos nessa posição e na paisagem da praça eles geram uma certa escultura... escultura grande. Então eu considerei todos os pontos ao mesmo tempo e além do mais criei certos digamos assim, núcleos. Cada dois bancos ali no entorno tem uma luz. Ali, colado no banco, tem uma luz. Cada dois. E ali, colado nos dois, já tem uma papeleira. Então, é quase como um ponto de encontro... não que provoque um encontro, mas facilita o que tu faz quando tu tá sentado com amigos ali.

O resultado desses espaços idealizados são facilmente encontrados nas ruas da cidade de Rivera, em pequenas ou grandes praças, no centro e em praticamente todos os bairros, como demonstram as Figuras 10, 11 e 12.



Figura 10 – Fotografia dos bancos rústicos da *Plazoleta Mario Benedetti*.
Fonte: elaborado pela autora (2022).



Figura 11 – Fotografia dos bancos sem encosto localizados na linha divisória, no Paseo Público da Calle Químico Federico Diaz. Fonte: elaborado pela autora (2022).



Figura 12 – Fotografia do banco, lixeira e luzes na Plaza de Los Dragones, Barrio Insausti.
Fonte: elaborado pela autora (2023).

As praças devem ser lugares em que as pessoas consigam se distrair, se sentar, a fim de aproveitarem momentos ócios alheios à rotina diária. Logo, a beleza é um componente importante e funciona como algo que chama a atenção, permitindo um desanuviamento ao dia a dia. Entretanto, a funcionalidade deve ser uma das suas características principais: dotar o espaço de elementos que, além de promoverem encontros, tornem mais fácil a vida das pessoas. Por isso a colocação de lixeiras e iluminação adequada ao redor dos bancos, formando núcleos adequados de convivência.

4.5.1 Identidade e cultura

Outro ponto importante é que uma praça ou um espaço de lazer marca uma identidade. Para Castells (1999), “o lugar também é definido como identitário na vida humana, pois, a partir da identidade do espaço, são construídas características culturais”.

Para os gestores uruguaios, atender as demandas de cada bairro e respeitar as características de cada lugar é uma prioridade. Como exemplo, citam algumas praças entregues nos últimos anos:

A gente sempre tenta, quando vai fazer uma praça num bairro novo, diferente, que essa praça marque de alguma maneira e que os vizinhos se sintam com uma identidade diferente. Que digam: Nossa praça é tão boa como as praças do centro, mas é diferente, não é igual. Isso é muito importante porque o vizinho...ele gosta de ser igual e diferente ao mesmo tempo. Claro, isso é uma coisa que acontece com todos. Eles querem ser igual. Igual em que? Ah, em que todo mundo ache que minha praça é de qualidade, mas ao mesmo tempo, eu não quero que seja igual daquele. (Equipe de arquitetos da Intendência Municipal de Rivera)

A partir da realidade de cada bairro, são propostas intervenções que melhoram a estrutura e oferecem novas possibilidades e, ao mesmo tempo, respeitam a identidade dos indivíduos, para que a conformação desse novo ambiente seja também mais uma forma de despertar no cidadão a admiração e o sentimento de pertencimento ao país. Do “sentir-se parte daquela criação”, a ponto de dela apropriar-se naturalmente, não só como um ponto de encontro e lazer, mas também de vivências e de manifestações culturais espontâneas.

Um exemplo é a conhecida *Plaza de Los Dragones*, localizada no *Barrio Insausti*, que assim como as demais apresenta as características comuns no que se

refere aos bancos, iluminação e colocação de lixeiras próximas para facilitar as atividades dos frequentadores. Antes da remodelação, ocorriam muitas atividades artísticas no tablado que ali existia, especialmente espetáculos de *Candomble* (gênero de música tradicional do Uruguai, de origem afro-latina e tocado nos tambores) e *Murgas*, que consiste em um teatro musical formado por um coro de vozes de mais ou menos quinze pessoas, os quais entoam canções e apresentam cenas musicais sobre os principais acontecimentos políticos e sociais do ano.

Com a revitalização da praça, foi construído um anfiteatro a fim de que a tradição das apresentações fosse respeitada e mantida, porém, foram acrescentadas as esculturas dos dragões, dando uma nova identidade para o espaço. A comunidade recebeu de forma muito positiva as intervenções artísticas, se apropriando do lugar e efetivamente vivenciando-o.



Figura 13 – Fotografia dos dragões da *Plaza de Los Dragones, Barrio Insausti*.
Fonte: elaborado pela autora (2022).

O conceito de cultura, neste contexto, remonta os pensamentos de Geertz (2001), Sahlins (2003) e Hall (2003), quando se referem à compreensão da cultura como produção humana e como dimensão simbólica, enquanto lazer é definido por Gomes (2004) da seguinte forma:

uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo. (GOMES, 2004, p.125)

Tal recorte sobre a cultura é de extrema relevância porque cada espaço público de lazer projetado em Rivera nos últimos anos apresenta alternativas e elementos que impulsionam as atividades culturais. Sejam elas espontâneas, quando as manifestações culturais surgem dos vizinhos (denominação dada aos moradores do entorno da praça) e frequentadores do espaço, ou fomentadas por organizações,

associações e pelo próprio poder público. Para exemplificar esta questão, bastam visitas a algumas das praças e encontraremos *cenários* (palcos), estrutura de luz e som pré instaladas, jogos (dama, xadrez, telefone sem fio), entre outros elementos, como demonstram as Figuras 14 e 15.



Figura 14 - Fotografia de um banco localizado na Plaza Artigas, em Rivera.
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Estes bancos estão dispostos pelo interior e nas laterais da *Plaza Artigas*. Além do tabuleiro de damas no assento, existe uma iluminação na parte de baixo, o que dá um visual diferente e bonito à noite. As calçadas e o entorno dos bancos são sinalizadas, atendendo as leis de acessibilidade.

Da mesma forma, são inseridas nas obras manifestações e expressões artísticas como pinturas, esculturas, monumentos, fotografias, arte em ladrilhos, mosaicos, paisagismos, no sentido de fazer de cada espaço uma obra única, diferenciada, inclusive com elementos pedagógicos que estimulam o desenvolvimento cognitivo dos frequentadores, independente da idade, como o *Teléfono Inalámbrico* (telefone sem fio) instalado na *Plaza Artigas*, que funciona com um sistema de canos subterrâneos, cuja proposta é promover a interação entre as pessoas que por ali circulam de maneira criativa e lúdica, despertando todas as sensações que os sentidos permitem.



Figura 15 – Fotografia *Teléfono inalámbrico* ou telefone sem fio instalado na *Plaza Artigas*, *Rivera*.
Fonte: elaborado pela autora (2022).

4.5.2 Mão de obra própria e materiais típicos da região

A identidade se dá através de uma estreita relação do indivíduo com esse lugar, o qual oferece possibilidades de experiências sociais e onde são também construídas características culturais, uma vez que existe uma relação, bem como uma ligação emocional e afetiva, numa troca constante entre ambos.

O Poder Público, ao planejar uma intervenção ou a construção de um espaço novo em uma determinada região, deve levar em conta o que já é próprio e identitário naquela comunidade. No documento *Espacio Público como instrumento estratégico de Gestión Urbana*, elaborado pela *Escuela Técnica Superior De Rivera - UTU* (2016), é reafirmada a importância da interação entre identidade, cultura e processos de comunicação, através da imagem. *Galindo Y Sabaté (2009)* contribuem dizendo que:

La imagen es fundamental. Y para reforzar la imagen de cada lugar, es preciso reconocer su identidad y destacarla. Muchas de nuestras valoraciones se basan en percepciones. De ahí la importancia de un icono o de un logo. Éstos nos permiten referir cada rincón, cada uno de los recursos, a una escala superior; encontrar elementos identificativos que nos remiten constantemente al conjunto. Muchas veces los propios residentes son los principales sorprendidos con la historia narrada. Aquellos que han dormido sobre un potencial de recursos descubren atónitos el valor de sus recuerdos. Cabe remarcar que los recuerdos son recursos culturales básicos. De ahí la importancia de la labor recopiladora de antropólogos, sociólogos, historiadores, geógrafos y documentalistas.(GALINDO Y SABATÉ, 2009, p. 29)

Neste sentido, de valorização de uma imagem ou símbolo para que as pessoas se reconheçam neles, os gestores públicos e arquitetos responsáveis pelas modificações do espaço urbano riverense inserem, em seus projetos, materiais típicos da fronteira como pedras que só são encontradas no Departamento de Rivera. Da mesma forma, valorizam os servidores da intendência, preferindo trabalhar com suas próprias equipes ao invés de contratar obras por licitação. Um dos arquitetos responsáveis pela construção das praças explica que:

Eu acho que o mais importante é tu ter uma equipe e que a equipe seja a mesma. E que essa equipe, além do mais, trabalhe junto com uma equipe que faça. Não é tão fácil, tipo, tu fazer um projeto e chamar uma licitação e que alguém ganhe a licitação e faça. Não é a mesma coisa que fazer um prédio de tijolo do que fazer uma praça. A praça tu sempre vai ter alguma coisa que tu vai querer resolver, ou criar no lugar e tu vai ter que ter uma margem de flexibilidade para resolver aquilo bem. (Equipe de arquitetos do Departamento de Rivera, JULHO, 2023)

Após a criação, reformas ou revitalizações, quando a obra é entregue ou devolvida para a comunidade, ocorre a resignificação, o reencontro do frequentador com o lugar modificado. Para os gestores fica a expectativa se as pessoas vão ou não se apropriarem do espaço e vivenciarem de fato o lugar. Para muitos moradores, é o momento de descobrirem a história do lugar onde vivem, a riqueza e o potencial artístico e cultural que estava presente o tempo todo, mas que só se tornou visível depois da intervenção do poder público.

5 Capítulo 4 - Três praças, duas cidades, uma fronteira: espaços públicos compartilhados na conurbação Brasil-Uruguai

Santana do Livramento foi elevada à categoria de vila em 1857, quando oficialmente desmembrou-se da cidade de Alegrete. O povoado crescia em volta da capela e em pontos estratégicos para a defesa militar, ocupando as coxilhas suaves, as imensas planícies onde o gado pastava livremente.

A vila estava assentada em uma coxilha e a arquitetura das casas que rodeavam a igreja remetiam a um cenário europeu. Eram pequenas chácaras, com belos jardins e pomares arborizados com espécies exóticas (importadas da Europa), e “na praça ha, em frente da egreja, um teatro de exterior monumental” como descreve Conde D’Eu (1865).

Fotos antigas revelam que o quarteirão ao redor da igreja abrigava residências, lojas e ruas que desembocavam no grande “areal”, espaço que demarcava o fim do Brasil e o início do Uruguai, para quem ia da Vila de Santana em direção à banda Oriental.

Em dezembro de 2022, foi realizada a primeira *Caminata Histórica de Rivera*, organizada pelo historiador Eduardo Palermo, diretor do *Museo de Rivera*. A iniciativa inovadora consistia em proporcionar aos fronteiriços e turistas uma noite de caminhada e conhecimento pelas ruas de Rivera culminando na Praça Internacional, ponto de referência por ser um espaço binacional.

Durante o evento, o professor historiador fez paradas em locais específicos, contando a história de cada um, passando por detalhes e peculiaridades que fazem parte do imaginário do fronteiriço, mas que vão além da história contada pelo colonizador, pelos poderosos ou pelo vencedor. A riqueza dos detalhes encantava os participantes porque envolviam memórias, histórias orais que passaram de geração

em geração, lendas urbanas que foram criadas ao longo da formação dos dois povoados e da crescente urbanização das cidades.

Histórias como esta se mantêm com o passar dos anos e formam o imaginário do habitante da fronteira. Neste capítulo, busca-se analisar e fazer um comparativo entre as principais praças das duas cidades: General Osório (Brasil), Artigas (Uruguay) e Praça Internacional (espaço compartilhado entre os dois países). Destas, as duas primeiras apresentam similitudes na origem, na intenção da criação e na conformação (distância em relação a linha divisória, posição dos prédios no entorno de cada uma).

5.1 Localização

Com relação à distância, tanto a Praça Artigas quanto a Praça General Osório estão localizadas a aproximadamente mil e trezentos metros da Praça Internacional. Ambas ocupam uma quadra inteira, são ornamentadas por muitas árvores de diferentes espécies, frondosas, coníferas e arbustivas.



Figura 16 - Mapa Posição do Centro Administrativo de Santana do Livramento e Rivera. Fonte: SCHÄFFER, 1992, p.33.

Para melhor compreender o significado de uma praça em um povoado em formação, Marx (2010 *apud* ROBBA, 1980) explica que:

as cidades coloniais brasileiras foram fundadas sempre a partir da doação de uma área de sesmaria para determinado santo, com a conseqüente construção de uma capela e instituição de uma paróquia em seu louvor. (ROBBA, 1980, p.18)

Nessa conformação, tanto a Praça General Osório quanto a Praça Artigas apresentam características de praças coloniais, com a presença de um templo no entorno e os demais edifícios importantes da cidade sendo implantados ao seu redor ou nas proximidades, como bancos, comércios, clubes, teatros, órgãos públicos como a sede da justiça, delegacias, escolas.

Entretanto, quando se analisa as funções do espaço público, estas duas praças apresentam ajardinamento destinados ao lazer contemplativo, à recreação, à convivência da população, ao passeio e ao ócio. Ainda que tenham surgido junto com a formação dos povoados, aos poucos foram se transformando e passando por remodelações e revitalizações.

Nas duas praças os templos religiosos estão da mesma forma posicionados, assim como a prefeitura e a intendência, respectivamente. Ambas são cobertas por *Petit pavê*, que formam desenhos geométricos, flores e arabescos no chão.

5.2 Praça General Osório

O município de Santana do Livramento foi forjado pelo constante movimento da fronteira, acompanhando o serpentear dos marcos da linha divisória, local onde ora o indivíduo está em terras brasileiras, ora em terras uruguaias e, até mesmo, com a possibilidade de colocar um pé em cada país, simultaneamente.

Ao longo do percurso o qual delimita e aproxima os dois territórios, existem casas construídas exatamente em cima da linha de fronteira, onde parte dos cômodos fica no Brasil e a outra parte no Uruguai.

Essa facilidade do ir e vir sempre fez parte da vida do habitante da fronteira. O povoado se alicerçou nos acampamentos militares e no intenso comércio que, desde 1828, quando o Uruguai finalmente se independizou do Brasil, foi fortalecido por ser Montevideu considerada uma “capital estrangeirada” (ALBORNOZ, 2019). Pelo porto da capital uruguaia chegavam produtos europeus que eram de difícil acesso para quem vivia no Sul do Brasil e no interior do Uruguai. O comércio e a distribuição de tecidos, roupas, louças, perfumarias, arames, e tantos outros utensílios se dava através das carretas de bois que cruzavam os pampas e chegavam até Santana do Livramento. De lá, eram redistribuídos para Itaqui, Rosário do Sul, Alegrete e São Gabriel. Entretanto, quando retornavam traziam erva, banha, feijão, milho e fumo que eram produtos muito importantes e valorizados em Montevideu.

Porém, quinhentos quilômetros separam Santana do Livramento de Montevideu e a viagem de carreta, com várias juntas de bois exigiam paradas estratégicas para o descanso. Assim, o local em frente à Igreja de Santana era o escolhido para o pouso e repouso dos viajantes carreteiros, dando origem à Praça das Carretas, atual Praça General Osório, também conhecida como “Praça da Igreja” ou “Praça da Matriz”.

Concebida para ser um espaço de lazer, com bancos, passeios revestidos com o tradicional *petit pavet* (pedra portuguesa), balanços, árvores, monumentos, cumpria a sua função, assim como as outras praças da época. Em 1942 passou por uma grande revitalização, tornando-se notável pelas homenagens a personagens ilustres que passaram pela fronteira, belas árvores centenárias e, em especial, pela palmeira plantada por D. Pedro II em 1865, que resiste até hoje.



Figura 17 – Cartão-postal da Praça General Osório, entre 1930 e 1940, conhecida como Praça das Carretas.

Fonte: Memórias de Fronteira Blogspot, 2022.



Figura 18 - Fotografia da Praça General Osório, em 1943. Fonte: Memória da Fronteira Blogspot, 2022.

Velocínio Silveira, o popular Lenço Branco, santanense de 94 anos, sendo boa parte deles dedicado à cultura do município, assim escreveu em suas redes sociais sobre a Praça da Igreja Matriz, citando Cirino Bittencourt de Carvalho (1986):

Todas as nossas praças , além de sua história fundamental , têm paralelamente acontecimentos que marcam no cotidiano costumes da população. Na época os Carreiros que vinham de diversas zonas do interior transportando feijão e madeiras acampavam na parte baixa da praça a qual conservava a pastagem natural, a face para a rua dos Andradas. Após negociadas adquiriam sal de “cudia” (sal de rocha) procedente da Espanha, vindo até nós via internacional pelo Ferro Carril del Uruguay (única via de transporte da época) , daí veio o nome popular ; Praça das Carretas. Alguns anos depois, remodelaram toda a área; ajardinamento, arborização, canchas de esporte e um pavilhão comemorativo do movimento revolucionário de 1923 também em reverência aos heróis da mesma data, o monumento “A PAZ DE PEDRAS ALTAS”; como também, um marco comemorativo dos 150 anos da fundação de Sant’Ana do Livramento , além de bustos erigidos em homenagem a várias personalidades , passando a chamar-se Praça Getúlio Vargas. (Velocínio Silveira, 94 anos, aposentado)

Ainda sobre a origem da praça, Ivo Caggiani foi a maior referência no que se refere ao resgate e registros da história do município de Santana do Livramento. Nas suas obras encontra-se a descrição detalhada de como surgiu e como era a antiga Praça das Carretas. Trevisan et al. (1980), explica que:

Caggiani (1983) destaca que em sua origem, a praça contava com alguns elementos que já não estão presentes hoje, como muros baixos com entradas pelas quatro esquinas, a fim de impedir a entrada de animais. O autor relata ainda que no centro da praça, onde atualmente possui um coreto, havia um taquaral, que também era chamado de “fogareiro”, no qual ocorriam as “retretas”, ou seja, concerto popular de uma banda, onde aos sábados, domingos e feriados, a Banda Municipal de Instrumentos e Sopro apresentava-se, proporcionando aos moradores momentos de lazer. (TREVISAN, 1980, p. 79)

Em 1851, segundo Potoko (2018), as tropas do Duque de Caxias, presidente da Província do Rio Grande do Sul, chegaram ao povoado e se alojaram em uma casa na volta da praça, que logo passou a se chamar Praça de Caxias. Ali permaneceram por alguns dias. A Praça das Carretas também recebeu a visita ilustre de D. Pedro II em 1865, que inclusive deixou sua marca plantando uma palmeira que ainda hoje se mantém viva, em frente ao prédio da prefeitura.

Tornou-se conhecida por ser palco para inúmeras homenagens às personalidades que vez ou outra vinham até o povoado. No centro da praça foi construído um “carramanchão”, ou seja, uma pequena construção de madeira que foi substituída pelo coreto, em 1942, quando houve uma remodelação do espaço.

Conhecida como a principal praça do município e carinhosamente chamada de “praça da igreja matriz”, é hoje um espaço que abriga também pessoas em situação de rua ou os nômades urbanos (MAGNI, 1997). Ali, estas pessoas encontram uma

relativa segurança, onde montam seus acampamentos. Segundo Turra, "o espaço público é subvertido para finalidades domésticas onde realizam as atividades cotidianas mais frugais como dormir, cozinhar, excretar, higienizar-se, etc."

Por vezes, o preto e branco do *petit pavet* que reveste os passeios da praça e formam figuras pelo chão são quebrados pelo colorido das roupas que secam nos galhos das árvores e dos arbustos. Senhor Carlos Gonzalo, aproximadamente 60 anos, técnico agrícola, morador das ruas por muitos anos, se diz "uruguaio, mas um cidadão do mundo", e afirma que "tem que andar como uma tartaruga, com as coisas no lombo senão roubam tudo".



Figura 19 – Fotografia do varal de roupas na Praça General Osório, no dia 16 de julho de 2023. Fonte: MENDINA, Cezzar Vinícius Santana, 2023.

A Figura 19 ilustra a realidade de um grupo com aproximadamente sete pessoas, as quais estão temporariamente acampadas na praça. Nenhum deles é santanense, porém, não é possível saber mais sobre eles, pois não falam sobre suas vidas pessoais, suas origens. Em diálogos informais contaram que, por vezes, passam a noite no albergue municipal, mas geralmente preferem ficar na rua mesmo porque "têm mais liberdade".

É ali, na praça (assim como em outras praças do centro), que conseguem descansar um pouco, lavar suas roupas, dormir aquecidos pelo sol e com um mínimo de proteção, uma vez que as ruas que circundam a Praça Matriz - Rua dos Andradas e Rua Rivadávia Correia- são caminhos que levam ao centro comercial e, portanto, com um fluxo de pessoas constante, o que possibilita essa sensação de segurança.

A invisibilidade dos habitantes das ruas é reforçada na fala de Eder Dias Mendes, o Tiririca, paranaense, conhecido nas ruas da fronteira por estar sempre acompanhado do seu cãozinho de estimação. Na entrevista feita em 2013, para um

documentário da Universidade Federal do Pampa, realizado pelo acadêmico Érico Benites, Tiririca disse que:

muy poca gente olha pra dentro de ti. A maioria te discrimina, diz que tu não serve pra nada e que tu é vagabundo. Sofremos discriminação. Discriminados pela polícia também. De vez em quando te pegam, te revisam. Isso está mal... a sociedade está mal. *Vales o que tenes!*. (Tiririca, 50 anos, 2018)

Eder foi encontrado morto por hipotermia, ao lado do seu cachorro, envolto em um cobertor, nas calçadas da cidade, em maio de 2019.

Para o senhor Carlos, a praça também é um esconderijo para quem, como ele, precisa guardar seus poucos pertences e ganhar algum dinheiro a fim de garantir a alimentação diária e o sustento dos seus vícios, uma vez que “carrega a casa nas costas”. Dentre algumas declarações, na mesma época da fala de Eder, Carlos fez questão de reforçar o peso da discriminação das forças públicas de segurança e afirmou:

Se tu tá todo penteadinho, bonito, aí tu és gente. Mas agora a gente nessa situação aqui (de morador das ruas) não vale nada... quanto tu tem é quanto que tu vale. Pergunto: Como vou pegar o colchão e a mochila e vou assaltar um banco?

Nas escadarias da igreja matriz, a senhora Maria descansava com um dos filhos nos braços, enquanto observava o outro, o qual abordava os transeuntes pedindo dinheiro ou um pouco de alimento. De aparência envelhecida, embora com trinta e poucos anos, contou que vive nas ruas desde muito cedo, e que ali é pra ela um “porto seguro”. Tem acesso à água e banheiro para ela e as crianças. Durante o dia permanece “pela volta da praça”, que abriga também uma agência bancária, escritórios, consultórios médicos, lojas e uma tradicional escola.

O ir e vir de tanta gente todos os dias é o que Maria precisa para manter a sua família. Segundo ela, muitos nem a enxergam, “passam e não me veem”, como “se fôssemos invisíveis”, em suas palavras, mas sempre há aqueles que ajudam com pequenos valores em dinheiro ou produtos adquiridos na fruteira ou na padaria, localizada em frente à praça.

Quando questionada se tem acompanhamento da Assistência Social municipal, relata que “às vezes aparecem mas que o Conselho Tutelar é mais presente”, embora não sejam tomadas outras medidas mais rígidas em relação aos menores.

No outro extremo da praça, um pequeno grupo de homens, com idades variadas, entre 20 e 85 anos, ocupam alguns bancos e uma mesa circular de cimento, conversando animadamente. Contam que ali se reúnem quase diariamente para jogar pife, um tipo de jogo de cartas. O grupo é formado por taxistas que têm parada de táxi no entorno da praça, senhores aposentados que vivem nas proximidades e outros moradores da periferia que se deslocam para o “centro”, porque não pagam transporte coletivo.

O senhor Didi Vieira, com 85 anos, é o mais velho do grupo. Aposentado, extrovertido, fala com um típico sotaque da fronteira, quase “aos gritos”. Veste com orgulho as suas pilchas (conjunto de trajes típicos utilizados no estado), como as botas, a bombacha, *guaiaca*, camisa, lenço e *gorro*. Ele afirma que este é seu jeito de se vestir desde criança e que nunca usa “calça corrida”, forma como chama uma calça social ou *jeans*. Traz, em seu jeito simples, a estampa do homem do campo. Nasceu, foi criado e “se fez homem, pai de família” no interior do município, na localidade da Madureira. Atualmente, é morador de um bairro distante seis quilômetros do centro. Viúvo há alguns anos, explica que vir para a praça é uma forma de passar o tempo e de encontrar com os amigos, além de jogar um pouco, atividade de lazer que muito lhe agrada.

Assim como ele, o senhor Pedro, 67 anos, convive com a praça da Igreja (assim é chamada pela população) desde muito jovem, quando adquiriu a banca de jornais e revistas que ainda mantém, mas que atualmente é administrada por seu filho. Conta que a banquinha de jornais e revistas foi, por muito tempo, o sustento da sua família. Assim como a casinha dos taxistas, ela também já é tradicional e muito procurada pelos frequentadores das quadras próximas.

Seu filho, desde pequeno, costumava acompanhá-lo brincando na pracinha, enquanto esperava o fim do expediente. Disse que a praça mudou muito, sente saudade do tempo em que famílias inteiras se reuniam ali, para rodas de conversa ou como ponto de encontro antes das sessões do Cinema Colombo ou dos bailinhos e matinês dos Clubes Caixeiral e Cruzeiro, distantes meio quarteirão. Considera que hoje é perigoso ficar na praça à noite, por não ter segurança e estar repleta de “gente que vive na rua”, cuidando de carros, pedindo dinheiro e comida. Em sua concepção, isso afasta as “pessoas de bem”.

A calma da praça contrasta com a agitação dos alunos da escola Rivadávia Corrêa nos horários de entrada e saída, e também nos intervalos, quando os espaços

da praça são como uma extensão da escola. Os alunos menores, acompanhados por seus professores e os alunos da Educação de Jovens e Adultos buscam a sombra, os bancos que convidam para uma conversa, o coreto e o parquinho para momentos de lazer e de contemplação. Nas grandes árvores centenárias, imensos ninhos de caturritas e de diversos outros pássaros formam uma sinfonia animada para ouvidos mais sensíveis às belezas da natureza.

Foi embaixo de uma frondosa mangueira que conversei com a senhora Tereza, 45 anos, acompanhada dos netos, alunos da escola Rivadávia Correia. Ela mora no Bairro Armour e é empregada doméstica na cidade de Rivera. É nessa convivência diária que os costumes e o *portunhol* se fazem presentes na fala e nos pertences de dona Tereza. Apesar da distância, sempre carrega o “termo” (garrafa térmica) e o mate (chimarrão com a cuia típica uruguaia, chamada coquinho). Diz que sempre aproveita esse horário para levar as crianças no parquinho da praça. Procura chegar uma hora antes de “bater o sinal da saída”, para poder utilizar os aparelhos de ginástica que estão dispostos no interior da praça, porque segundo ela:

Bueno.. aqui é de graça...em cada aparelho tem a forma correta de usar além do ambiente ser tranquilo e estar bem “na minha cruzada”. Moro longe, então saio do meu trabalho, passo por aqui, faço meus exercícios... deixo as crianças brincarem um pouquinho até a hora do ônibus e me vou. Me sinto segura porque sempre tem gente na volta... os taxistas, a banquinha de revistas... até os guardadores de carros já são conhecidos e amigos da gente. (Tereza, 45 anos)

Mas a praça também é espaço para outras atividades, inclusive comerciais. Todas as terças e sextas-feiras, em volta do coreto, algumas bancas rústicas, gazebos e barracas formam a tradicional Feira dos Pequenos Produtores, antes assistidos pela EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural), hoje se dizem independentes.

Ali são encontrados produtos oriundos de pequenas propriedades rurais: frutas, verduras, legumes, ervas medicinais para os chás comuns ou tradicionais, mel, doces, pães, sucos, entre outros. Produtos de origem animal *in natura* ou minimamente processados não podem mais ser comercializados na feira por questões sanitárias e, segundo os produtores, isso resultou em uma redução nas vendas, porque o leite e seus derivados e as carnes (ovinas, suínas e de galinha caipira) bem como o salame e a linguiça eram muito demandados. Embora ocupem este espaço por muitos anos, não costumam reclamar da pouca estrutura que têm para trabalhar. Quando

questionados sobre os banheiros públicos, dizem que:

até tem os banheiros da praça... são subterrâneos... geralmente sem condições de uso... interditados, além da questão da segurança. Como são “pra baixo do chão” têm medo de serem assaltados. Antes a praça era frequentada por famílias mas agora têm todo o tipo de gente... é perigoso.
(Paulo, 57 anos, agricultor)

Um dos mais antigos produtores é o senhor Braz. Conta que participa da feira há mais de vinte anos. Acompanha seu pai e agora está “fazendo feira” com seus filhos e netos. Para ele, estar na praça tem muitas vantagens: circula muita gente, o povo “já acostumou” com os dias de feira, então têm clientes que estabelecem uma relação de confiança com os feirantes e sempre voltam para novas compras.



Figura 20 - Fotografia de uma das barracas da feira de pequenos produtores na Praça General Osório.

Fonte: elaborado pela autora (2023).



Figura 21 - Fotografia dos produtos da feira de pequenos produtores na Praça General Osório.
Fonte: elaborado pela autora (2023).

Atualmente, a feira conta com um número reduzido de produtores expondo seus produtos: entre oito e dez bancas, nas segundas e sextas-feiras, pela parte da manhã.

Para a senhora Nena, 58 anos, e seu esposo, o senhor Guilherme Braz, 52 anos, feirantes há mais de 30 anos, a situação da feira na praça se mantém ao longo dos anos, no que se refere à falta de estrutura e acompanhamento por parte dos gestores municipais. Segundo eles, há muito tempo o banheiro está interditado e “temos que pedir banheiro emprestado”. Guilherme também frequenta a Feira da Cuaró na condição de expositor. Ressalta a diferença na administração da feira e na estrutura oferecida pelos gestores riverenses, inclusive fazendo relação com a própria *Plaza 18 de Julio*, uma vez que esta feira acontece em seu entorno e na rua principal, em frente à praça. O casal relatou: “Que praça linda! Eles fazem eventos, colocam enfeites na época de Natal, tem apresentações... Aqui, em Santana, arrancam as flores, quebram os vidros... é uma questão de educação, cultural”.

Quanto aos frequentadores da praça, a senhora Nena ressalta que é grande o número de pessoas em situação de rua, e que estes representam um tipo de ameaça para os frequentadores do local, inclusive “por não serem daqui”. Outro ponto que o casal considerou é a questão da segurança; a praça está pouco iluminada, então “começa a escurecer e logo as pessoas se vão embora; é uma praça escura e não oferece segurança nenhuma, ninguém passa na rua, se acontece alguma coisa ninguém vê”.

A Praça General Osório conta com o servidor público S. P., de 35 anos, que desempenha a função de praceiro. Quando questionado sobre a rotina de trabalho relata que:

A maior dificuldade, e sempre foi assim, é ter material para trabalhar. Se não é a população que às vezes me vê trabalhando e me ajuda...E não dá pra falar... é melhor ficar quieto. A gente tem que fazer o que dá, sem reclamar. Faltam vassouras, rasquetas, uniforme, condições de trabalho melhor. A gente compara com Rivera que tá ali do lado. A gente ainda tá na Idade da Pedra. Ali eles trabalham com soprador e tem um tratorzinho, um caminhãozinho pequeno que vai recolhendo... é a maior facilidade pra tudo.

Em relação à manutenção e segurança da Praça General Osório, o secretário de Obras, Júlio Motta, relata que atualmente tem parceiros responsáveis pela limpeza, corte de grama e reparos gerais e rondas para o período da noite. Segundo ele, houve também um trabalho em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, no que se

refere ao atendimento das pessoas em situação de rua que utilizavam esse espaço público como referência e ponto de permanência. Salienta ainda que o poder público se depara com a situação atípica de moradores de rua internacionais (indivíduos que são uruguaios, argentinos, cubanos, entre outros) e que exigem outras providências burocráticas, complexas e que demandam mais tempo.

Para ele, todas essas ações juntas resultaram na redução considerável da presença das pessoas em situação de rua na praça. Por outro lado, relata que durante as rondas noturnas rotineiras, percebeu a presença de profissionais do sexo pelas calçadas e esquinas das ruas que circundam a praça (principalmente na rua Rivadavia Correia), o que é um fato novo naquele local, porque antes se concentravam na Praça Internacional.

5.3 Plaza Artigas

Para aqueles que chegam pela cidade de Santana e naturalmente atravessam a linha divisória (descendo pela Avenida Sarandi), refazendo o caminho que a comitiva do Conde D'Eu fez em 1865, o qual leva ao arroio *Cuñapiru*, onde, inclusive, o referido nobre chegou a pensar em “transportar esta parte da fronteira, no fundo do vale adjacente” por considerar mais vantajosos para a Vila, o cenário torna-se bem diferente.

Vê-se uma rua larga, muito bem cuidada, revestida com concreto (característica das *calles* de Rivera), inúmeras lojas amplas, bem iluminadas e com um perfume peculiar, típico dos famosos *free shoppings*, assim como lojas fiscalizadas e certificadas que oferecem produtos importados com isenção ou redução de impostos, exclusivamente para turistas estrangeiros; estas, dividem espaço com pequenos comércios de artigos uruguaios como artesanatos, produtos de lã, roupas e calçados, livrarias e lojas com artigos de origem chinesa.

Diante disso, o progresso e o desenvolvimento do pequeno povoado de *Ceballos* fica estampado na pujante e moderna Rivera, com belos prédios de arquitetura ora tradicional, ora arrojada, o que atinge ao mesmo tempo os prédios públicos, como a Intendência Municipal, localizada na rua paralela à Sarandi, do outro lado da *Plaza Artigas*.

Ela impressiona logo ao primeiro olhar, pela imponência da escultura do General Artigas em seu cavalo, que acolhe o visitante e apresenta a história do

Uruguai onde o *petit pavet* forma figuras que contam, cena a cena, o processo de formação do país.

Segundo Palermo (2022), a atual *Plaza Artigas* era, por volta de 1877, uma “luna de arena”, cercada por um alambrado (cerca de arame liso ou farpado), o qual tinha o objetivo de impedir que os cavalos e vacas os quais circulavam livremente pelas ruas não comessem as poucas árvores ali plantadas. O povoado cresce, o comércio se desenvolve e em 1884 ocorre o nivelamento da praça e o remodelamento, com a utilização de pedras de arenito, comuns no Uruguai. Três anos depois, em 1887, a planta urbana da cidade é desenhada pelo engenheiro Martin Paes, que distribui, ao redor da praça, a *Iglesia* e a *Jefatura*.

Neste ponto, é interessante destacar aquilo que Palermo descreve como “*una jugadita*” do engenheiro Paes: como a igreja do lado brasileiro já existia, o projeto previa que a construção da igreja uruguaia seria onde hoje se encontra a *Jefatura*, e, portanto, com a porta voltada para a Igreja de Santana. Porém, quando o episcopado percebe a intenção de Paes, em 1892, imediatamente ordena a troca de posição do templo porque todas as igrejas do mundo teriam a porta voltada para o oeste, por onde entram os pecadores que vão salvar suas almas no púlpito, sempre colocado a leste, com a figura de Cristo, onde também está o sol que “ilumina o pecador e a escuridão”.



Figura 22 – Fotografia da estátua do General Artigas, na Plaza Artigas, Rivera.
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Esta praça mescla o tradicional com a vanguarda. Apresenta elementos comuns a todas as outras praças desta fronteira, como bustos que homenageiam pessoas que se destacaram em diferentes áreas na sociedades (em especial, políticos

e militares), canteiros com flores, árvores, arbustos, bancos, *playground* infantil, desenhos geométricos formados por pedras na cobertura do solo, cumprindo a função de praça moderna, onde o lazer contemplativo e o caráter de convivência se mantêm presentes; porém, a eles foram incorporados o lazer esportivo, o lazer cultural e a recreação infantil (ROBBA, 2010).

Da “luna de arena” ou lua de areia, restam as lembranças que ficam no imaginário de quem ouviu a história da praça quando criança. Atualmente, o espaço abriga uma moderna fonte de águas dançantes, fruto de um investimento arrojado do poder público, além de pracinha com brinquedos tradicionais e adaptados para crianças portadoras de necessidades especiais.

Ao longo do quarteirão, estão distribuídas estruturas metálicas retangulares e verticais que são painéis para exposições de fotografias, pinturas e murais. São espaços que estão à disposição da comunidade, sempre com prévio agendamento e acompanhamento dos responsáveis, na intendência.



Figura 23 - Fotografia dos painéis metálicos colocados na Plaza Artigas para exposições. Fonte: elaborada pela autora (2022).

Embora tenha ocorrido um nivelamento do terreno quando houve a remodelação da praça, parte do relevo foi mantido e, portanto, existem desníveis que foram aproveitados e incorporados à nova estrutura do ambiente, com lances de escadas e rampas marcando a passagem de um espaço para outro. Há uma intencionalidade no projeto de reorganização, criando áreas destinadas ao público infantil, aos adultos e idosos, cada uma oferecendo atrativos que atendem às necessidades desses grupos.

Assim como a maioria das praças que ocupam uma *manzana*, ou seja, um quarteirão inteiro, estão instalados ao redor inúmeros *trailers* ou *quioscos* que oferecem um variado cardápio para os visitantes, passando pelo tradicional *pancho*, um tipo de cachorro-quente que se caracteriza pelo tamanho reduzido do pão em relação à enorme salsicha que o recheia, e também pelos molhos que o tornam uma típica iguaria uruguaia e fronteiriça - os famosos *panchos da linha*, cantados em verso e prosa pelos artistas locais.

Além do *panchos*, o cheiro inigualável dos *churros* quentinhos, recheados com o melhor doce de leite do *paisito* (apelido carinhoso do Uruguai, dado pelos próprios uruguaios), as pipocas doces coloridas e as *tortillas* (massa feita de farinha de trigo, de formato circular, com um furo central, frita em óleo quente), conhecidas no lado brasileiro como “roda de carreta”, por causa de sua forma; tais iguarias aguçam os sentidos dos que passam por ali e trazem à tona memórias afetivas de suas infâncias.

A praça recebe os locais e visitantes, brasileiros, uruguaios e pessoas de diversas nacionalidades, que chegam com objetivos diferentes até ela. Durante a semana, torna-se quase um lugar de passagem. O intenso turismo de compras que ocorre em Rivera em função da presença dos *free shops* e da política de câmbio favorável para os estrangeiros, concentrados nas ruas *Sarandi* e *Agraciada*, e das ruas transversais e paralelas, todas muito próximas da Praça Artigas, proporcionam o encontro das pessoas que vêm para comprar e aproveitar esse espaço de lazer, que oferece sombra, local de descanso e de contemplação, brinquedos para as crianças e quase sempre, uma intervenção artística como exposição e mostras de trabalhos escolares.

Nesse sentido, o senhor Santiago, 57 anos, praceiro há quinze anos, responsável por regar a grama da praça, explica que os frequentadores são brasileiros e “gente de todos os lados”:

Estos días venían cuatro o cinco autobuses a traer a los niños de las escuelas a visitar la plaza porque, como me dijo la maestra, hay muchos niños necesitados que no los conocen, no tienen la oportunidad de venir al centro y montar en los juguetes. Además, mucha gente viene aquí. Principalmente los sábados y domingos.. viene mucha gente de Livramento porque supuestamente no hay una plaza allí... hay plazas pero están mal cuidadas. y ¿por qué venir aquí? Porque hay una plaza limpia, hay churros, pancheros, palomeros.

Ao final da tarde, na *Plaza*, concentram-se pessoas em busca de um momento de relaxamento. É a hora do mate (uruguaio) e do chimarrão (brasileiro). Reúnem-se famílias inteiras, casais, jovens, grupos de amigos, crianças de todas as idades que encontram um parquinho limpo, organizado, com brinquedos novos, diferentes e inclusivos, uma vez que são adaptados para cadeirantes.

Neste grupo, encontram-se também os moradores das casas e prédios do entorno da praça que trazem seus animais de estimação para o passeio diário. Alguns conduzidos com guias, enquanto a maioria corre livremente pelas calçadas e jardins, interagindo com os transeuntes e com os frequentadores do local. Cabe ressaltar que é possível observar o aumento significativo de pessoas que se preocupam em recolher os dejetos de seus animais, para colocarem nas inúmeras lixeiras espalhadas pelas ruas de Rivera.

Existe um setor específico na Intendência que se encarrega da limpeza e a manutenção, tendo pessoas contratadas para a função. Entretanto, também ocorre o trabalho voluntário, como o desenvolvido pelo jovem Anderson, de 20 anos, que em uma manhã de maio do ano de 2022 estava envolvido “na lida”, limpando os canteiros e varrendo as folhas das árvores. Contou que duas vezes por semana dedica-se ao voluntariado. Disse ainda que a praça está sempre cheia de gente, especialmente “de tardezita”, e que as escolas também costumam trazer as crianças para brincarem ali.

Diferente da Praça General Osório, na *Plaza Artigas* não é comum a presença de pessoas em situação de rua. Existe um rigor maior no policiamento ostensivo e a própria localização da praça (em frente à Intendência e a *Jefatura de Policía*) o que, de certa forma, inibe a permanência dos nômades urbanos, que se deslocam para as praças mais afastadas do centro, fato este ressaltado na fala do senhor Joaquim, 46 anos, funcionário público da Intendência de Rivera:

Aquí en esta plaza la presencia de gente en situación de calle no es común porque tiene la jefatura, el comisariado allí. Hay más control...la inspección general, Migorena, que cuando hay algún problema envían a los inspectores. Es una plaza familiar.

Por outro lado, frequentemente encontram-se artistas de rua, palhaços, malabaristas, músicos, grupos de teatro, dançarinos, cantores, os quais rapidamente fazem suas apresentações para o público presente reunido em torno deles, geralmente os recompensando com aplausos e ajuda financeira. Ainda sobre os

artistas de rua, a senhora Celeste, 60 anos, responsável pela recepção na portaria da Intendência faz questão de contar que:

Principalmente los domingos hay un muchacho que viene con tarjetas y cosas de dibujo y enseña a las criaturas a dibujar y pintar. Es suyo... Cobra un valor. Es un dibujante uruguayo. Los niños se entretienen y los padres los acompañan.

Contudo, a maior parte dos artistas de rua não são de Rivera. São pessoas que estão de passagem pela cidade, e que ficam alguns dias trabalhando nas praças e nos cruzamentos, como forma de se manterem. O casal de colombianos Ana e Juan (27 e 28 anos), recém chegados na fronteira, sorridentes e simpáticos, descansavam apoiados em um monumento da praça quando os abordei para uma conversa:

Somos de Colombia y trabajamos aquí... hacemos malabares, vendemos pulseras. Hemos estado aquí durante nueve días. Ya habíamos viajado a Montevideo pero decidimos volver aquí porque es bueno. Ya conocimos la triple frontera de Foz de Iguazu, pero nos gusta más aquí.

Quando questionados sobre a Arte no cotidiano, nas escolas e na formação dos indivíduos, o senhor Jorge, servidor público de 52 anos, disse que:

Aquí tampoco hay mucho espacio para el arte. Aquí se hace arte en la medida en que a la gente le guste y participe, no es que haya una línea específica para el arte. la vocación del gobierno está destinada a algo más que las bellas artes. solo en universidades grandes como montevideo. aquí en el interior, en rivera, no existe tal posibilidad. la escuela de teatro es independiente. no hay nada oficial. El único que tenemos oficialmente es el Teatro, pero como lugar físico, no como escuela de teatro o danza.

Cabe observar que a cultura do lado uruguaio da fronteira se diferencia do lado brasileiro, quando se refere ao comportamento das pessoas, em especial dos jovens riverenses. Estes desenvolvem uma excelente oratória e discursam sobre os mais variados assuntos com naturalidade, além de se envolverem em atividades políticas, artísticas e culturais voluntariamente, sem demonstrar o sentimento de vergonha, comum ao jovem santanense.

Sobre esse assunto, o senhor Jorge, uruguaio, *empleado municipal*, 52 anos, explica que:

en realidad no puedo dar una opinión sobre la juventud brasileña porque no sé mucho sobre educación en Brasil, pero aquí hay una buena educación

pasada, ya es estructural, aunque está en declive por la falta de planificación de planes educativos...en fin hay un muy buen porcentaje de alumnos que pasan pero falta mucho la ortografía.

Por sua vez, a senhora Rossana, doméstica, 55 anos, que mora em frente a Praça da Cuaró mas trabalha em Santana do Livramento tem outro pensamento sobre o comportamento dos jovens. Para ela:

Os jovens daqui são muito espontâneos. Um pouco pela educação que exige a expressão oral, o posicionamento. Mas tem muita religião também. Os grupos evangélicos estão juntando sempre os jovens. Eles conversam muito, tem autonomia. Decidem fazer um evento e vão vender tortas, doces. Vai muito da criação.

Sobre a senhora Rossana há um aspecto curioso: ela é riverense e, mesmo trabalhando em Santana, tem seu registro funcional pela legislação uruguaia, porque seus patrões são *doble-chapa* (possuem dupla nacionalidade), e são profissionais liberais que residem em Rivera (Uruguay) mas exercem suas atividades profissionais em Santana do Livramento (Brasil) e, portanto, acordaram de que o contrato de trabalho seria firmado em Rivera. Nesse período, julho de 2023, a cotação do peso uruguaio representa uma vantagem para realizar compras no Brasil, uma vez que o Real (moeda brasileira) está desvalorizado em relação ao Peso, moeda oficial do Uruguai.

Outra característica interessante é que grupos de danças, academias e companhias são formadas por pessoas de todas as idades (do bebê ao idoso), e as apresentações coletivas retratam essa integração, enquanto nos grupos santanenses existe uma divisão por categoria (idade). A senhora Carmencita, 67 anos, *maestra jubilada*, contribui dizendo que:

Aquí hay una mayor mezcla de generaciones. parece que hay una mayor integración entre las generaciones. aquí está la Casa de Adulto Mayor donde hacen fiestas, bailes, bailes... todos juntos... de todas las edades. Así mismo en compañías de danza... desde bebés hasta abuelos... todos juntos. Es una cosa cultural.

5.4 Praça Internacional

Por volta de 1900, Santana do Livramento contava com pouco mais de 22.000 habitantes e a maioria vivia na zona rural, porque a atividade econômica predominante

era pecuária extensiva (ALBORNOZ, 2000).

Enquanto isso, os povoados cresciam e avançavam, um em direção ao outro, fazendo com que a distância que inicialmente os separava, diminuísse de forma a preocupar as autoridades.

Para o habitante da fronteira bastava estar literalmente “em cima” da terra, no sentido de ter de onde tirar seu sustento, formar sua família e construir sua vida usufruindo do melhor que cada lado da “linha” oferecia e permitia que tivesse acesso, sem pensar em limites, fronteiras, espaços ou territórios. O limite poderia ser onde acabavam os campos ou ao alcance do poder do patrão.

A palavra limite tem vários significados. Segundo o Dicionário Aurélio, é definido como uma linha real ou imaginária que separa uma extensão territorial. Mas todo o limite é uma criação do ser humano que, por vezes, faz uso da natureza (rios, cachoeiras, montanhas, florestas, matos, etc) porque a ele convém, mas sempre regido pelas normas jurídicas de cada Estado. É o homem quem define onde começa e onde termina o direito sobre cada pedaço de terra.

A partir do limite surge a fronteira, como um espaço de encontro e de interação, de trocas, vivências, de relações de todos os tipos (comerciais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, sociais). Porém, nem sempre pacíficas e harmoniosas, mas dotadas de dinamismo, no pleno exercício da convivência diária.

A colocação do povoado de Ceballos em frente ao povoado brasileiro foi literalmente intencional, para barrar o avanço de Santana em direção ao lado oriental. Entretanto, havia um grande espaço de terra livre, chamado “o areal”, que marcava a separação das duas cidades (PALERMO, 2020). Ali também chegavam carretas carregadas de produtos onde se dava o comércio e o contrabando, típico dessa região fronteiriça.

Era necessário pensar em uma solução para resolver a questão desse espaço “sem dono” e sem uma função oficialmente definida, levando a várias reuniões e discussões entre os representantes do Brasil e do Uruguai. Até que, em 1923, quando ocorreu no Rio de Janeiro a Quinta Comissão Mista de Limites, surgiu a proposta inovadora da construção de um passeio internacional, que pertenceria aos dois países, uma vez que seria de difícil delimitação. Este acordo formalizou a linha divisória entre Santana do Livramento e Rivera seguindo o divisor de águas, conforme já havia sido estabelecido em 1851 (PALERMO, 2020).

O senhor Milá Rosa, avô materno da pesquisadora, nascido em 1913, sempre contava que a Praça era “um areal” onde aconteciam as famosas "touradas", onde os circos montavam seus acampamentos, apresentavam espetáculos e recebiam artistas famosos na época. Palermo (2020) refere ainda a questão de ser um espaço onde chegavam e saíam carretas carregadas de mercadorias, configurando comércio e contrabando.

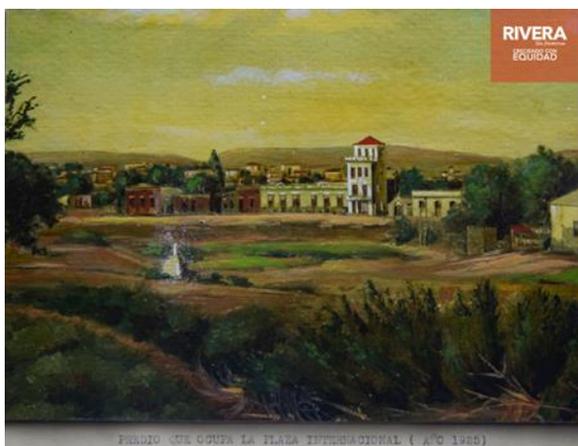


Figura 24 - Fotografia de prédio que ocupava a Praça Internacional em 1925.
Fonte: Museo Departamental de Rivera, 2021.

A Praça Internacional é composta por três planos, respeitando o relevo do terreno que apresentava uma diferença no nível de mais de sete metros. O primeiro plano tem característica de praça jardim, unindo Santana do Livramento e Rivera. O segundo plano é uma praça de descanso, mais reservada e sem comunicação com os passeios que circundam a praça; e o terceiro plano remete a um parque ou praça de recreação, com um enorme espaço central, grandes árvores e arbustos que, no passado, eram ricamente trabalhados na arte da topiaria, por profissionais especializados.

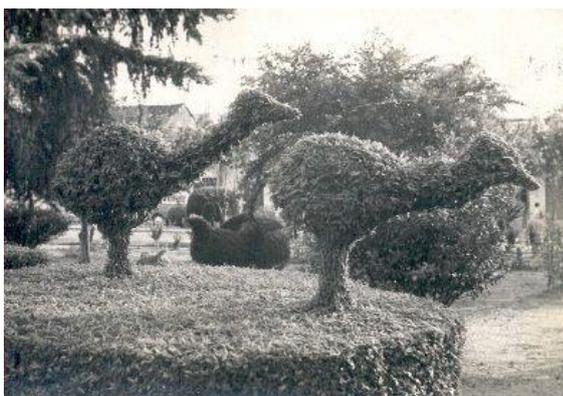


Figura 25 - Fotografia das escultura na grama no Parque Internacional.
Fonte: Memória da Fronteira Blogspot, 2014.



Figura 26 - Fotografia da Praça Internacional - década de 50, cujo nome foi feito com a arte da topiaria. Fonte: Memória da Fronteira Blogspot, 2015.

Ocupa aproximadamente cinquenta e cinco mil metros quadrados. Destacam-se três monumentos, um em cada nível: O obelisco, a fonte luminosa e a escultura A Mãe. Tais obras foram sendo incluídas na praça nas décadas de 1950 (fonte) e em 1960 (a escultura A Mãe).

Todo o projeto tem inspiração na maçonaria, inclusive com várias referências ao número místico três ou trinta e três: são três planos de construção, três elementos arquitetônicos, o obelisco tem a forma de pirâmide (três lados), as correntes que circundam o obelisco têm onze elos de cada lado - trinta e três no total, entre outros exemplos.

Projetado para ser um símbolo da fraternidade entre os dois povos, Palermo (2020) afirma que todos os monumentos são “uma trilogia simbólica cujo relato evidencia a importância da integração, da família e da paz”, seguindo os conceitos maçônicos que permearam tanto o projeto original da praça quanto as adaptações feitas ao longo do tempo.

Para ilustrar todo o processo de construção da Praça Internacional, a Intendência Departamental de Rivera, através do *El Museo del Patrimonio Regional*, fundado originalmente em 1946, desenvolveu, em conjunto com o Plano Ceibal, Objetos de Aprendizagem através dos quais os estudantes do primário e secundário (equivalentes ao ensino fundamental e médio do Brasil) e comunidade em geral possam conhecer os espaços públicos por meio de um recurso criativo e interativo.

O referido museu dispõe de laboratórios de preservação patrimonial em colaboração com a Universidade Federal de Pelotas, e desenvolve suas atividades

com o apoio do *Plan Ceibal*, que consiste no Projeto Socioeducativo do Uruguai, cuja sigla significa Conectividade Educativa de Informática Básica para el Aprendizaje en Línea, o qual desde 2007 disponibiliza um computador portátil para cada criança em idade escolar e para cada professor da escola pública.

Através desse site, é possível conhecer a origem de diversos espaços públicos uruguaios, além do acesso a documentos e imagens históricas, como o convite original para a inauguração da praça, em 1943.

5.5. A praça, hoje

O turista que visita pela primeira vez a fronteira se depara com as duas enormes bandeiras - do Brasil e do Uruguai - tremulando lado a lado, tendo como cenário de fundo o Obelisco e a imponente Praça Internacional. Por vezes, demora a perceber que está diante de uma situação inusitada: literalmente com os pés em dois países ao mesmo tempo, cenário perfeito para a tradicional fotografia.

A “linha”, ou seja, a rua movimentada que une ou separa as duas cidades (os dois países) é permeada de sons que vão dos motores dos carros e motos, dos anúncios de vendedores ambulantes até a mistura de músicas brasileiras e uruguaias, as quais embalam as vendas dos comércios locais e de rua ao típico sotaque *portunhol* (mistura da língua portuguesa e do idioma espanhol).



Figura 27 - Fotografia do Marco localizado no Largo Hugolino Andrade, Santana do Livramento – Rivera.

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Ao longo do Largo Hugolino Andrade, localizado em frente à Praça Internacional e das ruas perpendiculares, Avenida João Pessoa e *Agraciada* (respectivamente Santana e Rivera), estão dispostos os marcos que sinalizam os limites físicos e que geralmente não são percebidos pelos transeuntes. Em muitos momentos, esses mesmos marcos são utilizados pelos comerciantes autônomos como expositores para suas mercadorias.

Embora a legislação municipal do lado brasileiro não permita o comércio fixo nas calçadas é comum a presença de inúmeras “banquinhas” que oferecem todo tipo de produtos, desde peças de vestuário (meias, luvas, cachecóis, toucas, bonés, etc.), passando por brinquedos, bebidas, perfumes, garrafas térmicas, artesanatos, entre outros.



Figura 28 - Fotografia das barraquinhas dos vendedores ambulantes na divida Santana do Livramento e Rivera.

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Entretanto, exatamente ao lado do marco localizado em frente ao Obelisco, do lado uruguaio, já são características as “bancas de câmbio” - local onde se troca dinheiro - com seus tradicionais guarda-sóis coloridos. Ali, vários “cambistas” atendem os ocupantes dos carros que entram e saem pela linha de fronteira, no chamado “turismo de compras”, preferindo realizar a conversão das suas moedas na informalidade, mesmo tendo a disposição diversas casas oficiais de câmbio na cidade de Rivera, a poucos metros dali.

No projeto original, o último plano da praça seria um parque de recreação, com muitas árvores de grande porte e arbustos, que, por algum tempo, foram cultivados e trabalhados com a arte da topiaria, como mostram as fotografias mais antigas.

Ocorre que, com o passar dos anos, não houve a manutenção adequada e a praça considerada um dos “pulmões verdes do Aglomerado urbano”, conforme o Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto Rivera/Livramento, de 1998, ainda tem uma variedade razoável de espécies vegetais, mas não ostenta mais as figuras artísticas esculpidas nos arbustos que encantavam e que permanecem na memórias dos fronteiriços, em função da inexistência de profissionais capacitados para executar a arte da topiaria.

5.6 Centro de informações turísticas

Em 2016, foi construído um Centro de Informações Turísticas no interior da Praça Internacional, por iniciativa do governo uruguaio, com o objetivo de melhor atender aos turistas que ingressam ou saem de Rivera/Santana do Livramento. O projeto foi desenvolvido com os alunos da *UTU - Escuela Técnica Superior de Rivera* e consiste em um prédio centralizado na parte oeste do parque, no último plano, após o monumento A Mãe. Com teto verde, banheiros nos dois extremos e salas para recepção e disponibilização de informações sobre a fronteira, a obra tornou-se polêmica por brasileiros que entendiam ser “ilegal” a construção, porque a praça seria um patrimônio cultural e, portanto, não deveria ser descaracterizada.



Figura 29 - Fotografia do Centro de Atendimento ao Turista – CAT.
Fonte: Jornal A Plateia, 2016.

Houve, inclusive, a judicialização do processo, na tentativa de punir o prefeito da época, por parte do Ministério Público Federal, o qual através de uma Ação Civil Pública alegava que a execução da obra, erguida mediante convênio binacional

firmado pelos governantes municipais, estaria cercada de irregularidades. A parte textual inicial da Ação Civil assim descrevia o fato:

Conforme a inicial, o gestor do município não teria competência para, sozinho, autorizar a realização de modificações na estrutura do local. Para o autor, a proposta deveria ter passado pela Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai e pelo Ministério das Relações Exteriores, além de ter sido comunicada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, onde tramita pedido de tombamento do parque. Outras falhas mencionadas seriam a ausência de consulta popular e de estudos sobre possíveis impactos ambiental e de vizinhança, tendo todo o projeto e seu desenvolvimento sob responsabilidade exclusiva de Rivera. (Trf4 - Ação civil de improbidade administrativa Nº 5004044-88.2016.4.04.7106/RS)

Porém, o juiz entendeu que a obra não trouxe nenhum prejuízo para o erário municipal, uma vez que foi totalmente custeada pelo Uruguai. Além disso, não houve alteração na estrutura da praça e ainda contribui positivamente para a imagem e economia das duas cidades. Assim, em fevereiro de 2017, saiu a sentença da Justiça Federal, inocentando o prefeito.

A manutenção do Centro de Visitantes é responsabilidade da Intendência Departamental de Rivera. Além dos banheiros, o centro oferece apoio aos turistas, publicações sobre a fronteira, roteiros de passeios e compras e orientações sobre a legislação e documentos necessários para transitar com segurança entre as duas cidades. Recentemente, o prédio recebeu obras de revitalização.

Outro ponto a ser considerado é a presença de locais de alimentação, mais precisamente *trailers* e *Food trucks* que, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) são automóveis, geralmente Kombis, furgões ou até caminhonetes menores, que passam por uma adaptação e ficam aptos a comercializar diferentes tipos de comida, sem que sejam observadas as condições de estrutura espacial e de funcionamento, especialmente no que diz respeito ao descarte de resíduos sólidos e líquidos. Dispostos ao redor da praça, tanto do lado brasileiro como do uruguaio, dividem espaço também com casinhas de madeira que vendem artesanato rústico, com material e temática local: couro, cuias e todo o tipo de *souvenirs*.

Esta ocupação desordenada impede que se tenha uma visão ampla da praça, o que só é possível se for vista de cima, como provoca o senhor Leônidas, uruguaio e residente em Rivera, que há anos acompanha a evolução do espaço urbano:

Sobre os trailers...eu tiraria... eu tenho 63...se tu não tem no mínimo 50 anos tu nunca viu o Parque Internacional... Tu viu os trailers... e eles são sujos, eles não respeitam o espaço público, eles jogam óleo queimado na grama e nas árvores, que vão matando e tu não vê a perspectiva do parque. O parque tem três quarteirões e meio e tu não enxerga. (Leônidas Bayo, arquiteto, 2022)

Durante o dia, a praça é ocupada por diferentes públicos e exerce diversas funções: é ponto turístico para quem chega ou sai de Santana do Livramento ou Rivera. É local de trabalho para os vendedores ambulantes, para os artesãos e para quem se dedica a comercializar alimentos em pontos fixos, ponto de parada dos táxis os quais transportam os cidadãos que cruzam a linha da fronteira, é o local de descanso para os funcionários das lojas, farmácias, supermercados e *free shops* que não podem ir para casa no intervalo do almoço, seja pela distância, seja pela falta de transporte. Ainda, é o espaço de trabalho para os profissionais do sexo, refúgio para as pessoas em situação de rua, sendo também um espaço de trânsito, onde o fronteiro literalmente atravessa a praça para ir de um lado ao outro da cidade.

Todavia, existe um limite legal e concreto, os marcos que delimitam os dois territórios - brasileiro e uruguaio -, bem como a linha imaginária que corta as duas cidades. Também faz parte da rotina dos fronteiros questões que envolvem a documentação necessária para o exercício da cidadania em uma ou outra cidade, ou em ambas, simultaneamente.

A senhora S. S. é uma mulher de 50 anos, que sofre de obesidade mórbida e até 2021 vivia como estrangeira no Brasil. Esta condição de saúde trouxe várias implicações para ela, inclusive de natureza diplomática.

Há aproximadamente cinco anos não consegue mais locomover-se sem ajuda, dependendo do auxílio de sua filha adolescente. Aos poucos, se tornou uma cidadã uruguaia que não tinha mais acesso a nenhum benefício pela impossibilidade de ir até o país vizinho. Da mesma forma, a Assistência Social não poderia atravessar a fronteira e ingressar em território brasileiro por uma questão de legislação internacional, de soberania entre os países.

S.S. nasceu na zona rural, no interior do Departamento de Rivera (Uruguai), e na década de 70 deixou sua família para viver com os avós maternos com menos de dez anos. Construiu sua vida nesse espaço geográfico onde não existem limites físicos, porém, é repleto de “fronteiras” subjetivas que vão se desnudando à medida que tomamos consciência delas e conseguimos superá-las.

Apesar de viver em Santana do Livramento há vários anos e ter filhos brasileiros, somente em 2021 conseguiu a cidadania brasileira, através de uma força tarefa que envolveu alguns voluntários e a estrutura da Polícia e Receita Federal do Brasil, no sentido de irem até sua residência, em um bairro da periferia de Santana para o encaminhamento da documentação.

Até essa data, era invisível para as estatísticas do Estado brasileiro. Não podia usufruir dos direitos básicos garantidos pela Constituição por não ser brasileira, e tampouco era atendida pelo governo uruguaio porque residia em Santana do Livramento e, portanto, a mão do Estado uruguaio não a alcançava, por questões de legislação. Sua história de vida é atravessada pela vivência na Praça Internacional.

Conta que aos trinta anos começou a trabalhar como profissional do sexo neste espaço público central, por ser localizado na divisa das duas cidades, “mitad uruguayo mitad brasileño”. Escolheu este espaço por ser mais movimentado e, ao mesmo tempo, mais seguro. Trabalhava inicialmente à noite. Depois de um tempo, decidiu trocar o turno e trabalhar durante o dia porque à noite os homossexuais e os trans “se ponían violentos”, “eram amigos, mas...”, segundo suas palavras.

O depoimento dessa senhora ilustra a presença da prostituição na Praça Internacional, sendo que durante o dia é maior o número de mulheres e à noite o espaço é ocupado, em maior número, pelo público LGBTQIAP+, fato que está em transformação, com deslocamento para outro ponto da cidade, de forma espontânea, segundo informações dos gestores municipais.

Em relação à infraestrutura, do lado brasileiro a manutenção é precária. É importante ressaltar que mesmo sendo compartilhado pelos dois países, existe um regramento no que se refere à limpeza, poda de árvores, conserto do revestimento do solo e manutenções diversas, seguindo as linhas dos marcos. Os banheiros que ficam do lado brasileiro estão desativados há algum tempo. Há, de certa forma, uma divisão real no momento de fazer reformas, revitalizações, limpezas ou intervenções. Nesses casos, a linha-limite é respeitada. Cada país cuida e mantém o seu lado.

Conforme o senhor *Catio Sosa, Diretor de las Plazas e Jardines*, este ano houve um acordo com os gestores santanenses, para que a equipe riverense efetue todo o trabalho de corte de pasto, poda de árvores e limpeza. Da mesma forma, Rivera se responsabiliza por manter a limpeza de toda a linha divisória, por entender não que adianta limpar um lado e o outro permanecer sem manutenção. A Intendência possui uma equipe específica para esse trabalho, atuando de forma periódica, entendendo

que a prefeitura de Santana do Livramento não dispõe de pessoal para realizar essa atividade.

5.7 Além das linhas limítrofes: sentindo a fronteira que mais une do que separa

Em um movimentada tarde de sábado, no mês de maio, uma família de Santa Maria que passeava na fronteira, ao ser questionada sobre suas impressões com relação à praça, respondeu que:

Chegamos aqui por acaso, ia passando... o que chamou a atenção foi a divisória do Brasil com o Uruguai e as lojinhas todas ao redor, as lanchonetezinhas. Não percebi que havia passado para outra cidade. Simplesmente fui caminhando. Depois percebi a diferença na língua, na forma de falar. (Maria, 38 anos)

Embaixo das árvores, cinco policiais uruguaios faziam a segurança do local, enquanto do lado brasileiro não havia nenhum policial militar. Ao serem abordados, demonstraram uma certa resistência em participar da pesquisa, porém, quando informados que algumas autoridades uruguaias estavam colaborando e, inclusive, dando suporte através de documentos e entrevistas (e após a pesquisadora citar nominalmente tais pessoas), dois deles prontamente se colocaram à disposição para uma conversa, com a condição de não se identificarem.

Quando questionados sobre a ocupação dos espaços públicos dos dois lados da fronteira e quem são os frequentadores desses espaços, J.C, 30 anos, disse que:

diferencia hay, porque solo en pasar nomás, no precisa ni frecuentar. Se ve muy común que en las plazas de Santana no se vea nadie, no hay juegos en condiciones... No digo que nuestras plazas estén en mejores condiciones que las plazas de allá, pero no he visto juego para los niños. La gente no frecuenta las plazas brasileras y sin embargo toda la gente de Santana pasa para este lado para pasar un rato acá en las plazas, que siempre están llenas. La gente prefiere pasear en Rivera. (J.C.,30 anos, Policia, 2023)

Segundo eles, o principal motivo para que a população atravessasse a linha e vá ocupar os praças riverenses está na estrutura oferecida, principalmente no que se refere aos brinquedos para as crianças. Além de serem constantemente revitalizados, também são adaptados para atenderem aos *discapacitados*, ou seja, portadores de necessidades especiais.

Eu acho que também tem uma questão cultural, sabe, apesar de achar que aqui tem uma dificuldade entre o público e o privado, de estar nesses espaços públicos, que são usados como lazer, como entretenimento, como tudo que te leva a dirigir pra praça, pra tomar um chimarrão, pra conversar, pra encontrar com os amigos. Lá no Uruguai, em Rivera e quando tu entra pra dentro do país também é assim, eles se apropriam mais desses espaços como lazer, eles dão mais importância pra isso, investem mais recursos e são culturalmente mais utilizados do que nós. Tem uma questão cultural, de educação, de saber o quanto que é público, o quanto que é teu, o quanto tu pode te apropriar de fato. passa pelo reconhecimento de que tu está ali e te apropria de um espaço que é teu também. (Luciele, Servidora Pública, 49 anos)

Para alguns, a consciência do que é viver na fronteira se reflete na emoção com a qual a pessoa expressa o significado de fazer parte da história das cidades gêmeas. A senhora Luciene, servidora pública da Câmara Municipal de Santana do Livramento, tem uma doçura na voz e uma vivacidade que transborda, fazendo seus olhos brilharem quando fala do que nos faz fronteiriços. Descreve suas impressões pessoais fazendo uma analogia:

Teve uma época na minha vida que eu recebia muitos estrangeiros na minha casa. E recebi uma japonesa e tentei explicar pra ela o que é o “pé dentro e o pé fora”. O que é um pé em um território (em um país) e um pé no outro território. Aí, quando a levei para o Parque Internacional ela simplesmente deitou no chão na frente do obelisco e levantou os pés e tirou a foto. Quer dizer, ela entendeu de forma literal o que era um pé em um país e um pé no outro país enquanto que a maioria de nós faz uma foto com as pernas abertas, com os braços abertos, cada um com uma bandeira... mas a minha única questão de ser, de ter uma identidade fronteiriça é isso: de achar que, por mais que seja um país diferente, uma cultura diferente, uma política diferente, uma identidade diferente, existe essa identidade fronteiriça que é uma coisa só, que é uma continuidade. A fronteira é uma fronteira que são cidades gêmeas, unidas e que por mais que tu tenhas as diferenças, tu tens uma fusão. Chega num ponto que tu tem uma união desses dois povos. A gente fala o portunhol, a gente atravessa pra lá e eles atravessam pra cá, eles falam em português... tem um a fusão. Essa é a minha percepção como fronteiriça.

Ainda seguindo esta reflexão, o senhor Cléo Magalhães, militar da reserva, diz que “sempre pensou ser uma coisa só as duas cidades”, e que sua ida para o Rio de Janeiro, quando jovem, o levou a perceber a as peculiaridades desta fronteira seca. Complementa dizendo que “eu nunca me dei conta... só quando eu fui para o Rio de Janeiro, com 18 anos, é que fui me dar conta dessa singularidade. Pra mim tudo era uma coisa só e como minha família tinha negócios no Uruguai.

Visivelmente emocionada, Luciene prossegue descrevendo as impressões que se têm da fronteira:

Como se tem a visão de que tudo é uma coisa só, não é? Não temos consciência de que daquele limite pra lá é outro país, é outra política, outra cultura, outra identidade, por mais que tu te aproprie, te identifique com aquilo... Tu entra pra dentro do Uruguai e tu te sente em casa. Tu recebe uma pessoa do Rio de Janeiro e ela te diz: "Ah, mas eu vim aqui pra ir para o exterior... tu não me levou... Daí tu responde: "não, mas tu já estás a duas quadras, no exterior..."

Ao cruzarem a fronteira seca entre Santana do Livramento/Brasil, e Rivera/Uruguai, os visitantes são imediatamente envolvidos por uma atmosfera única e intrigante. A sensação de estar em dois países simultaneamente é palpável, quase mágica. A linha divisória parece dissolver fronteiras mentais, permitindo que as diferenças nacionais se fundam harmoniosamente em uma experiência singular.

Enquanto as peculiaridades de cada lado são evidentes - o idioma, a moeda, as tradições -, há uma notável fluidez na maneira como os hábitos, culturas e costumes se entrelaçam. É como se as fronteiras políticas cedessem espaço à verdadeira fronteira que une as pessoas: uma sensação de comunidade que vai além das limitações geográficas. Nesse ambiente, ser uma coisa só é a essência, respeitando as identidades individuais, mas celebrando o mosaico de influências que permeiam essa região fronteira.

6 Capítulo 5 - Entre camelôs e feiras de rua: um olhar sobre a ocupação comercial em duas praças urbanas - Praça Flores da Cunha (Brasil) e *Plaza 18 de Julio* (Uruguay)

6.1 Praça Flores da Cunha

Na década de 30, Santana do Livramento contava com mais de 40.000 habitantes. Esse salto populacional ocorreu em função da instalação dos frigoríficos a partir de 1903 (SCHÄFFER, 1993) e, em 1940 já havia cerca de 47.000 moradores em Santana. Todo esse crescimento populacional trouxe novas demandas para uma sociedade que vivia sob a influência do país vizinho (Uruguai), por onde chegavam muitas novidades da Europa através do Porto de Montevideu e também pelo trem que chegou em Rivera alguns anos antes, se comparado à Santana do Livramento.

Do lado de cá da fronteira, a vida seguia seu curso. Na época, Livramento contava com o refinado Café Ponto Chic, localizado na rua dos Andradas, próximo à Praça General Osório, frequentado por famílias abastadas (pecuaristas, comerciantes e imigrantes espanhóis e italianos) e também por pessoas que pertenciam às classes

sociais menos favorecidas, como trabalhadores da construção civil, comerciários e moradores do interior do município. A sociedade santanense tinha por hábito realizar passeios familiares no entorno da Praça General Osório (o famoso *footing*) e, em dado momento, todos se juntavam: os que tinham muito poder aquisitivo e o povo menos favorecido financeiramente (ASEFF, 2004).

Fotos da década de 30 mostram homens de todas as idades elegantemente vestidos com seus trajes de passeio, sendo eles compostos por calça social, camisa, colete, paletó e gravata; cuja cabeça era adornada pelo chapéu, que além de completar a indumentária, ainda protegia do sol. As mulheres, por sua vez, desfilavam seus vestidos acinturados, justos, com saia pelo joelho, por vezes cobertos pelo pesado casaco de lã, necessário para enfrentar o frio do inverno e o vento minuano, comum na fronteira. As moças mais ousadas usam modelos com profundas aberturas nas costas e saias que delinearam os quadris. Era um novo espírito que estava presente na vida social nesse período pós-guerra e revolução de 1930.



Figura 30 - Fotografia de pessoas passeando na Praça Flores da Cunha.
Fonte: Memórias de Santana Blogspot, 2021.

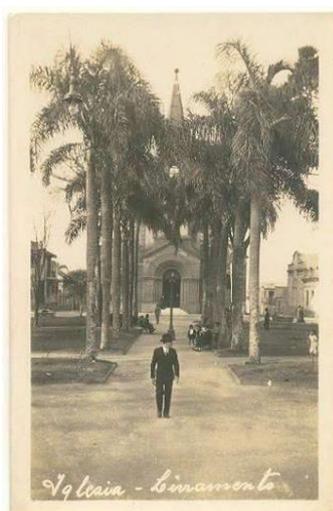


Figura 31 - Fotografia de um homem da década de 30 passeando na Praça General Osório.
Fonte: MEDEIROS, Jango. Almanaque Santanense, 2022.



Figura 32 - Fotografia do Largo Hugolino Andrade - década de 40.
Fonte: MEDEIROS, Jango. Almanaque Santanense, 2022.

Cabe destacar que são raríssimas as fotos antigas onde aparecem homens trajando bota e bombacha, vestimenta típica do gaúcho fronteiriço, na zona central da cidade, sendo mais comuns em fotos de família ou em quadros pintados onde havia uma produção para retratar um momento, uma data especial, principalmente de fazendeiros da região. Uma reflexão a ser feita é em relação ao fato de que o uso da bombacha não era bem visto na cidade, e quem a usava era chamado de grosso, “guasca da campanha”, habitante da roça, no sentido de “homem que habita os pampas” (MICHAELIS, 2023).

Segundo Aseff (2004), esse novo estilo de vida, mais moderno, também estava voltado para o lazer boêmio. Tudo isto levou a uma reestruturação urbanística da cidade a fim de privilegiar o convívio das pessoas, inclusive com a criação de novos espaços públicos.

Santana do Livramento e Rivera já não eram mais “pequenos povoados”. Em suas ruas e avenidas os comércios cresciam e se modernizavam, investindo em vitrines chamativas, onde eram expostos produtos diferenciados, vindos principalmente da capital uruguaia. Mais uma vez, a convivência pacífica entre os dois povos possibilitou o cultivo de novos hábitos e espaços de lazer compartilhados, como as casas de espetáculos, os cinemas, os cafés, as confeitarias, e até mesmo o simples passeio pelas ruas e praças.

A modernização da cidade, com uma população mais urbana e concentrada no centro, provoca no poder público o desejo de transformar os espaços públicos e aproximar-se dos padrões europeus.

6. 2 O projeto

Assim, surge a Praça João Pessoa, bem na divisa com Rivera, fruto do sonho do engenheiro Tetamanzzi, o qual, segundo Potoko (2013), ao retornar de uma viagem à capital argentina, traz o modelo de uma pérgola, com seu rosedal (proteção vazada, apoiada em colunas ou em balanço, composta por elementos paralelos feitos de madeira, alvenaria, concreto, etc).



Figura 33 - Fotografia da Praça Flores da Cunha, entre 1940 e 1950.
Fonte: Memória da Fronteira Blogspot, 2021.

Da mesma forma, Cirino Bittencourt de Carvalho *apud* POTOKO (2013, p.177), esclarece que a praça foi obra de Cesar Tettamanzy, engenheiro civil, funcionário da prefeitura, construtor e idealizador da praça, e que ele “mandou fazer ajardinamento da área, e em cada uma das extremidades, pôs estátuas de cães, em homenagem ao fiel amigo do homem, mas a gurizada começou a fazer as estátuas de montaria”.

A praça foi ornamentada com duas esculturas - o menino jornalista e a menina (oriundas da Argentina), as estátuas de dois cachorros galgos (as corridas de cachorros são comuns no Uruguai) e, mais adiante com os bustos do General Flores da Cunha e de Pedro Irigoyen.



Figura 34 - Fotografia de um menino com a estátua da menina, na Praça Flores da Cunha.
Fonte: Memória da Fronteira Blogspot, 2021.

Esta, tornou-se conhecida como Praça dos Cachorros e passou a fazer parte da vida e do imaginário dos cidadãos que viviam na fronteira e também dos visitantes, principalmente das crianças, cujo entretenimento era montar nos cachorros, sendo uma das fotos mais tradicionais da infância dos santanenses e riverenses, assim como a foto no obelisco também faz parte da memória afetiva pela simbologia que carrega.

O espaço privilegiado que foi ocupado pela nova praça já abrigava o estacionamento de ônibus urbanos e a rodoviária. Bem situada entre as duas ruas que, embora demarquem o fim de um país e o início do outro, muito mais unem do que separam.

Nenhuma pessoa deixa de ser cidadão ou cidadã brasileiro/santanense ou uruguaio/riverense ao passar a linha imaginária, concretizada nos marcos espalhados por toda a área limite, entretanto, todos percebem-se diferentes no retorno, seja por um vocábulo novo que teima em surgir no entremeio das conversas, denunciando que o *portunhol* já faz parte da rotina, seja pela sensação de “voltar pra casa”, entendendo que existem muitas diferenças entre um lado e outro. Mas, ao ser atravessado por elas, é que concretiza-se parte da construção do indivíduo fronteiriço. Paralelo a isto, existem conflitos que extrapolam as questões territoriais, de domínio e poder.

6.3 Quando o comércio informal ocupa a praça: transformações e impactos na dinâmica urbana

Com o passar do tempo, novos frequentadores passaram a usufruir da praça, que também passou a exercer outras funções. Inicialmente planejada para ser um local de passeio, de descanso e contemplação, logo atraiu, além dos tradicionais engraxates (que desde sua fundação trabalhavam ali) os comerciantes de rua, por estar localizada no centro, entre as duas cidades e de ter ao seu redor inúmeros pontos comerciais, além de ser muito próxima das principais ruas de Rivera, portanto, com uma grande movimentação de pessoas.

Na década de 80, segundo Ometto (1995), “a economia brasileira atravessou uma das mais graves crises de sua história, a qual resultou na estagnação do Produto Interno Bruto e em taxas de inflação sem precedentes”. Como consequência, Santana do Livramento que até então se destacava no cenário econômico do centro-oeste do estado, em relação à produção industrial, enfrentou o encerramento das atividades de várias indústrias (especialmente os frigoríficos), responsáveis pela maior parte dos

empregos e renda do município, como afirma Alves (2018):

A indústria era a maior fonte de renda e emprego do município, principalmente pelos frigoríficos no século XX. Em função disso, o fechamento de suas portas acabou por causar o desemprego elevado a partir do ano de 1980. Mudou, a partir deste momento, a importância da participação dos serviços e do comércio na dinâmica econômica local, os quais passaram a ser a principal fonte de geração de empregos e renda de Livramento. (ALVES, 2018, p. 41)

Nesse período também aumentou consideravelmente o número de trabalhadores informais. A praça, que abrigava os conhecidos e tradicionais engraxates, recebeu, aos poucos, uma intensa concentração de vendedores ambulantes no seu interior, sendo tomada por barracões coloridas, caracterizando a transfiguração da praça em um espaço comercial.



Figura 35 - Fotografia de um engraxate na década de 50.
Fonte: Memória da Fronteira Blogspot, 2022.



Figura 36 - Fotografia dos vendedores ambulantes na Linha divisória - década de 60.
Fonte: Memória da Fronteira Blogspot, 2022.



Figura 37 - Fotografia dos vendedores ambulantes na linha divisória - décadas 60 e 70.
Fonte: Memória da Fronteira Blogspot, 2023.

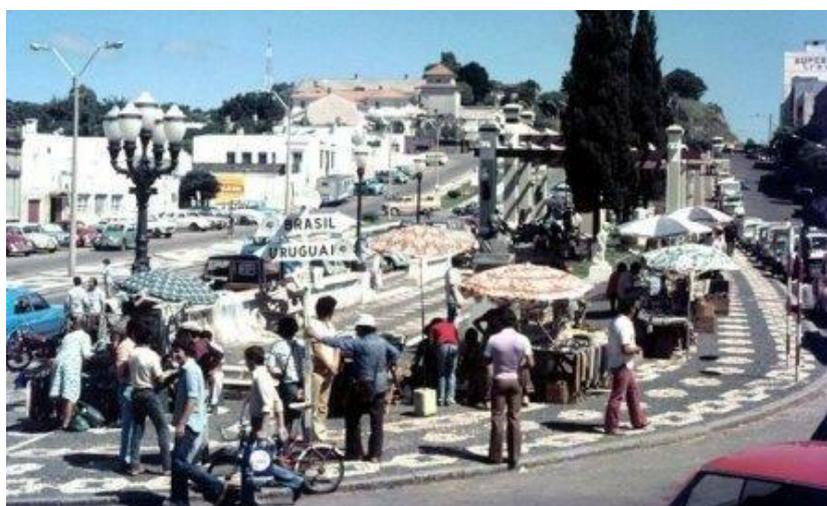


Figura 38 - Fotografia da Praça Flores da Cunha, 1980, com seus cambistas e camelôs.
Fonte: Jota N. Canabarro, 2009.

Sendo esta praça um espaço urbano conurbado, é importante destacar a relação intrínseca que possui com o *Paseo 33 Orientales*, ou seja, a continuação da praça do lado uruguaio, como ilustra a Figura 38.

Mas essa relação perpassa a questão geográfica, uma vez que está relacionada com a economia e legislação dos dois países: Brasil e Uruguai. A constante flutuação cambial que ora favorece um, ora beneficia o outro, é um dos fatores que possibilitaram o crescimento do número de ambulantes na linha divisória. Nesse sentido, Mazzei (2002) afirma que:

En los espacios públicos urbanos, generalmente las confrontaciones son internas y entre actores públicos o privados locales; mientras que en los espacios fronterizos bi-nacionales el potencial conflictivo emerge de climas

institucionales de particular complejidad dados por las prácticas cotidianas lucrativas de las diferencias de valores de los bienes y servicios de una y otra economía, los que generalmente dejan atrás toda posibilidad de legalidad controlable por una u otra administración nacional. (MAZZEI, 2002, p.64)

Os trabalhadores informais da Praça dos Cachorros dividem o espaço com os camelós riverenses, definidos por Mazzei (2002) como “comerciantes ambulantes de Rivera”. Segundo ele:

Los “camelós” son sectores de origen principalmente local que ante las restricciones del empleo e imposibilitados de alternativas emigratorias, se juegan cotidianamente a una situación “límite” en el espacio de encuentro de dos administraciones nacionales en el cual ofrecen la venta de mercaderías muchas veces de origen no genuino y no competitivas con el comercio formal de uno y otro país. (MAZZEI, 2002, p. 64)

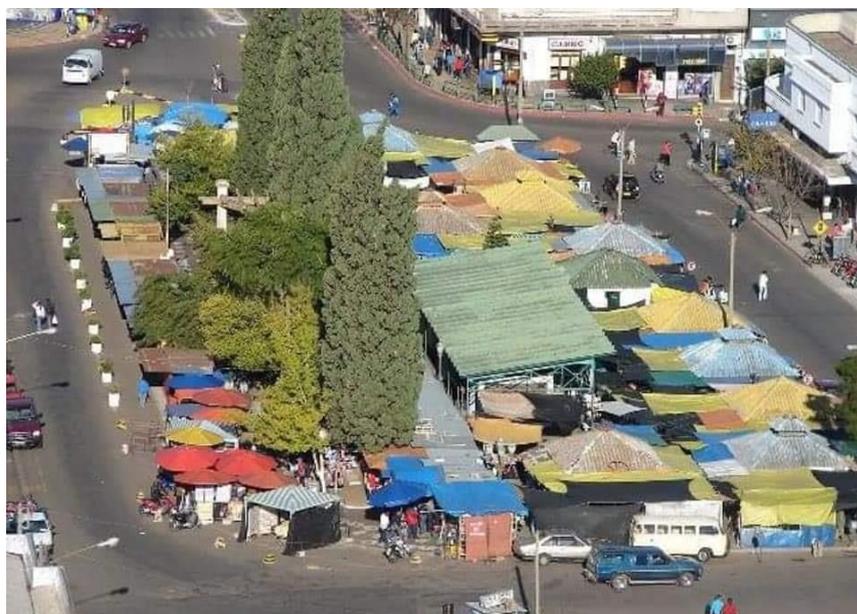


Figura 39 - Fotografia da Praça Flores emcoberta pelo camelódromo.
Fonte: Ralph Quevedo - Sentinela 24 horas, 2021.

Ainda, segundo este autor, os camelôs são “trabalhadores sem trabalho” por não terem um lugar definitivo para o exercício de suas atividades dentro de uma sociedade organizada e, portanto, expostos aos riscos de existência, convivendo com a instabilidade social e a precariedade econômica. Além disto, são estigmatizados pela sociedade, em função da informalidade do negócio e da origem dos seus produtos, entre outros quesitos.

Organizados pelos gestores riverenses, em 1995, haviam 40 bancas devidamente cadastradas no limítrofe das duas cidades, pagando uma taxa mensal para a Intendência. Parte da sociedade entendia que a ocupação do espaço público

impactava a sociedade local, mudando a configuração urbana, além de ser arbitrária e não consentida. Entretanto, a municipalidade aceitava tal situação e de certa forma, referendou a ocupação. Mazzei (2002) acrescenta que:

Si bien la instalación de los “camelós” en el lado uruguayo del espacio fronterizo es la más visible, en el inmediato lado brasileño, pared con pared y por espacio de una cuadra, se ubican 40 bancas que ofertan similares mercancías a las ofrecidas por las bancas del lado uruguayo. (MAZZEI, 2002, p.67)

Assim, brasileiros e uruguaios dividiram, por muito tempo, este espaço público de localização privilegiada. Também dividiram os custos de manutenção como serviços de higiene e alimentação que eram custeadas pelos comerciantes. Da mesma forma, a mercadoria vendida nas chamadas “bancas” que semanalmente eram trazidas do Paraguai, em ônibus, pelas estradas brasileiras.



Figura 40 - Fotografia da Praça General Flores da Cunha após a retirada dos camelôs para a calçada da Avenida João Pessoa.

Fonte: elaboradora pela autora (2014).

Os camelôs de Rivera foram acomodados no camelódromo denominado *Boulevard Treinta y Três Orientales*, construído pela Intendência em uma obra que dava continuidade à Praça Flores da Cunha, do lado uruguaio. Entre uma praça e outra foi construída uma rua, e cada comerciante cadastrado recebeu um armário de metal com duas portas, estrategicamente colocados embaixo de uma estrutura metálica, coberta por lonas padronizadas.

Por mais de trinta anos, a praça foi cenário de disputas e encoberta por tais barracas improvisadas, de lona, madeira ou metal. A situação era tão grave que

durante muito tempo a praça ficou totalmente invisível, imperceptível aos olhares dos transeuntes. Os mais jovens não tinham conhecimento de que, por trás e debaixo daquelas barracas havia um espaço público que, por muito tempo, foi um local de encontro, de lazer, de trocas culturais, de referência no entretenimento e na convivência entre os dois povos.

Sobre a ocupação da praça, o advogado Renato de Mello Levy, em fevereiro de 2000, publicou um artigo no jornal local A Plateia, o qual ilustra bem a discussão:

Sei perfeitamente que o trabalho informal, não só no Brasil como em qualquer outro país, é o que mais vem crescendo em todos os quadrantes. Em face de tal circunstância é preciso que a comunidade reserve os meios e os espaços necessários para que toda pessoa com tal atividade possa ter condições de desenvolver o seu trabalho. Afinal, todos precisam sobreviver com o seu labor honesto e produtivo. O que não é possível, é conformar-se com a situação pela qual uma ou duas centenas de pessoas tomaram conta da passagem central de ambas as cidades e criaram uma república independente no território limítrofe de ambos os países, pois até construíram cubículos cobertos com telhas de zinco, o que descaracteriza a condição de ambulantes daqueles camelôs. Ali, os transeuntes entre a Avenida Sarandi, em Rivera e o Largo Hugolino Andrade, em Livramento, estão obrigados a caminharem pelo meio dos automóveis ao longo da rua. O mesmo também acontece entre a Rivadávia e a Agraciada. (Renato de Mello Levy, 2000)

Ainda que a população reivindicasse a retomada da praça, sempre houve uma certa conivência do Poder Público, que, embora reconhecesse não ser naquela área o lugar adequado para esses trabalhadores, também não agia a fim de realizar medidas efetivas para enfrentar a demanda. Ocasionalmente, ocorria uma ação de fiscalização na qual os produtos eram apreendidos, mas logo no dia seguinte a atividade comercial retomava normalmente. Segundo Almeida (2015):

Na fronteira de Livramento e Rivera também ocorre esta tolerância das autoridades no que diz respeito aos ilegalismos, ou seja, uma mesma atividade comercial, como a venda de produtos provenientes de atividades ilícitas, pode estar formalizada por alvarás e cadastro dos órgãos locais competentes. São negociações que se dão em vários planos, envolvendo o Estado, o poder municipal e a opinião pública, gestionando, assim, os ilegalismos, de forma a diferenciá-los em um conjunto de tolerâncias. (ALMEIDA, 2015, p. 141)

O conceito de ilegalismo aqui aplicado apoia-se no pensamento de Foucault (2007 *apud* ALMEIDA, 2015), referindo-se aos dois tipos de ilegalismos: o de bens, envolvendo roubo de propriedades e afins que serão punidos por julgamentos e a partir deles, atribuídos castigos, mais comuns entre os menos favorecidos e os

ilegalismos dos direitos, reservados aos que detém o poder: os burgueses.

A construção da legalidade refere-se ao processo pelo qual as normas, leis e regras que regulam o comportamento humano são determinantes, aplicadas e interpretadas pela sociedade e pelas instituições.

A legalidade não é apenas um conjunto fixo de regras, mas algo que está em constante evolução e sujeito a mudanças de acordo com as relações de poder. As leis e normas podem ser adaptadas e interpretadas de maneira a servir aos interesses daqueles que estão no poder, embora punam de forma mais rigorosa os menos favorecidos. Isso destaca a importância de uma análise crítica das estruturas legais e do sistema de justiça para compreender como a legalidade é construída e como ela pode ser usada para manter ou desafiar as posições sociais e econômicas.

Para ilustrar a questão dos ilegalismos fronteiriços, a análise do movimento de retirada dos camelôs da praça, promovida pela sociedade com maior poder aquisitivo, o Poder Público Municipal e a Polícia Federal, junto com parte da população santanense e riverense se faz necessária. Como motivação, foi usado o argumento de “limpeza da praça” e devolução para a sociedade, com o argumento de que a mesma havia se transformado em um espaço sujo, de criminalidade e de contrabando, desconsiderando que, nesse espaço público e popular, as pessoas trabalhavam para garantir seu sustento.

Entretanto, logo após a retirada dos ambulantes e realocação poucos metros à frente, a atividade continuou, porém com a anuência dos poderes legislativo e executivo, além do referido cadastro dos comerciantes brasileiros. Ocorre que a gestão ficou sob responsabilidade do Setor de Fiscalização da Prefeitura, que alegou não ter estrutura para controlar o grande número de bancas e de camelôs.

6.4 Movimento pela restauração da Praça dos cachorros e Praça Internacional

Entre os anos 2009 e 2010, o santanense Federico Bonani, após coletar assinaturas em um abaixo assinado, ingressou no Ministério Público através de uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer em desfavor do Município e do Gestor Público Wainer Vieira Machado. O mesmo acionou a Justiça, dando início a um processo que perdurou até 2015, quando, após a retirada dos camelôs definitivamente em 2014, a praça foi reinaugurada.

Como resultado dessa situação, o Decreto Municipal nº 5.857 foi publicado em 27 de outubro de 2011, onde:

Confirma, retifica e acrescenta critérios e nomes dos microempreendedores individuais que cumpriram os prazos pré-estabelecidos e apresentaram documentação de acordo com o Decreto nº 5.797/2011, para confirmar o interesse em permanecer comercializando produtos em Bancas (Camelôs) ora localizadas nas Praças Flores da Cunha, Praça Argentina e Av. João Pessoa, junto a Praça Flores da Cunha, entre o largo Hugolino Andrade e Rua Rivadávia Corrêa. (TCE, Santana do Livramento, 2019)

O referido decreto pretendia organizar e regularizar a situação dos trabalhadores informais, uma vez que informava da necessidade de retomada da praça, e alertava para o fato de que “todo e qualquer material exposto” após a desocupação passaria a pertencer ao município. Também ressaltava que apenas as pessoas que já estavam com seus nomes cadastrados entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011 (dependendo do local ocupado) e apresentassem os documentos referentes à abertura de empresa (passaram a ser microempresários), constavam na lista para ocupar, de forma precária, o novo local a ser determinado.

Assim, com o objetivo de amenizar a situação, várias ações foram empreendidas pelo Poder Público, tais como o cercamento da praça e a alocação de ambulantes em barracas de lona padronizadas na calçada em frente. Uma força-tarefa de revitalização, na época, não foi bem recebida pela população, uma vez que os problemas não foram solucionados, incluindo a instalação de tablados sobre o *petit pavet*, como ilustra a Figura 41.

Mas foi somente a partir desse movimento social forte, capitaneado por Bonani, o qual produziu um vídeo impactante mostrando a depredação da praça e divulgou nas redes sociais, provocando o debate nas rádios, nos jornais e nas plataformas digitais, é que foram tomadas medidas no sentido de revitalizar a praça. Nesse intervalo de tempo, também foi lançado o Movimento pela restauração da Praça dos Cachorros e do Parque Internacional.

Em maio de 2011, Laura Bonani Cunha publicou no Blog Santana do Livramento o seguinte texto:

Chama a atenção a expressiva participação da comunidade riverense. Os registros eletrônicos que identificam o IP dos computadores e seus locais de origem apontam que metade dos que assistiram o nosso vídeo-denúncia “Vergonha da Fronteira” é formado por usuários e internautas uruguaios. A mesma participação – cerca de 50% - aconteceu no apoio ao abaixo-

assinado, seja eletrônico, seja a versão tradicional em folha de papel. Isso demonstra o quanto os uruguaios também estão insatisfeitos com o descaso do poder público relativamente à ocupação irregular das praças e dos locais de convivência e recreação. Assim, pode-se afirmar que a indignação da comunidade acontece na razão direta da irresponsabilidade da municipalidade. O fenômeno não é exclusivo de Rivera. Livramento, igualmente, repudia com a mesma indignação a falta de iniciativa e o descumprimento legal por parte das autoridades com responsabilidade na linha de fronteira.

O assunto ganhou as ruas da fronteira, sendo discutido em todos os setores. A presença dos ambulantes no centro da cidade movimentou e movimentou a economia do município. Criticados pelos comerciantes locais que reclamam da informalidade e do não-pagamento de impostos pelos camelôs, também havia a questão da concentração de tendas e barracas pelas calçadas, dificultando o trânsito dos pedestres ou representando barreiras nas portas das lojas. Sobre este fato, um senhor que pediu para não ser identificado, comerciante há mais de 30 anos e dono de uma loja próxima ao camelódromo, relata que:

Não acho justo... eu pago meus impostos, abro a loja todos os dias, tenho compromisso com meus empregados. Daí, a pessoa vem, abre a banquinha aqui na frente, e fica atacando os clientes, impedindo a passada das pessoas. Todo mundo tem direito a trabalhar, mas precisa ter organização. Até hoje a prefeitura não tem controle. Não se sabe quem está com tudo direitinho, com a documentação em dia ou não. Inclusive tem gente que aluga a banca. (J.S., 58 anos)

Por sua vez, a senhora Nara (banca 14) e o senhor Jesus (banca 17), reconhecem que a mudança de lugar trouxe pontos positivos e declaram que “pra nós foi bom, não tinha luz nem banheiro, não tinha nada. Pelo menos tem uma estrutura para trabalhar”. Contrapondo seus colegas, o senhor Bazico, vendedor há 55 anos e ocupante da banca número um do Centro Popular de Compras, diz que:

a mudança de lugar prejudicou as vendas, por ser escondido... os camelôs uruguaios nunca foram prejudicados... continuaram trabalhando no mesmo lugar, na linha divisória, bem mais organizados. (Bazico, vendedor ambulante)

Cabe ressaltar que os camelôs alocados no Centro Popular de Compras (lugar destinado para exercerem suas atividades comerciais no Largo Hugolino Andrade, em frente a Praça Internacional) são trabalhadores devidamente cadastrados e registrados como microempresários e pagam seus impostos, estando portanto em situação legal com Prefeitura Municipal.



Figura 41 - Fotografia dos tapumes de madeira que cobriram o revestimento original da calçada (*Petit pavet*).
Fonte: Blog Filhos de Santana, 2010.



Figura 42 - Fotografia da Praça Flores da Cunha, depredada.
Fonte: elaborada pela autora (2013).



Figura 43 - Fotografia mostrando a depredação da praça após a retirada dos camelôs.
Fonte: elaborado pela autora (2013).

A situação só foi definitivamente resolvida a partir de uma decisão judicial, que determinou a retirada dos camelôs e realocação em um outro espaço, assim como a reestruturação da praça e posterior entrega para a população.

O site de notícias e portal online da rede Record publicou no dia 19 de maio de 2014 a matéria abaixo com o seguinte título: Camelôs são retirados de praça após 30 anos em Santana do Livramento (RS).

A prefeitura faz a retirada dos camelôs que ocupam há quase 30 anos a praça Flores da Cunha e seu entorno na linha de fronteira com Rivera (Uruguai), em Santana do Livramento (RS), na manhã desta segunda-feira (19). O local estava degradado e passará por reforma. Os camelôs reclamam da ação e gostariam de um lugar para trabalhar. (Site de notícias R7.com, 2014)

A reinauguração da praça Flores da Cunha ocorreu oficialmente no dia 02 de janeiro de 2014, após 30 anos de ocupação pelos vendedores ambulantes, como destacaram os principais meios de comunicação da região.

Palco de diferentes ocupações ao longo do tempo, tanto a Praça Flores da Cunha quanto a vizinha *Paseo 33 Orientales* (continuação da praça do lado uruguaio) marcaram a memória dos fronteiriços como lugares de passeio familiar, de entrada e saída de um país a outro, mas também foram cenário de chegadas e partidas para brasileiros que eram forçados a deixar o país nos chamados “anos de Chumbo” da ditadura militar.

Muitos encontraram no Uruguai o refúgio que precisavam. Morar em Rivera possibilitava o contato com o Brasil, o olhar saudoso onde a distância de um passo significava vida ou morte, mas ainda assim era possível ver e conversar com os amigos do lado de cá da fronteira em relativa segurança. A praça, mais uma vez, tinha a função de unir, de dar acesso, de promover o encontro, de ser espaço de movimento, trânsito de automóveis e outros veículos, mas também de conflitos.

6.5 E hoje, quem ocupa a praça?

Todavia, com o passar do tempo, a “Pracinha dos Cachorros” não desperta o mesmo encanto na população, principalmente nos mais jovens. É um espaço de trânsito intenso: afinal, é o “caminho” para o Uruguai; a ponte que liga santanenses e riverenses. Porém, a preocupação maior dos turistas é chegar rapidamente aos *Free*

Shops para o conhecido comércio de compras.

Um dos *policías* entrevistados, *Juan Carballo, de 32 anos*, quando questionado se tem memórias da infância relacionadas às praças relata que:

Yo tengo foto quando era criança lá nos cachorros, na pracinha aquela do meio, que tem um cachorro em cada ponta. Eu tenho foto com meu irmão subido num cachorro daqueles. Ninguém vai à praça agora por ser muito “*arriesgado* para as crianças, muito trânsito. Ela é curtinha, tu tá aqui, dá uns passos e já tá na *calle*. O pai busca segurança para *los hijos*.” (Juan Carballo, polícia)

Da mesma forma, dona Celeste, 72 anos, lembra com carinho dos passeios que fazia com seus pais nas décadas de 70 e 80. Depois de se encantar com a topiarias da Praça Internacional era parte do roteiro “dar uma chegadinha” na Praça dos Cachorros para que “as crianças pudessem montar nos *perros* e, com sorte, até tirar uma foto com o tradicional Lambe-lambe (fotógrafo de rua muito comum na fronteira antiga), junto às esculturas da menina e do menino jornalista, enquanto os adultos descansavam nos banquinhos dispostos ao redor dos canteiros e embaixo do pergolado.

Em frente a praça ainda resistem velhos casarões que abrigaram casas noturnas, cafés e até escolas. Prédios que já foram considerados modernos pela arquitetura diferenciada, hoje estão cobertos por painéis com os nomes das lojinhas que se multiplicam vendendo roupas importadas de preço muito acessível.

Nesses estabelecimentos as vendedoras (em sua maioria, mulheres) ficam na porta, do lado de fora da loja, abordando possíveis clientes, e repetindo “Boa tarde, senhora! Em que posso ajudar?”, “Entre, amigo! O que procura?”. São táticas de venda comuns na linha de fronteira. Trabalham olhando para a praça, reformada e em determinadas épocas do ano, florida. Mas geralmente não veem a praça.

Ana, de 19 anos, moradora de um bairro distante dez quilômetros do centro, diz que “passa o dia em volta das roupas e preocupada em vender”. Segundo ela:

os patrões são exigentes... às vezes, sento ali nos banquinhos pra comer alguma coisa no intervalo do almoço. Não dá pra ir em casa e fico aqui, olhando o movimento. É tanta gente que vai e vem. Se tu não fala, nem lembro que é uma praça. (Ana Silva, 19 anos, vendedora)

Da mesma forma, as questões históricas desses espaços não alcançam a população. Poucos conhecem a origem ou fatos relevantes ocorridos no município,

principalmente no que se refere ao centro urbano, dando destaque para o passado e a história tradicional, ou seja, aquela narrada pelos vencedores e por quem detinha o poder. A história do cotidiano ainda é uma novidade e, por ser recente, é vista como pouco relevante.

Por sua vez, Rivera está em um processo mais avançado de construção de narrativas e valorização de tudo aquilo que é produzido pelos fronteiriços, em todas as áreas que abrangem o indivíduo enquanto ser humano vivendo em sociedade.

Em virtude disso, as intervenções nos espaços urbanos do lado uruguaio buscam incorporar elementos da arte, da cultura e da vivência dos vizinhos daquele lugar. Um exemplo notável é a história de um poeta retratado em um muro de contenção, conhecido como "Rincón de los poetas", em homenagem ao poeta Olinto Maria Simões. Isso é ilustrado nas Figuras 46 e 47. Além disso, há painéis que destacam a cultura africana e seus tambores, fazendo uma referência direta aos tambores do *Candombe*, que enfeitam o *Teatro de Verano* (conforme apresentado na Figura 45). Vale ressaltar que o *Teatro de Verano* foi inaugurado recentemente.



Figura 44 - Fotografia do *Teatro de Verano* com vista a partir do Cerro do Marco - Rivera.
Fonte: elaborado pela autora (2023).



Figura 45 - Fotografia do *Teatro de Verano* – painéis artísticos.
Fonte: elaborado pela autora (2023).



Figura 46 - Fotografia do *Muro de contención Rincón de los Poetas* - Rivera/Uruguai.
Fonte: elaborado pela autora (2022).



Figura 47 - Fotografia do *Muro de contención Rincón de los Poetas* - Rivera/Uruguai.
Fonte: elaborado pela autora (2022).

6.6 Plaza 18 de Julio - Plaza da Cuaró

Diferente de todas as outras praças apresentadas neste trabalho, a *Plaza 18 de Julio* está localizada na zona periférica, em um dos bairros mais antigos de Rivera, que, segundo alguns historiadores, recebe esse nome porque ali teria começado um povoado, ou “pequena Rivera”. Foi planejada dentro dos quatrocentos quarteirões do plano inicial da cidade de Rivera, porém, por muitos anos permaneceu “vazia”, sem um efetivo planejamento e execução, conforme informações da Intendência Municipal.

Assim como a Praça Flores da Cunha em Santana do Livramento, a *Plaza 18 de Julio*, em Rivera, também tem uma relação muito intrínseca com o comércio informal, sendo amplamente reconhecida por abrigar uma grande feira semanal que ocorre todos os domingos, das seis da manhã às quatorze horas. Essa feira ocupa todo o seu entorno e se estende por vários quarteirões da rua principal do bairro, há muitos anos. Essa característica foi o principal motivo que se tornou um dos objetos de estudo desta pesquisa.

É essencial compreender as diversas funções que a praça desempenha ao longo do tempo, à medida que o bairro em que está localizada se desenvolve e se transforma em um aglomerado urbano cada vez mais significativo para a capital do Departamento. Para alcançar essa compreensão, é importante conhecer a história do bairro.

O *Barrio Rivera Chico* teve origem a partir das atividades comerciais e do contrabando que marcam a história de Santana do Livramento e Rivera. Segundo Palermo (2006), na formação do povoado de *Ceballos* havia duas ruas e, logo as autoridades se instalaram no centro, dificultando o trânsito dos contrabandistas¹² que precisaram procurar uma outra rota de acesso para alcançarem a *Plaza Flores*, onde descansavam antes de seguir viagem para o interior do Uruguai. Neste sentido, o autor explica que:

Viste que Villa Ceballos estaba formada en la práctica por dos calles, o por el encuentro de dos ejes, digamos. Estaba lo que se llamaba el Camino de las Tropas, como le llamaban, que es hoy Sarandi, viste, y la línea, que lo cortaba, en la forma de T. Eso era esencialmente el centro, digamos de Villa Ceballos. Entonces que pasó? Cuando se instala el pueblo, y las autoridades vienen y se instalan ahí en pleno centro, en el corazón, digamos de la ciudad, que pasa? Los contrabandistas no podían pasar por el Camino de las Tropas, por el que es hoy calle Sarandi, porque la policía estaba allí, estaba prácticamente al costado. Entonces que hicieron? Contan los más antiguos del barrio que decidieron buscar un camino, lo más lejos posible del puesto policial. Entonces trasladaron el camino de penetración hacia el sur unos dos kilómetros hacia el noreste. Ahí se creó lo que hoy conocemos con el nombre de Avenida 1825, que ellos le llamaban Camino Cuaró. Entonces que pasó, para evitar la policía, trazaron ese camino todo, Cuaró, Brasil, hasta la Plaza Flores, y ahí descansaban, desensillaban y después seguían hasta San Eugenio, Tacuarembó, Salto. (PALERMO, 2006, p.70)

¹² Contrabando e contrabandista -

Dorfman (2009) define contrabando como uma prática eminentemente geográfica, podendo ser descrito como o comércio ilícito baseado nas diferenças – de preço, qualidade e disponibilidade de mercadorias – geradas pelas barreiras aduaneiras associadas à delimitação dos Estados-Nação. (DORFMAN, 2009, p. 7). Portanto, o contrabandista é quem pratica o contrabando.

O bairro indicado abriga uma população com mais de vinte e cinco mil moradores. Nele, encontram-se residências, diversos estabelecimentos comerciais, escolas infantis, primárias e secundárias (*liceos*), quartéis, igrejas de várias denominações, clubes sociais, quadras esportivas e a praça que se desenvolveu junto com a comunidade local.

Uma matéria do jornal *Diario Regional del Norte Uruguayo* (2008) assim descreve el Bairro Rivera Chico:

Rivera Chico (o “Rivera Chica” de acuerdo a la tradición), es, después del centro, el barrio más antiguo, remontando sus orígenes a la segunda mitad del Siglo XIX, cuando se llegaba a la frontera desde el sur abriendo caminos por el Platón, en las estribaciones de la Cuchilla Negra, sorteando en largas jornadas las cuchillas abruptas y los arroyos torrenciales. Era la puerta de entrada a la Villa Ceballos primero y pueblo Rivera después. Barrio proletario, creció desflecando un impetuoso espíritu independiente. Borneado por el Cuñapirú, al sur y al oeste, la línea divisoria al norte, tuvo en el cerro del Marco y algunas cañadas al este, los límites naturales que lo separaban del centro de la ciudad. Por imperio de las entonces condiciones naturales hubo de desarrollar un fuerte impulso de pertenencia, dotándose de servicios comunitarios mínimos y construyendo la historia de vida de decenas de familias. Una avenida central, la Cuaró y una plaza, la 18 de julio fueron desde el comienzo los espacios comunitarios donde Rivera Chico construyó en más de cien años, su entramado social, sus instituciones culturales, deportivos, sociales, políticas, educacionales y religiosas. El Siglo XXI encuentra a Rivera Chico, con una población superior a los 25 mil habitantes, en plena expansión urbanística, comunidad cosmopolita y con los lazos sociológicos dispersos, genera nuevos barrios o polos de vida comunitaria siempre al amparo de su rica memoria histórica y su emblemática Cuaró.

É nesse cenário que se a *Plaza da Cuaró*, também conhecida por esse nome. Ela ocupa um terreno de relevo bastante irregular, mas que foi respeitado nas intervenções realizadas ao longo dos anos. Atualmente está disposta em vários níveis interligados por escadarias, parque infantil com brinquedos adaptados atendendo aos padrões de acessibilidade oferecendo espaços para o lazer, descanso e contemplação. Considerando que a praça é um local de encontro, a disposição dos bancos também proporciona a aproximação: são intencionalmente colocados próximos uns dos outros, com iluminação e lixeira no entorno, para que os frequentadores tenham segurança e encontrem onde descartar o lixo com facilidade.

Mas o grande diferencial desta praça é o anfiteatro com capacidade para quinhentas pessoas (Figura 48), descrito pelo visitante montevideano P.P.D, 57 anos como “*una cosa que es usada para distintas movidas culturales, artísticas, deportivas, políticas, etc.*” No anfiteatro são realizadas feiras culturais, encontros estudantis, religiosos, festas comemorativas, eventos políticos, apresentações das pessoas da

comunidade, sempre mediante agendamento prévio na intendência. A praça dispõe de estrutura para equipamentos elétricos e excelente iluminação noturna.



Figura 48 - Fotografia do *anfiteatro da Plaza 18 de Julio*.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Outro ponto interessante é que se cada praça riverense tem um diferencial na sua estrutura, tornando-a única e refletindo a identidade com a vizinhança, esta destaca-se pelo reaproveitamento de madeira de árvores cortadas da própria praça na decoração, quando tocos servem de bancos, de degraus e de passarelas entre um plano e outro (Figura 49). Ainda, existe uma boa quantidade de árvores de médio e grande porte que, além do embelezamento, contribuem com sombra e abrigo para os ninhos dos pássaros nativos.



Figura 49 - Fotografia do interior da *Plaza 18 de Julio* - Reaproveitamento de madeiras.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

No entorno da praça estão distribuídos alguns *trailers* que oferecem os tradicionais lanches uruguaios: *panchos* (cachorro-quente), *hamburguesa* (*hamburger*), *tortillas*, *churros*, *chivito* (xis, adaptado no nome inglês *cheeseburger*), todos devidamente cadastrados e regularizados perante o poder público, sendo periodicamente fiscalizados pelos setores competentes (Figura 50).

Aos domingos, o cardápio inclui o *asado* (equivalente ao churrasco gaúcho) preparado em churrasqueiras na calçada ou no interior da praça, seja para a venda ou para compartilhar entre amigos.



Figura 50 - Fotografia dos Trailers ao redor da praça.
Fonte: elaborado pela autora (2023).

Entre os trailers, em meio às árvores do mês de julho de 2023, três amigos reunidos preparando um “asado” conversam animadamente, enquanto contam muitas lembranças do tempo da infância, quando já frequentavam o local.

O uruguaio Gustavo, de 63 anos, “retirado militar” ou seja, aposentado, mora nas proximidades e relata que:

Aqui era tudo alambrado e criavam galinha e ovelha aqui. Era uma chácara. Allí donde esta a maca era o Juzgado de Paz. Dali daquela esquina, una quadra pra lá, que eu me lembre, quando era guri, daqui pra baixo era tudo mato, eucalipto. Mudou muito. Aí tinha uma canchinha de areia, de jogar futebol... a gurizada toda... eu morava a três quadras daqui... me criei aqui...

Em relação à segurança, recorda que antes era diferente mas com o tempo:

tudo “impeçou a cambiar... vinham a noite, se sentavam e amanheciam aqui. Agora, se senta aqui ou no parque Internacional, te dejan nu. Porque viene jente de tudo que é lado. No se tiene más segurança.

Bem em frente à praça, pela Avenida Cuaró, reside dona Rossana, de 55 anos. Está sentada ao sol, observando o fluxo intenso de pessoas que aproveitam o dia ensolarado. Aceita conversar e prontamente vem até o portão de sua casa. Sobre a Praça, diz que:

É frequentada por famílias de dinheiro, gente de bem, que gostam de trazer as crianças. Muita gente de bem vem ali. Às vezes eu fico olhando e estão todos sentados ali onde vivem os borrachos tomando... O que vou lá dizer pras pessoas? Nada! A gente só olha, nomás... Rossana, 55 anos, doméstica

A visão privilegiada que tem por ser vizinha da praça, permite a ela acompanhar o movimento de outros indivíduos que também se apropriam daquele espaço para viverem: são as pessoas em situação de rua. Segundo ela, existe um grupo de seis ou sete que são presença constante no interior da praça.

Vivem me pedindo comida, roupa. Às vezes, de noite, vem correndo e me pedem uma meia porque está frio. Se eu tenho, estou dando. Eu prefiro estar de bem com os que estão na praça do que “correr eles”. Eu não tenho garagem. Deixo meu auto em frente. Olho pelas câmeras, mas os que estão aí na praça já me conhecem, sabem que eu ajudo... Então, nos cuidam, entende?

A moradora, em suas palavras, estabelece uma clara distinção entre as “pessoas de bem” e os “outros” presentes no local. Em sua perspectiva, as “pessoas de bem” são aquelas famílias que trazem seus filhos para brincar. Destaca o poder aquisitivo e o status dessas famílias quando repete, mais de uma vez: “Aqui vem muita gente. Tu não pensa que vem só os pobres... gente que vive em Santana, gente de dinheiro, gente de bem...”

Sobre às pessoas em situação de rua, relata que:

Eu prefiro tá de bem com quem vive na *plaza* do que correr eles... têm horrores deles, todos os dias, vivem na rua, ficam na *plaza*. Tem assistência, eles levam, mas eles saem, as autoridades não podem com eles, entende?

Da mesma forma, o senhor Jorge diz que existem muitos indivíduos vivendo ali, gente de Rivera, da Argentina, do Brasil e de muitos outros lugares. Alguns estão de passagem, outros permanecem mais tempo.

La gente que duerme en la calle... porque ven gente de todo lado y no puede

hacer nadie porque tiene que tener una orden judicial..., pasan allá, tomando, pero no molestan a nadie. A veces viene la policía republicana de Montevideo y si están haciendo algo mal los agarran y se los llevan. (Jorge, 63 años)

Considerando que no Uruguai o uso da Cannabis para fins recreativos é legalizado, questiono meus interlocutores se perceberam alterações no perfil dos frequentadores da praça a partir da regulamentação da maconha. Para Dona Rossana a praça sempre “teve gente que fumava... gente que bebia... às vezes vem uns pra fumar aí, mas não incomodam”. Por outro lado, o morador Júlio, 60 anos, aposentado, demonstra indignação ao falar “em que a praça se transformou”. Segundo ele:

está lleno de bichicome, gente de la calle que fuma entre familias y niños. Hay un olor “muy fuerte”. Antes la gente venía a tomar mate... ahora viene a fumar marihuana en la plaza, a cualquier hora... Eso es malo... ¿qué les voy a decir a mis nietos?

Ao atravessar a praça, avistei um pequeno grupo composto por quatro homens e uma mulher, sentados em um dos bancos, desfrutando do sol quente das onze horas da manhã. Conversavam animadamente enquanto fumavam (compartilhando um cigarro de maconha, que passava de mão em mão) e bebiam um líquido transparente em uma garrafa plástica, semelhante à cachaça. Aproximei e me apresentei como professora e pesquisadora. Foram muito receptivos e rapidamente contaram suas histórias e experiências de vida, e de como é viver na praça.

Em outro banco, havia uma pilha de cobertores, algumas sacolas com roupas e objetos, caracterizando um acampamento. Logo fizeram questão de esclarecer que os cobertores pertenciam ao único morador da praça em tempo integral: Sérgio, de 49 anos, natural de Montevideo. Vive ali com quatro cães adultos e um pequeno filhote que carrega no colo. Sorridente, explica que os animais são seus melhores amigos e que os protegem dos perigos, principalmente à noite, “e não deixam ninguém chegar perto dele”.

Quando perguntados se eram moradores do local, responderam que “vinham todos os dias”, mas não viviam na praça e que as roupas e cobertas eram de um amigo. Estavam ali por ser mais perto do trabalho de um deles, e também por ser um lugar bom pra “fazer dinheiro”, cuidando carros. Segundo eles, a Assistência Social do *MIDES - Ministério de Desenvolvimento Social* é bem presente, oferece refúgio (local equivalente aos albergues), com comida, café da manhã, banho, tem tudo, mas que eles não querem, principalmente porque fazem uso de álcool e têm cachorros.

Dizem “ser conhecidos de todos”, que os tratam bem, que o grupo chega a ter dez pessoas. José, o mais velho deles, com 56 anos, conta que nasceu em Rivera, naquele bairro e que “antes não existia o que a gente vê agora... era chãozinho de terra”. Lembra do cartório que havia no meio da praça. Nesse momento, as lembranças da infância deixam José emocionado. Discretamente, disfarça as lágrimas, e sua voz embargada denota o quanto essas memórias estão vivas e trazem saudade.

Hernandez, um argentino de 28 anos, conta que passou pelo Brasil mas que o Uruguai é melhor para viver. Sobre o porquê das pessoas frequentarem mais as praças de Rivera, declarou: “*Primeiro por la policia e segundo porque el brasileño es más mugrento que lo uruguayo. Yo camino por el Brasil y es mucha mugre. Parece que lo brasileño le gusta vivir en la mugre. Acá no.*”

Outro ponto relevante é a visão que tanto uruguaios como brasileiros têm das polícias dos dois países. Para os uruguaios, a polícia brasileira é bem mais rigorosa no cumprimento e execução das leis.

Ainda sobre esse assunto, tanto o argentino Hernandez quanto os outros que estavam no mesmo grupo disseram que a polícia brasileira:

Eles maltratam os que estão na rua e não vão fazer o serviço deles que é bater contra os bandidos. Somos carentes, não somos bandidos. Lá é mais rigoroso. Aqui não. Aqui chegam com educação. Aqui desse lado *no hay molestia*, ninguém te incomoda. *Acá te abren la puerta, lá de cierram*. Aqui eles chegam com educação: boa noite, mão pra parede, te tocam, te revisam, te tomam dos dados, se tu deve... José, 56 anos

Nesse momento, Hernandez intervém e complementa: “*En el Brasil, allá en Brasil, si te paran te dicen mano en la pared y si no entiendes te sacan el arma, y que haces?*”

Assim, quando se fala em segurança, na visão dessas pessoas em situação de rua, o Uruguai é mais seguro porque “não escapa ninguém” e se “tu deve, não passa dois dias e tá recolhido”, referindo-se à celeridade da justiça no país vizinho.

Na concepção deles o Brasil é mais alegre, porém, o Uruguai é mais acolhedor, considerando a quantidade de pessoas que chegam de outros países como cubanos, venezuelanos, argentinos e tantas outras etnias, as quais são assistidas pelo governo, com moradia e trabalho, o que provoca neles uma revolta e questionam: Por que não

dá para nós que somos uruguaios?

6.6.1 Feira da Cuaró

O caminho que leva até a feira de rua mais conhecida da fronteira Santana do Livramento e Rivera, por si só, já diz muito sobre a essência desse movimento urbano, que há anos ocupou o entorno da praça mais antiga do Bairro Rivera Chico. Por sua vez, o bairro se reinventa para atender às novas demandas sociais e econômicas que os dois países apresentam.

Em uma manhã de inverno atípica, ensolarada e com a temperatura beirando os vinte e cinco graus *celsius*, depois de semanas de frio intenso com sensação térmica negativa, saí da minha casa, no Bairro Tabatinga, situado a pelo menos oito quilômetros do centro e praticamente atravessei toda a zona central de Santana do Livramento, passando pelas principais ruas, como Avenida Manoel Prates Garcia, Avenida João Goulart (que dá acesso a zona urbana pela BR 158), Avenida Tamandaré, Avenida João Pessoa (paralela a *Calle Wilson Ferreira Aldunate*) até ingressar na *Avenida Cuaró*, porta de entrada ao *Barrio Rivera Chico*.

A passagem de um país para o outro não envolve nenhum trâmite burocrático ou qualquer controle aduaneiro: simplesmente atravessamos a rua e continuamos andando. Porém, para um observador mais atento, basta “cruzar a linha” para perceber a diferença no revestimento das ruas. No lado brasileiro, predomina a pavimentação asfáltica à base de piche (asfalto líquido), enquanto no lado uruguaio “*las calles*” são de concreto hidráulico, recurso usado recorrentemente no Uruguai.

A Avenida Cuaró é uma rua larga, com calçadas bem conservadas, onde imóveis residenciais dividem espaço com uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais, templos religiosos, órgãos públicos e construções antigas que reportam a origem do bairro: casas de tijolos de campo aparentes mantêm vivas as memórias dos antepassados que conformaram este “caminho alternativo”, resultando neste bairro densamente povoado nos dias atuais e cheio de personalidade.

Seguindo por ela, em direção ao norte, logo avistamos o colorido das barracas e tendas da Feira da Cuaró. São mais de oito quadras de feira livre, a partir da *Plaza 18 de Julio*.

Caminhar pela feira é uma imersão em um mundo sensorial, repleto de sons, cores, cheiros e sensações únicas. Por todo lado esparramam-se banquinhas, das mais simples e improvisadas até as mais produzidas e profissionais.

Na primeira esquina da praça (Figura 51), onde a oferta de alimentos é maior, principalmente pelos trailers dispostos organizadamente em uma rua transversal, a praça surge como um aglomerado de pessoas, produtos, animais de estimação, carros, motos e bicicletas, envoltos na fumaça das churrasqueiras improvisadas.



Figura 51 - Fotografia dos *Trailers* na esquina da Praça 18 de Julio.
Fonte: elaborado pela autora (2023).

Apoiada na placa com os nomes das ruas está a primeira banca, ao lado da propaganda dos alimentos vendidos nos trailers. São canos de fogão, janelas, diversos artigos de ferro, ferramentas como martelo, chaves, pás, grades, utensílios domésticos, móveis e partes de automóveis, como rodas e carenagens. Ali, seu Maurício, 58 anos, simpático e bastante expressivo, foi indicado por um colega como sendo um dos mais antigos daquele lado da praça. Inicialmente disse que “faz feira há muito tempo”, mas logo ao perceber que estava sendo entrevistado, desconversou dizendo que “*estoy aquí a un ano, pero capaz que mas allá tenga personas más antiguas*”.

Ao percorrer a distância entre uma esquina e a outra, encontrei pelo menos mais dez feirantes, distribuídos entre a calçada próxima ao meio fio da rua e o limite da praça, marcado pelos desenhos de elos formados por pequenas pedras brancas, o *petit pavet*, que circundam toda a extensão do quarteirão.



Figuras 52 - Fotografia dos “cachivaches”.
Fonte: elaborado pela autora (2023).



Figuras 53 - Fotografia dos produtos expostos na Feira da Cuaró.
Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os produtos são acomodados sobre toalhas e tecidos coloridos, estendidos no chão. Algumas vendem o que poderia ser chamado de quinquilharias, como pedaços de utensílios domésticos, enfeites, xícaras sem asa, brinquedos avariados, talheres, peças de metal, tampas de panelas, dobradiças e tantos outros objetos usados, aparentemente sem utilidade, o que Goulart (2019) denomina de *cachivaches*. Entretanto, são objetos que têm muito significado para o feirante que todo o domingo monta seu negócio, na expectativa de que alguém se interesse por eles, seja por uma necessidade real ou pela subjetividade que encerram, despertando e mobilizando

memórias, tempos e lembranças, nessa relação das pessoas com as coisas.



Figura 54 - Fotografia das bancas e barrascas da feira.
Fonte: elaborado pela autora (2023).

Para ilustrar esse contexto, o depoimento de Alejandro, interlocutor de Goulart (2019), colabora com esta reflexão:

Sabe o que eu acho...pelo menos em relação com os *cachivaches*... que o pessoal colecciona...são coisas que eles compram ou trocam ou conseguem para eles terem consigo, para viver perto dessas coisas... pra decorar a casa...até pensando em deixar de herança também... e, é muito difícil entender o valor para quem não aprecia isso e geralmente o pessoal que vende *cachivaches* procura é achar uma pessoa que tenha saudades dessa mercadoria...pode ser um brinquedo por exemplo, antigo que eles acabam vendendo para uma pessoa velha que brincava com isso...aí tem um valor bem elevado também, né... não a venda de um lixo (risos) é uma coisa que eles tem que esperar que apareça a pessoa que realmente entenda o valor de ter esse objeto conservado. (Alejandro, agosto de 2020)

Todavia, os feirantes da Praça da Cuaró em nenhum momento usaram a expressão *Cachivache* e, inclusive, demonstraram incômodo ao ouvirem esta palavra, desviando o assunto ou encerrando a conversa.

Alguns metros abaixo, seu Marcelo, 48 anos, atende um cliente que busca uma antena de televisor. O cliente pergunta quanto custa e rapidamente ele responde: “*no sé...*”, “*cien pesos te hago*”. Pergunto como uma pessoa faz para colocar uma banca na feira. Ele diz: “*Tché, tienes que poner tus cosas en un lugar que no haya nada, sacar la foto y llevar allá en corralón, en el estadio... llevas un papel, un permiso y te van a dar una libretita. No es necesario pagar.*”

Encontro Dona Sueli, 70 anos, descansando ao sol enquanto observa atentamente o movimento das pessoas, buscando identificar possíveis clientes. Seu material de venda inclui vários tipos de roupas e calçados usados, cuidadosamente acomodados pelo chão, além de um varal improvisado com cordas que vai de uma árvore a outra, onde estão colocadas em cabides, camisas, blusas, jaquetas, paletós, blazers e casacos de lã.



Figura 55 – Fotografia de Dona Sueli, na *Feria da Plaza da Cuaró*, em agosto de 2023.
Fonte: elaborado pela autora.

A senhora Sueli fala pausadamente, fazendo uso do portunhol e mesclando palavras e frases. Conta que há oito anos vem do *Barrio Pueblo Nuevo*, distante dali, do outro lado da cidade, para “fazer a feira”:

Antes vinha de táxi mas que pasa que às vezes a gente vende y otros días não. Hay domingos que não se vende nada. Optei pela feira porque as coisas estavam difíceis e tinha muita roupa sobrando. É uma forma de ajudar no sustento da casa... às vezes se vende, outras vezes não se vende... mas a gente faz amigos, conversa... todo mundo tem problema... a gente passa umas horas boas porque esquece um pouco das coisas. (Sueli, 70 anos)

Interessante que assim que começa a conversar, percebendo que falo em português, Sueli passa a falar o “brasileiro” como explicou mais adiante. Embora mantenha o sotaque e mescle com portunhol, é nítida a influência da Língua Portuguesa sobre o espanhol fronteiriço.

Nesse sentido, a professora Claudia esclarece que falar em português ou portunhol para o riverense é natural: “*es tan natural hablar en una lengua e darse vuelta y hablar en una otra; o sea, o portunhol es una lengua afetiva*”. Segundo ela, isso ocorre porque no início da formação dos povoados, a língua falada era

predominantemente o português, pela proximidade com o Brasil e pela quantidade de brasileiros que viviam no lado oriental.

São quase onze horas da manhã, e a mistura de músicas que vão da *cumbia uruguaya* aos maiores sucessos brasileiros, reproduzidas em caixinhas de som com volume bastante alto, acabam por dificultar a entrevista. Poucos metros separam o pátio da residência das barracas e mercadorias. A feira está na porta da sua casa todo o domingo, quando o primeiro feirante monta seu espaço de vendas.

Por sua vez, Dona Rossana diz que toda a sua vida soube da existência da feira. Para ela, morar em frente ao local dessa grande feira é uma experiência muito boa, porque:

Tu te levanta domingo, depois de descansar do trabalho, tu olha, tu compra, tu tem tudo na porta. Eu sou jovem... quiçá as pessoas adultas molestam muita coisa, quando eles se vão fica a mugre, horrível. Mas à tarde passa a lixeira. Pero que as pessoas "maior" sempre estão "desconformes" com tudo.

Porém, nem todos os vizinhos veem com bons olhos o movimento próximo de suas casas. Para alguns moradores, o convívio com os feirantes, com os produtos oferecidos e com o público que frequenta a feira todos os domingos traz muitos incômodos: som alto desde a manhã, fumaça das churrasqueiras improvisadas, conversas, elevando número de pessoas circulando, calçadas ocupadas por barracas e cadeiras e tantos outros pontos de atrito, que acabam interferindo na rotina daquela comunidade.

A própria senhora Rossana alertou para o fato de que possivelmente algumas moradoras mais antigas poderiam não ser receptivas, pelo descontentamento que demonstravam diariamente, tanto com a feira quanto com as pessoas que vivem na praça. Disse que, por serem moradoras há mais tempo, se ressentem pela perda da privacidade e do ambiente tranquilo que tinham antes da feira se transformar no grande evento dominical que é atualmente, acrescida do potencial de som dos aparelhos eletrônicos modernos.

Da mesma forma, um dos feirantes, que está há mais de 40 anos trabalhando na feira, o senhor A.O., de 75 anos, mostrou-se incomodado e se recusou a dar qualquer informação. Ficou nítido o desconforto e a desconfiança, inclusive não permitindo que a esposa participasse da conversa, interrompendo de forma ríspida logo no início da entrevista.

Nesse caso, cabem algumas reflexões: o fato de ser fronteira um local marcado pelo comércio de produtos, nem sempre de origem legal, os quais passam de um país a outro, isto é, pelo contrabando histórico desde a origem de ambos povoados, faz com que as pessoas adotem essa postura mais defensiva? Sendo a feira aberta a uruguaio e brasileiros, dada a pouca dificuldade em expor seus produtos, a curiosidade de uma pessoa em saber sobre o seu funcionamento pode despertar o receio de que seja mais um concorrente?

Diante destes conflitos, fica claro que a feira não é unanimidade entre os vizinhos da praça. Embora seja um evento que movimenta o bairro, sob o ponto de vista econômico e social, promovendo o comércio dos pequenos produtores e dos trabalhadores autônomos que têm ali a oportunidade de incrementar a renda da família, proporcionando a integração entre riverenses e santanenses, o pós-feira é motivo de reclamações.

Segundo os moradores, nem todos os feirantes cumprem as regras de limpeza antes de se retirarem do lugar. Muitos deixam resíduos espalhados pelas ruas e calçadas, que vão desde restos de comida, hortaliças, frutas e verduras até papéis, plásticos, carvão utilizado na churrasqueira, erva-mate e embalagens de diversos materiais. Ainda que a Intendência faça o recolhimento do lixo logo após o término da feira, os vizinhos entendem que deveria ser realizado de forma mais rápida, para que possam “aproveitar o resto do domingo sentados na frente de suas casas, tomando mate ou simplesmente aproveitando a tarde”.

6.7 Transformações sociais: regularização da *cannabis* e as novas dinâmicas dos espaços públicos em Rivera - Uruguay

Os espaços fronteiriços, como o de Santana do Livramento e Rivera, são marcados pela interação e também por conflitos, pois os limites persistem mesmo através do trânsito de pessoas, e, por sua vez, certas relações sociais importantes são mantidas por tais limites (BART, 1976).

Embora conhecida como “Fronteira da Paz”, existem outros interesses que tensionam as relações entre os fronteiriços. Para Quadrelli (2003):

Os trabalhos que tomam como pressuposto a irmandade não mostram a realidade cotidiana de riverenses e santanenses, nem suas negociações ou conflitos cotidianos, nem suas disputas de interesses, nem a produção de imagens positivas ou negativas sobre uns e outros. (QUADRELLI, 2003, p. 60)

Nesse sentido, o fato de ser uma “fronteira aberta” facilita a circulação de pessoas e de produtos, sem que ocorra um controle rigoroso. Ninguém pergunta quanto dinheiro a pessoa carrega quando passa de um lado para o outro, e, assim, santanenses e riverenses “tiram proveito da fronteira” (Quadrelli, 2002). Isto pode se dar de forma legal, quando o critério é fazer compras do lado da linha que o câmbio está mais favorável, ou “nos pequenos contrabandos”, como ultrapassar a cota permitida ao adquirir um determinado produto.

Assim, Curbelo (2020) explica o limite político entre as duas cidades:

O limite político em Rivera e Livramento é um espaço marcado por um alto grau de interação social, onde as substâncias chamadas “drogas” circulam, junto com incontáveis relacionamentos, objetos e bens, revelando relações, concepções, discursos e práticas, com maior ênfase do que em outros contextos onde a alteridade nacional não é tão presente. (CURBELO, 2020, p. 70)

Mas a questão das drogas têm entendimentos diferentes nos dois territórios: o Uruguai apresenta uma postura vanguardista, enquanto o Brasil é adepto de uma política de repressão às drogas.

No Uruguai, a Lei nº 19.172, de 2013, regulamentou o mercado da *cannabis*. O Estado detém o controle e a regulação da produção, da venda e comercialização de *cannabis* (psicoativas e não psicoativas), implementando três formas de adquirir o produto: autocultivo, clubes de maconha e compras em farmácia. Entretanto, somente em 2017 que o Uruguai se tornou o primeiro país do mundo a vender maconha em farmácias com fins recreativos ao público. O Jornal Estado de Minas Internacional, do dia 17 de outubro de 2018 destacou esse feito da seguinte forma:

A droga é produzida sob controle do Estado e comercializada no âmbito de uma lei pioneira que regulamentou o consumo, a venda e a distribuição da *cannabis*. Aprovada em 2013, a legislação permite três formas de acesso à maconha com fins recreativos: a produção residencial ou o autocultivo, com até seis plantas por pessoa; a produção cooperativa em clubes de usuários; e a compra em farmácias, última perna do projeto e a com implementação mais difícil e tardia. (Jornal estado de Minas, internacional, 2018)

A partir da descriminalização do consumo da droga, é normal (e legal) consumir maconha nos espaços públicos de todo o país, mas apenas os moradores têm esse direito. A visão que os uruguaios e os santanenses têm das pessoas que usam *cannabis* nos espaços públicos pode variar, como em qualquer outra sociedade, influenciada por fatores culturais, valores pessoais, experiências individuais e até

mesmo sobre informações ou desinformações a respeito dos efeitos da legalização da maconha.

A maconha tem sido estigmatizada ao longo da história, muitas vezes associada a comportamentos desviantes ou ilegais. Mesmo após a legalização, tal estigma pode persistir, levando a preconceitos com relação aos usuários, como o conflito de valores, onde diferenças pessoais e valores morais podem contribuir para o estranhamento, uma vez que algumas pessoas tendem a ter dificuldade em aceitar comportamentos que vão contra suas crenças pessoais.

Outra consequência da legalização da cannabis para uso recreativo, apontadas pelo interlocutores, é a presença de uma maior diversidade de pessoas frequentando as praças, inclusive “gente de fora”, o que traz uma sensação de insegurança, ocasionando uma mudança na abordagem de segurança e vigilância por parte das autoridades. Além disso, há o receio de que podem surgir eventos ou encontros relacionados ao consumo legal da substância, impactando as atividades culturais e recreativas da praça.

O depoimento do senhor Vitor, funcionário público de 55 anos, riverense, reflete as percepções dos frequentadores da Praça Artigas. Segundo ele:

Ahora está más tranquilo... antes sí, había quejas principalmente de madres y abuelas porque venían con los niños y se reunían ahí en medio de la fuente. Porque en verano se bañan las criaturas, se bañan hasta los adultos. Y a veces llegaba alguna gente y se ponía a fumar y luego venían las madres y decían: pradero, yo estoy aquí con mis hijos y hay gente fumando...y le dije: señora, vaya a la comisaría y haga la denuncia. Soy pradero y la plaza es libre. Sin embargo, a veces un desubicado se ponía al lado de las familias a fumar. Hay todo tipo de gente. Nosotros tenemos derecho a ir y venir y tú tienes derecho a fumar.

A presença de usuários de Cannabis na Praça Artigas é menor se comparada a outros espaços públicos de Rivera em função da localização, uma vez que a *Jefatura de Policia* está em frente à praça, mesmo argumento usado para justificar a ausência de pessoas em situação de rua.

É importante ressaltar que, quando se trata do uso de drogas, o limite entre os territórios - Brasil e Uruguai - se impõe e se materializa. Não significa a mesma coisa consumir esse tipo de substância de um lado ou de outro da fronteira. Para o brasileiro que atravessa a linha e entra em Rivera, continua proibida a compra, o consumo e o porte de qualquer substância como a cannabis, configurando crime. O mesmo se aplica ao uruguaio em território brasileiro. Inclusive, segundo relatos dos

entrevistados, o tratamento dispensado pelas polícias dos dois países é sempre mais rigoroso com o estrangeiro.

Outrossim, oficialmente não existe o chamado turismo canábico, ou seja, voltado para o consumo da substância. As farmácias credenciadas somente podem efetuar a venda para quem for cadastrado e dentro daquilo que foi estabelecido pela legislação. Porém, em espaços fronteiriços tão fluidos como esse, é muito difícil ter um controle absoluto sobre o que é legal e o que ocorre na ilegalidade.

Considerações Finais

Esta pesquisa se propôs a entender como se dá o processo de atribuição de significados e de apropriação dos habitantes fronteiriços com os espaços públicos de lazer das duas cidades conurbadas - Santana do Livramento e Rivera -, e o que leva o cidadão riverense a apropriar-se dos seus espaços públicos de lazer. Em comparação, as praças do lado brasileiro são pouco frequentadas, exploradas e preservadas, tanto por santanenses quanto pelos riverenses.

Em um primeiro momento, tornou-se necessário analisar como ocorreu o processo histórico de formação das duas cidades conurbadas, assim como a evolução da urbanização nesse espaço de fronteira seca, constatando-se o quanto um município depende do outro, tanto economicamente quanto no âmbito das relações sociais e culturais.

Embora as duas cidades compartilhem o mesmo centro ou centralidade (Peter, 2010), estando fisicamente interligadas, com grande fluxo de pessoas em função dos serviços e pontos comerciais que ali se estabelecem, parecendo “uma coisa só” para quem chega de outras localidades, são, ao mesmo tempo, separadas por questões culturais e históricas, mantendo suas particularidades, individualidades e identidades, resultado da construção cultural de cada um dos povos.

Existe uma intrínseca relação de convivência diária, a qual ultrapassa as questões legais e burocráticas de limites e linhas de fronteira. Se os limites são imaginários (Palermo, 2021) mas se tornam concretos pela ação humana, os marcos divisórios representam a materialização desse limite entre Brasil e Uruguai. Tais marcos, atualmente, se mesclam aos monumentos, bancas, carros e pessoas no centro das cidades e no aglomerado de casas na linha de fronteira, sendo pouco notados pelos locais e menos ainda pelos visitantes. Fronteira essa que surge a partir

dos limites físicos e que aqui assume uma concepção de fronteira cultural (PESAVENTO, 2002), como trânsito e passagem, possibilitado pelo contato, pela mistura, pela troca, pelo hibridismo e pela mestiçagem cultural e étnica.

Os fronteiriços caracterizam-se por uma mistura entre brasileiros e uruguaios, e de todas as outras etnias que também formam a população das cidades gêmeas, contribuindo com a diversidade e riqueza da cultura fronteiriça.

Entre o português e o espanhol, se desenvolveu o portunhol; entre o chimarrão e o *mate*, vive o gaúcho e o *gaucho*; entre o churrasco e o *asado*, entre o samba e *Candombe*, surge, da mistura dos dois povos, uma comunidade singular. Nesse sentido, ambas culturas diferentes incorporam elementos da outra através da troca cultural, sem que ocorra anulação ou invalidação desses traços, aquilo que Canclini (2011) define como cultura híbrida.

O fato de viver margeando a linha de fronteira, acompanhando o serpentear dos marcos que representam a concretude do limite físico, indicando onde começa e onde termina cada território, fez do habitante da fronteira um indivíduo muito ligado ao campo, à fauna e à flora, às tradições e costumes herdados dos antepassados, indígenas charruas e minuanos, assim como dos portugueses e espanhóis os quais trouxeram um pouco da cultura europeia para a banda oriental.

Assim, a estrutura dos dois povoados foi evoluindo e as influências estrangeiras ficaram evidentes na arquitetura dos prédios, na formação dos espaços públicos, nos projetos das praças, no comércio local e na intenção de reproduzir o modo de vida e a cultura dos países colonizadores.

Ainda que as Praças General Osório (Santana do Livramento) e a Praça Artigas (Rivera) tenham sua origem ligada aos acampamentos militares, por serem rota de comércio e, conseqüentemente, acampamento para os que aqui passavam, logo nas primeiras intervenções de remodelamento já ficou nítida a preocupação em reproduzir modelos de construções europeias na concepção de coretos, ajardinamentos, esculturas, pergolados, tipos e funções de praças e passeios públicos.

No decorrer do trabalho, após frequentar as praças e conversar com várias pessoas, algumas das hipóteses iniciais foram se confirmando, como a questão dos itens de segurança e estrutura dos espaços públicos de lazer riverenses. Além disso, de serem locais de encontro, as praças uruguaias também oferecem oportunidades de trabalho, espaços de expressão artística, mostras culturais; são ambientes em

constante transformação, assumindo novas funções para atender às demandas dos seus frequentadores.

Sendo o espaço público muito além de um direito dos cidadãos, mas também uma necessidade humana (MULLER, 2002), durante a pesquisa verificou-se que as praças de Rivera são frequentadas pelos riverenses, pessoas de todas as idades e localidades (bairro e centro), escolas que levam seus alunos para usufruírem dos brinquedos e do ambiente da praça. Além disso, visitantes do interior e brasileiros que vêm até a fronteira em virtude do turismo de compras, tanto no Brasil quanto no Uruguai, e também pelos moradores da vizinha Santana do Livramento que optam por frequentarem os espaços públicos de lazer riverenses.

Enquanto em Santana do Livramento apenas um *praceiro* é responsável por cada uma das praças - General Osório e Internacional – e, periodicamente, na Praça Flores da Cunha é realizada a limpeza, no lado uruguaio existe um setor específico para a manutenção e conservação das praças que, conforme informações do Senhor *Catio Sosa*, Diretor de Praças e Jardins, atualmente conta com uma equipe de servidores, máquinas e todos os equipamentos necessários para atender as demandas desses espaços, inclusive sendo solidários e assumindo a manutenção da Praça Internacional que pertence aos dois países.

Segundo os interlocutores, as praças de Santana não oferecem condições adequadas tanto em relação à limpeza quanto ao estado dos brinquedos. Relatam situações de abandono da praça por parte dos gestores, além da iluminação precária, o que impossibilita o acesso e permanência durante o entardecer e à noite. No entanto, mesmo que as praças de Santana não ofereçam atualmente grandes atrativos e uma infraestrutura moderna e adequada, elas possuem um valor inestimável para os habitantes da fronteira, transcendendo sua aparência atual, devido ao papel que desempenham em suas memórias de infância e no imaginário coletivo da região.

Essa importância profunda é refletida em vários aspectos da vida das pessoas. Em primeiro lugar, as praças de Santana são fundamentais para a construção da identidade e do sentimento de pertencimento dos habitantes locais. Elas representam um espaço físico e simbólico onde gerações de fronteiriços compartilham experiências, brincadeiras e encontros, criando uma conexão arraigada com o lugar.

Além disso, ao longo dos anos, esses locais testemunharam uma série de rituais e tradições que moldaram a cultura da fronteira. Desde festas comunitárias até

celebrações religiosas e eventos culturais, as praças de Santana foram o palco de momentos que enriqueceram a herança cultural da região. As narrativas compartilhadas, os segredos revelados e as festividades que ocorreram nesses locais representam um patrimônio cultural inestimável.

Porém, cabe ressaltar que o investimento nos espaços públicos de lazer no Uruguai é oriundo de políticas de estado, com remodelações, revitalizações e execução de novos projetos. Segundo os gestores uruguaios, a maioria das obras são financiadas pela *Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la República (OPP)*, a qual, por sua vez, pode solicitar recursos através de projetos, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Por outro lado, os gestores santanenses encontram dificuldades para investir nas praças devido a questões orçamentárias. Isso ocorre uma vez que essas áreas estão sob a responsabilidade da Secretaria de Serviços Urbanos, a qual abrange uma ampla gama de serviços, incluindo iluminação pública, manutenção de vias e logradouros, cuidados com jardins e os cemitérios públicos. Como resultado, os recursos financeiros e humanos disponíveis precisam atender a todas essas demandas, o que dificulta a alocação de recursos específicos para o desenvolvimento e revitalização das praças.

Entretanto, cabe esclarecer que não é apropriado comparar Santana do Livramento e Rivera diretamente, pois são municípios com dimensões administrativas específicas e pertencentes a diferentes entidades políticas. Santana do Livramento é um município localizado no Brasil, fazendo parte de um estado brasileiro, enquanto Rivera é capital de um departamento Uruguai. Cada um desses municípios possui sua própria governança, legislação e estrutura administrativa, refletindo a divisão política entre os países do Brasil e do Uruguai. Portanto, ao analisar questões específicas, como a gestão dos espaços públicos, é fundamental considerar suas características individuais e o contexto político ao qual estão vinculadas.

Entendendo ainda o espaço público como um espaço de todos, de confrontação, em constante movimento e construção (PALLAMIN, 2005), percebe-se que nem todos alcançam esse entendimento de que se é algo é público, pertence realmente de todos os cidadãos. Diversos interlocutores, tanto santanenses quanto riverenses, reclamam da presença das pessoas em situação de rua, sentindo-se incomodados pelo fato de alguns indivíduos transformarem o espaço de encontro em

local de moradia, como se o nômade urbano estivesse violando as regras básicas de privacidade de uma sociedade (MAGNI, 1997).

As pessoas em situação de rua, no entanto, estão em busca de meios para prover sua subsistência e ocupam espaços que são públicos. Muitas vezes, elas permanecem invisíveis aos olhos dos frequentadores das praças, que não reconhecem nelas seres humanos com necessidades básicas que precisam ser supridas. No entanto, a partir das percepções estigmatizadas desses frequentadores, essas pessoas em situação de rua são vistas como um "perigo", perpetuando estereótipos negativos que marginalizam ainda mais aqueles que já se encontram em uma posição vulnerável.

Com relação à ideia que os santanenses têm do rigor das leis do país vizinho, a maioria dos entrevistados apresentaram o mesmo receio em relação à legislação brasileira, considerando-as muito mais rigorosas, tanto na letra fria da lei quanto no cumprimento e na execução das mesmas pelos servidores públicos.

Seguindo esta temática, as pessoas em situação de rua declararam que é mais seguro estar nas praças de Rivera do que em Santana do Livramento, por serem melhor tratados pela *polícia*, que regularmente faz o controle e a revista desses cidadãos, de forma respeitosa e educada, nas palavras e nas ações. Por outro lado, houve relatos de que no lado brasileiro a forma de abordagem é mais agressiva ou "truculenta", o que produz uma sensação de impotência e insegurança entre esses habitantes das ruas. Tanto no lado brasileiro quanto no lado uruguaio, o serviço de Assistência Social é oferecido, mas muitos não aceitam pernoitar no albergue em função dos animais de estimação, que em Rivera são impedidos de acompanhar seus donos.

Após a regularização do uso recreativo da Cannabis pelo governo uruguaio, a presença de usuários da substância em espaços públicos, especialmente nas praças, tornou-se uma realidade. Entretanto, as entrevistas realizadas com os frequentadores e moradores das áreas ao redor das praças revelaram um cenário complexo. Apesar do cumprimento legal desses indivíduos, é notório que aqueles que fazem uso da maconha ainda enfrentam o preconceito baseado em estereótipos infundados, sendo muitas vezes discriminados.

A estigmatização dos usuários de Cannabis não contribui para um diálogo saudável sobre a política de drogas e a saúde pública. Ao invés disso, é importante promover uma abordagem baseada em evidências, que inclua educação e

regulamentação adequada, visando uma compreensão mais ampla dos benefícios e riscos do uso da Cannabis, bem como garantir o respeito pelos direitos individuais e a igualdade perante a lei.

Nas praças Flores da Cunha e *18 de Julio*, respectivamente, brasileira e uruguaia, o fato inusitado ocorreu quando o comércio informal invadiu a praça, transformando e impactando a dinâmica urbana.

A ocupação da Praça Flores pelos camelôs modificou sua função inicial, local de encontro e de passeios familiares ao redor desta praça e, ao mesmo tempo, a situação de ocupação, posterior abandono e depredação da estrutura possibilitou a resignificação dos sentimentos de apropriação, identidade e pertencimento da população santanense e riverense com a “Praça dos Cachorros”, local simbólico e tradicional, que faz parte da memória de infância dos fronteiriços. Esses fatos, segundo Pollak (1992), são exemplos de elementos que constituem a memória coletiva e individual; acontecimentos vividos pessoalmente que conformam a memória, sendo esta construída coletivamente, passando pelo sentimento de identidade.

Dessa maneira, o movimento pela restauração da Praça dos Cachorros e do Parque Internacional que surgiu a partir da indignação de um santanense, que vivia fora da cidade e, ao visitar a terra natal, se deparou com a praça que fazia parte do seu imaginário e de suas memórias infantis transformada, depredada e esquecida pelo poder público, escondida atrás de inúmeras barracas de lonas. Este, trouxe à tona o sentimento de pertencimento e de identidade fronteiriça, identidade que, para Mesquita (2004), é construída dentro do espaço da fronteira, no reconhecer-se como sujeito e como grupo, pelo contato e convívio diário, nas diferentes relações.

Assim também se constitui o sentimento de apropriação que os riverenses denotam em relação a *Plaza 18 de Julio* ou *Plaza da Cuaró*. Por ser uma das praças mais antigas de Rivera, surgindo ao mesmo tempo que o bairro *Rivera Chico*, onde está situada, sempre foi ponto de referência para a cidade e, principalmente, para os moradores, seus vizinhos. Portanto, a Feira da Cuaró ter ocupado a praça de forma natural, não trouxe implicações negativas para a estrutura da praça enquanto espaço de lazer e de encontro, que no decorrer dos anos passou por revitalizações, resignificando suas funções e espaços.

Convém ressaltar que existem os conflitos produzidos pela convivência entre os atores nestas zonas de contato (ARANTES,1994), onde “se entrecruzam as

moralidades contraditórias”, como por exemplo entre as pessoas em situação de rua, os feirantes e os moradores locais.

Por fim, a Praça Internacional, sendo um espaço que pertence ao Brasil e ao Uruguai, sendo então responsabilidade dos dois países a gestão e manutenção do espaço público, foi descrito pelos interlocutores como um ponto turístico importante e onde são feitas as tradicionais fotos “com um pé em cada país”, momento em que os visitantes vivenciam literalmente a sensação de pisar em dois países ao mesmo tempo.

Quanto aos frequentadores, a praça recebe muitos turistas que atravessam seus jardins e passeios para chegarem até os conhecidos *free shops* de Rivera. No meio do caminho, dizem serem surpreendidos pela beleza do lugar e muitos perguntam sobre os monumentos os quais ornamentam a praça: o Obelisco, A fonte Luminosa e a Estátua A mãe. Os habitantes de Santana e Rivera pouco usufruem da praça para o lazer, para o descanso ou para levar as crianças, considerando que não há brinquedos infantis instalados, somente bancos.

É comum a presença de pessoas em situação de rua, que convivem com seus cães, com vendedores ambulantes que montam suas barraquinhas no interior da praça, com bancas de artesanatos e com os *trailers* e *vans* instalados no entorno, servindo como praça de alimentação, onde se concentram mais pessoas durante o dia e também à noite.

Um dos pontos citados pelos interlocutores no sentido de explicar o porquê de haver poucas pessoas no interior da praça, simplesmente tomando chimarrão, como é comum nos outros locais estudados, deve-se ao fato desta apresentar proporções muito grandes, o que dificulta o encontro, ou seja, os espaços de convivência são amplos e não favorecem a aproximação e o acolhimento.

Sendo assim, a Praça Internacional se configura como um espaço de trânsito, de passagem, dinâmico, de intenso movimento, o que Magnani (1992) define como trajeto. É um espaço de ligação entre uma cidade e outra, uma zona neutra e, ao mesmo tempo, repleta de significados e simbolismos. A praça pertence inteiramente ao Brasil e Uruguai, ao mesmo tempo.

Portanto, a partir da experiência da pesquisadora, enquanto santanense e fronteiriça e da fala dos interlocutores, pode-se concluir que os habitantes da fronteira Santana do Livramento e Rivera elegem as praças riverenses para frequentarem em função de sua estrutura, organização, limpeza, iluminação, brinquedos que atendem

aos critérios de acessibilidade, diversidade de eventos artísticos e culturais que ocorrem periodicamente e principalmente por se sentirem seguros nos espaços públicos.

Além disso, reconhecem também que toda praça é remodelada, revitalizada ou criada a partir de um planejamento realizado por uma equipe de profissionais especializados. Logo, há uma intencionalidade em todos os elementos que constituem uma praça uruguaia, com funções bem definidas.

Contudo, a forma como os espaços públicos são apropriados e utilizados em regiões de fronteira pode variar amplamente. Esses espaços por muitas vezes atuam como pontos de encontro para a população local, bem como para visitantes de ambos os lados da fronteira. A apropriação desses espaços pode ser influenciada por fatores como políticas locais, acordos bilaterais, práticas culturais e interesses econômicos.

É importante que os gestores considerem esses fatores ao desenvolver planos de uso e gestão dos espaços públicos. As decisões sobre os limites político-administrativos podem afetar significativamente as comunidades que vivem nessas áreas. É crucial que essas políticas sejam implementadas de maneira justa e transparente, levando em consideração as necessidades e aspirações das populações locais.

A transformação dos espaços públicos dentro de uma cidade vai além do simples propósito de servirem como locais de encontro, uma vez que esses espaços são dinâmicos e podem assumir diversas funções ao longo do tempo. Eles são adaptados e ocupados de maneira criativa e versátil para atender às necessidades diversificadas da comunidade. Essa evolução reflete as mudanças sociais, culturais, emocionais e tecnológicas que ocorrem na cidade.

Referências

AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº 5004044-88.2016.4.04.7106/RS (TRF4). Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Réu: GLAUBER GULARTE LIMA. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=24115. Acesso em: 02 mai. 2023.

A EXPERIÊNCIA do Uruguai um ano após a legalização da maconha. **Jornal Estado de Minas**, Minas Gerais, 17 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/17/interna_internacional,997969/a-experiencia-do-uruguai-um-ano-apos-a-legalizacao-da-maconha.shtml.

Acesso em: 10 fev. 2023.

ALBORNOS, Vera do Prado Lima. **Armour - Uma aposta no Pampa**. Santana do Livramento: Gráfica Editora Pallotti, 2000.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **As fronteiras do Portunhol selvagem**. Revista TB, Rio de Janeiro, n. 196, p.89-108, jan./mar. 2014.

ALMEIDA, Leticia Nuñez. **O Estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai: um estudo de caso sobre a fronteira de Sant'ana do Livramento (BR) e Rivera (UY)**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-11122015-120153. Acesso em: 20 jul. 2023.

ÁLVARO, Ana Lúcia Pinto do Nascimento. **REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO DAS CIDADES: organizando uma base teórica para proposta de reestruturação urbana pautada no espaço público**. - Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal, 2019, 27 a 31 de maio.

ALVES, Amanda da Maia. **Desenvolvimento socioeconômico de santana do livramento: uma análise de indicadores**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, 2018.

ARANTES, Antonio. **A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo. (23): 191-203, 1994.

ARAÚJO, Fernanda Moreira. **Lojas francas do Brasil: um estudo sobre o processo de regulamentação e implementação**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, 2020.

ASEFF, Liane Chipollino. **Memórias Boêmias – Histórias de uma cidade de Fronteira**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2006.

ASSUMPÇÃO. Marla Barbosa. **A Fronteira Geminada de Santana do Livramento–Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e Internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964 - 1973)**. Porto Alegre, 2014.

BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de Fronteira e Integração Sul-Americana**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

BRAGA, R. M. **O espaço geográfico: um esforço de definição**. geosp espaço e tempo (Online), [S. l.], v. 11, n. 2, p. 65-72, 2007. DOI: 10.11606/issn.2179-

0892.geousp.2007.74066. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74066>. Acesso em: 8 jul. 2022.

BOLLNOW, Otto. **O homem e o espaço**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BONANI, Laura Cunha. **Santana do Livramento: Movimento pela restauração da Praça dos Cachorros e do Parque Internacional**. Santana do Livramento, 6 set. 2011. Disponível em: [http://santana-do-livramento.blogspot.com/2011/09/lembra-
como-era-praca.html](http://santana-do-livramento.blogspot.com/2011/09/lembra-como-era-praca.html). Acesso em: 15 set. 2022.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CAGGIANI, Ivo. **Sant'Ana do Livramento - 150 anos de história**. Sant'Ana do Livramento: Ed. Museu Folha Popular, 1984

_____. **Cadernos de Sant'Ana nº 01**. Sant'Ana do Livramento: Edigraf, 1984.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano origem e modernidade**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, (2007).

CAMELÔS são retirados de praça após 30 anos em Santana do Livramento (RS). **Portal R7**, 19 mai. 2014. Disponível em: [https://noticias.r7.com/cidades/camelos-
sao-retirados-de-praca-apos-30-anos-em-santana-do-livramento-rs-19052014](https://noticias.r7.com/cidades/camelos-sao-retirados-de-praca-apos-30-anos-em-santana-do-livramento-rs-19052014). Acesso em: 03 jul. 2023.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CASTRO, Maria Ramos Neves. **A antropologia dos sentidos e a etnografia sensorial: dissonâncias, assonâncias e ressonâncias**. Rev. antropol. (São Paulo, Online) v. 64 n.2: e 186657/USP, 2021. Pp.39-56.

CURBELO, Maria. **Rivera–Santana do Livramento: Regulamentação da Cannabis na “Fronteira da Paz” / Rivera–Santana do Livramento: Regulation of Cannabis on the “Border of Peace”**. Espaço Aberto. 10.69-81.10.36403/espacoaberto.2020.30158.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Introdução: Rizoma**. Texto extraído de Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia) - Vol. 1. Editora 34, 1ª Ed.,1995.

D'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

DONNAN, Hastings & Thomas M. WILSON. **Borders – frontiers of identity, nation and state**. Oxford and New York: Berg, 1999.

DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys. **Regionalismo fronteiriço e o “Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios”**. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Território sem Limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”**. *Cuadernos de Antropología Social [en línea]*. 2015. *Espacio Público como instrumento estratégico de Gestión Urbana. Informe UTU. Julio de 2016*.

GALINDO, Gonzalez, J., & SABATÉ Bel, J. (2009). **El valor estructurante del patrimonio en la transformación del territorio**. *Apuntes*, 22(1), 20–33.

GAMA, F. **A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla**. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 188-208.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

G1, O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **Polícia investiga incêndio que atingiu prédio de três secretarias de Santana do Livramento**. Santana do Livramento, 05 de out. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/10/05/policia-investiga-incendio-que-atingiu-predio-de-tres-secretarias-de-santana-do-livramento.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2022.

GOMES, C. L. **Lazer Urbano, Contemporaneidade E Educação Das Sensibilidades**. *Itinerarium*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 18, 2008. Disponível em: <http://seer.unirio.br/itinerarium/article/view/204>. Acesso em: 6 nov. 2022.

GOULART, Claudia. **Tristán Narvaja: uma etnografia sobre a Feira dos Mundos Paralelos na cidade de Montevideo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas.

GRAEML, K. S. **A relação entre lugares e não-lugares na cidade: um estudo da apropriação do serviço de acesso à internet nos Faróis do Saber de Curitiba**. 185 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GRIMSON, Alejandro. **“Introducción – ¿Fronteras Políticas versus fronteras culturales?”**. In: A. Grimson (org.). *Fronteras, naciones e identidades– la periferia como centro*. Buenos Aires: Ciccus/La Crujía, 2000.

GUASCA. In: MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda. 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 16 Jan. 2023.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARTMANN, L. **“Sou da fronteira”: narrativas orais e dinâmicas identitárias entre Argentina, Brasil e Uruguai**. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 187–213, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7010>. Acesso em: 19 nov. 2022.

INTENDÊNCIA DEPARTAMENTAL DE RIVERA. **Rivera Sin Fronteras**. Disponível em: <https://www.rivera.gub.uy/portal/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LAFIN, Gabriele Carvalho. **O contato linguístico português – espanhol na fronteira entre Brasil – Uruguai: estado da pesquisa e perspectivas futuras**. 52f.

LIMITE. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 05 Nov. 2022.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/39426>. Acesso em: 02 mar. 2023.

MACHADO, Lia Osório. **Cidades da fronteira internacional: conceitos e tipologia**. In: NUÑZ, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Dilemas e diálogos platinos: fronteiras*. Dourados: Ed. UFGD, 2010.

MAGNI, C. T. (1997). **Habitantes de rua: Um caso de nomadismo urbano**. TRAVESSIA - Revista Do Migrante, (27), 34–37. <https://doi.org/10.48213/travessia.i27.594>.

MARTÍNEZ, Edgardo. **Espacio público como instrumento estratégico de gestión urbana [en línea]** Montevideo : Udelar. FADU, 2016.

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos unem y límites que nos separan**. Montevideo: CBA, 2013.

MESQUITA, Zilá. **Procura-se o coração dos limites**. In: LEHNEN, Arno Carlos; CASTELLO, Iara Regina; SCHÄFFER, Neiva Otero. *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 69-73.

MOTA, Sara Santos. **Línguas, sujeitos e sentidos: o jornal nas relações fronteiriças no início do século XIX início do século XX**. 2010. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

MULLER, A. **Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia.** In: MULLER, A; DA COSTA, L. P. (org.). Lazer e desenvolvimento regional. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 09-40.

NETO, F. L. P.S. **Observar a cidade e seus habitantes: a contribuição da etnografia.** PIXO: revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade, v. 1, p.104-115, 2017.

OCAMPO, Luis Fernando Marín. **“De lo regional a lo territorial”.** Ponencia presentada en el VI Encuentro de Posgrados Iberoamericanos sobre Desarrollo y Políticas Territoriales “Construyendo Espacios para la colaboración regional”. Toluca, México, setiembre de 2005. Accesible em: <http://rippet.cebem.org/encuentro6/doc/A16.doc>, mayo de 2007.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos.** In: (Org.). Território sem Limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

OMETTO, Ana Maria H; Furtuoso, Maria Cristina O; Silva, Marina Vieira da. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população.** Rev. saúde pública ; 29(5): 403-14, out. 1995. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-160889>. Acesso em: 15 Abri. 2023

PALLAMIN, V. M. **Espaço público e as lutas por reconhecimento.** In: Espaço & Debates 46. Revista de Estudos Regionais e Urbanos – v. 25 n. 46 jan./jul. 2005. p. 55 a 61.

PALERMO, Eduardo. **La construcción de la frontera meridional: Uruguay – Brasil. La frontera, nuestra piel.** Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/invencoes/livros/5/capitulos/c08.html>. Acesso em: 31/01/2021.

PETER, André Pinto. **Centro e a aglomeração internacional: o caso das cidades de Sant’Ana do Livramento – BR e Rivera – UY.** XI SEUR e V Colóquio Internacional Sobre Comércio e Consumo Urbano (Anais), Pelotas, 2015. 17-33.

PÉRICLES, Érlon. **Diário de um Fronteiriço.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P-XUhaBpdaM>. Acesso em 12 jun 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy Pesavento. **Fronteiras culturais em um mundo planetário – paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s).** Revista del CESLA, núm. 8, 2006, p.p. 9-19. Uniwersytet Warszawski. Varsosia Polonia.

PINTOS, A. **Rivera - una historia diferente. Montevideo.** Intendência de Rivera, 1985.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POTOKO, Carlos Alberto. **1823 Retentiva a Ivo Caggiani**. Fundação Biblioteca Nacional. Obra de cunho histórico sob-registro nº 532.448 Livro 1012 – Folha 46 da BN. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/17594792/1823-santana-do-livramento-filhos-de-santana>. Acesso em: 08 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO. **Site Oficial da Prefeitura**. Disponível em: <http://www.sdolivramento.com.br/>. Acesso em: 07 set. 2022.

PRIMER Encuentro de Vecinos de Rivera Chico. Diálogo Regional del Norte Uruguayo, Rivera, 10 oct. 2008. Disponível em: <https://diarionorte.com.uy/sociedad/primer-encuentro-de-vecinos-de-rivera-chico-2715.html>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PUSSETI, Chiara. **Quando o campo são emoções e sentidos. Apontamentos de etnografia sensorial**. En H. Martins y P. Mendes (Orgs.). Trabalho de Campo: Envolvimento e Experiências em Antropologia (pp. 39-56). Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2016.

QUADRELLI, Andrea Sanchez. **A fronteira inevitável um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica**. Tese de doutorado programa de pós-graduação em antropologia social da UFRGS, 2002.

RIVERA SIN FRONTERAS. **20 de julio – 153 años de la inauguración del pueblo Rivera**. Rivera, 20 de jul. de 2020. Disponível em: <https://www.rivera.gub.uy/portal/20-de-julio-153-anos-de-la-inauguracion-del-pueblo-rivera/>. Acesso em: 17 out. 2022.

ROBBA, F; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras: public squares in Brazil**. São Paulo: Edusp: Imprensa oficial do Estado. 2002, 312p.

ROMAGNOLI, R. C. **Transversalizando as políticas públicas: quando a intersectorialidade se torna rizomática**. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 22, n. 3, p. 421-432, jul./set. 2017.

SANTANA DO LIVRAMENTO. **Decreto nº 5.857, de 27 de outubro de 2011**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ewucp>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SANTANA DO LIVRAMENTO. **Lei complementar nº 45, de 10 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor Participativo como Instrumento básico de Planejamento do Município, cria o Conselho de Planejamento da Cidade e dá outras providências. Disponível em: <https://www.santanadolivramento.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/plano-diretor/plano-diretor-municipal/view>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SANTANA DO LIVRAMENTO. **Lei complementar nº 51, de 24 de novembro de 2011**. Altera os artigos 6,18, 32, 33, 35, 39, 42, 43, 51, 53, 67, 79, 80, 109, incisos V, VIII, X e XII do art.123, 124, 126, 128, 133, 134, 137, 150, 158 169 e 186 e os Anexos IV, V, VI, IX, X, e XII, Cria os artigos 42A, 42B, 42C,43A, alínea “f” e “g”, no inciso II do art.124, os incisos XV, XVI,XVII, XVIII e XIX do art.123; Suprime o inciso V e parágrafo único do art. 45, todos da Lei Complementar 45 de 10 de outubro de 2006 e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.santanadolivramento.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/plano-diretor/lei-complementar-no-51-de-24-de-novembro-de-2011>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira (a expansão de Sant'Ana do Livramento)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1993.

SEGATTO, R.L. **Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea**. Série Antropologia [da] Universidade Federal de Goiás, v. 10, n. 2, p. 195-226, 2005

TREVISAN, Adriana & Silva, Caroline & Rodrigues, Pamela & Saballa, José. (2022). **ANÁLISE FLORÍSTICA E PERCEÇÃO DE USUÁRIOS DA PRAÇA GENERAL OSÓRIO, SANTANA DO LIVRAMENTO, RS**. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. 17. 76. 10.5380/revsbau.v17i4.87320.

TROIAN, Alessandra. FERREIRA, Rosimari Simas. HOFF, Débora Nayar. **A vitivinicultura em Santana do Livramento/rs: análise da inserção das vitivinícolas na cadeia produtiva**. Revista Científica Agropampa, Dom Pedrito, v. 1, n. 1, janeiro - junho / 2021. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Agropampa/article/view/104560>. Acesso em: 03 nov. 2021.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

SANCHES, Claudia Eloir Rodrigues **O ensino de espanhol na fronteira Brasil/Uruguai: uso do material didático autoral com foco na valorização das identidades locais através da escrita de contos** / Claudia Eloir Rodrigues Sanches. 178 p. Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE LÍNGUAS, 2018.

SILVA, E. A. P. C. da; SILVA, P. P. C. da; MOURA, P. V. de; CAMINHA, I. de O.; FREITAS, C. M. S. M. de. **Os Espaços de Lazer na Cidade: Significados do Lugar**. LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, [S. l.], v. 15, n. 2, 2012. DOI: 10.35699/1981-3171.2012.728. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/728>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVA, M. A. S. DA; GIL FILHO, S. F. **Sobre o conceito de espaço vivenciado: refletindo as espacialidades a partir das experiências emocionais / On the concept of vivid space 1: reflecting the spatialities from emotional experiences**. Geograficidade, v. 10, n. Especial, p. 153-168, 6 out. 2020.

STURZA, E. **Portunhol: a intercompreensão em uma língua da fronteira**. Revista Iberoamericana de Educación, v. 81, n. 1, p. 97-113, 2019. Acesso em: 18 jul. 2023. Online. Disponível em: [file:///C:/Users/edils/Downloads/3568-Texto%20del%20art%C3%ADculo2924-3-10-20190923%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/edils/Downloads/3568-Texto%20del%20art%C3%ADculo2924-3-10-20190923%20(2).pdf)

TELEDOCE. **EL ORÍGEN: José Batlle y Ordóñez**. YouTube, 27 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IH60ZdwMlfw&t=706s>.

Acesso em: 19 mar. 2022.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

TUAN, Y.F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. 250p

VISCARDI, Camila Braz. **73 anos do Parque Internacional**. Memória da Fronteira, Santana do Livramento, 26 de fev. De 2016. Disponível em: <http://www.memoriadafronteira.blogspot.com.br/>. Acesso em: 24 out. 2022.